



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Presidente Prudente

Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico  
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial

**Análise do papel e dos impactos das indústrias produtoras  
de equipamentos para sonorização no desenvolvimento  
econômico de Presidente Prudente e região**

EDSON ROBERTO MANFRÉ

PROF. DR. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO

Orientador

Presidente Prudente - SP

2021

EDSON ROBERTO MANFRÉ

**Análise do papel e dos impactos das indústrias produtoras  
de equipamentos para sonorização no desenvolvimento  
econômico de Presidente Prudente e região**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial) da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Presidente Prudente - SP

2021

M276a Manfre, Edson Roberto  
Análise do papel e dos impactos das indústrias produtoras de equipamentos para sonorização no desenvolvimento econômico de Presidente Prudente e região / Edson Roberto Manfre. -- Presidente Prudente, 2021  
142 p. : il., tabs., mapas  
  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientador: Eliseu Savério Sposito  
  
1. Concentração. 2. Desenvolvimento local. 3. Empreendedorismo regional. 4. Migração campo-cidade. 5. Oeste Paulista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** Análise da Cadeia Produtiva das Indústrias de Sonorização e seus Impactos no Desenvolvimento de Presidente Prudente e Região

**AUTOR:** EDSON ROBERTO MANFRE

**ORIENTADOR:** ELISEU SAVÉRIO SPOSITO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO (Participação Virtual)  
FCT / UNESP/Presidente Prudente (SP)

Prof. Dr. LEANDRO BRUNO SANTOS (Participação Virtual)  
ESR / UFF/Campos dos Goytacazes (RJ)

Prof. Dr. PAULO ROBERTO ROSA (Participação Virtual)  
Departamento: Administração / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Presidente Prudente, 28 de setembro de 2021

## RESUMO

### **Análise do papel e dos impactos das indústrias produtoras de equipamentos para sonorização no desenvolvimento econômico de Presidente Prudente e região**

A existência de diferentes perspectivas sobre o conceito e o fenômeno do desenvolvimento não significa que existe um lado certo e outros errados, mas apenas que existem diferentes formas de se ver e compreendê-lo foi com este pensamento que esta pesquisa objetivou refletir sobre o papel desempenhado de como as indústrias produtoras de equipamentos de sonorização contribuiu para o desenvolvimento de Presidente Prudente e região. Utilizou-se metodologia de levantamento bibliográfico, também os métodos qualitativos e quantitativos foram representados através de tabelas, quadros, mapas, figuras, gráficos. Valendo-se de levantamento e acesso a banco de dados para obtenção de informações secundárias (municipais, regionais e específicos da indústria de sonorização), em sua maioria constituída de dados oficiais disponibilizados nas diferentes instâncias do Estado. Concluiu-se que a evolução do PIB do Brasil da cidade de Alfredo Marcondes neste comparativo houve um aumento de 123,41% em valores nominais, Presidente Prudente houve um aumento de 64,33% em valores nominais e Regente Feijó houve um aumento de 102,02% em valores nominais do período de 2002 para 2018. Verificando que o IDHM, no ano de 2010 de Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentou alto desenvolvimento, mas a cidade de Presidente Prudente obteve o maior índice de desenvolvimento social. Já o IVS apurado em 2010 na cidade de Alfredo Marcondes registrou baixa vulnerabilidade social, mas Presidente Prudente e Regente Feijó registrou vulnerabilidade social moderada. Considerando os dados das tabelas de 10 a 15 ficou claro que as indústrias de sonorização em estudo contribuíram para o desenvolvimento econômico e social das cidades em estudo.

**Palavras-Chave:** Concentração. Desenvolvimento local. Empreendedorismo regional. Migração campo-cidade. Oeste Paulista.

## ABSTRACT

### **Analysis of the role and impacts of industries that produce sound equipment in the economic development of Presidente Prudente and region**

The existence of different perspectives on the concept and phenomenon of development does not mean that there is a right and a wrong side, but only that there are different ways of seeing and understanding it. It was with this thought that this research aimed to reflect on the role played. of how the industries that produce sound equipment contributed to the development of Presidente Prudente and region. A bibliographic survey methodology was used, also the qualitative and quantitative methods were represented through tables, charts, maps, figures, graphs. Using a survey and access to a database to obtain secondary information (municipal, regional and specific to the sound industry), mostly consisting of official data made available in different instances of the State. It was concluded that the evolution of the GDP of Brazil in the city of Alfredo Marcondes in this comparison there was an increase of 123.41% in nominal values, Presidente Prudente there was an increase of 64.33% in nominal values and Regente Feijó there was an increase of 102 .02% in nominal values from the period 2002 to 2018. It is verified that the IDHM, in the year 2010 of Alfredo Marcondes and Regente Feijó, showed high development, but the city of Presidente Prudente obtained the highest rate of social development. The IVS calculated in 2010 in the city of Alfredo Marcondes registered low social vulnerability, but Presidente Prudente e Regente Feijó registered moderate social vulnerability. Considering the data in tables 10 to 15, it was clear that the sound industries under study contributed to the economic and social development of the cities under study.

**Keywords:** Concentration. Local development. Regional entrepreneurship. Country-city migration. West of São Paulo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto de Alfredo Marcondes - SP .....	24
Figura 2 - Foto de Presidente Prudente - SP .....	29
Figura 3 - Foto de Regente Feijó - SP.....	32
Figura 4- Instalações da Empresa Taramp's .....	34
Figura 5 - Instalações da empresa Stetsom .....	36
Figura 6 - Instalações da Empresa Staner (Presidente Prudente) .....	37
Figura 7 - Instalações da empresa Staner .....	38

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Mapa com destaque cidade de Alfredo Marcondes .....	23
Mapa 2 - Mapa com destaque cidade de Presidente Prudente.....	25
Mapa 3 - Mapa com destaque cidade de Regente Feijó.....	30
Mapa 4- Brasil Regional (IBGE) .....	62



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área territorial e populacional do Brasil .....	61
Tabela 2 - Distribuição Municípios por faixas do índice de desenvolvimento humano municipal – 1991, 2000 e 2010.....	74
Tabela 3 - Distribuição Municípios por faixas de vulnerabilidade social – 2000 e 2010.....	77
Tabela 4 – População do Brasil – Censo Demográfico de 1950 a 2010.....	80
Tabela 5 – População de Alfredo Marcondes – SP de 1980 a 2020.....	82
Tabela 6 – População de Presidente Prudente – SP de 1980 a 2020 .....	83
Tabela 7 – População de Regente Feijó – SP de 1980 a 2020 .....	83
Tabela 8 – Relação dos APLs do estado de São Paulo .....	97
Tabela 9 - Relação das aglomerações do estado de São Paulo.....	98
Tabela 10 - Quantidade de Empregos Formais em Alfredo Marcondes - SP .....	100
Tabela 11 - Rendimento médio (SM)- Alfredo Marcondes - SP.....	101
Tabela 12 - Quantidade de Empregos Formais em Presidente Prudente - SP.....	102
Tabela 13 - Rendimento médio (SM) – Presidente Prudente - SP .....	103
Tabela 14 - Quantidade de Empregos Formais em Regente Feijó - SP.....	104
Tabela 15 - Rendimento médio (SM) – Regente Feijó - SP.....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos Estados no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018.....	54
Gráfico 2 - Os Cinco Estados com maior participação no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018.....	55
Gráfico 3 - Os vinte e um estados e o distrito federal com participação no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018.....	56
Gráfico 4 – Grupos dos estados com participação no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018.....	57
Gráfico 5 - Comparativo da Participações dos Estados no PIB do Brasil (%) entre os anos de 2002 e 2018 .....	58
Gráfico 6 - Participação ano a ano dos Estados no PIB do Brasil (%) - Comparativo da série dos anos de 2002 a 2018 .....	59
Gráfico 7 - Participação das regiões do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo dos anos de 2002 e 2018.....	64
Gráfico 8- Participação da região norte do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018.....	65
Gráfico 9 - Participação da região nordeste do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018.....	66
Gráfico 10 - Participação da região centro-oeste do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018 .....	67
Gráfico 11 - Participação da região sudeste do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018.....	68
Gráfico 12 - Participação da região sul do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018.....	69
Gráfico 13 - Participação de Alfredo Marcondes no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018.....	71
Gráfico 14 - Participação de Presidente Prudente no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018.....	72
Gráfico 15 - Participação de Regente Feijó no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018 .....	73
Gráfico 16 - IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Comparativo anos 1991, 2000 e 2010 .....	75
Gráfico 17 - IVS - Índice de Vulnerabilidade Social - Comparativo anos 2000 e 2010 .....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendedorismo Inovadores
APLs	Arranjo Produtivo Local
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FATEC	Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GASPERR	Grupo de Pesquisa, Produção do Espaço e Redefinições Regionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTs	Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovações
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
IPRS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
OCDE	Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento
OTC I	Organização do Trabalho Científico I
OTC II	Organização do Trabalho Científico II
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PNB	Produto Nacional Bruto
PPGG	Programa de Pós-graduação Geografia
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SECEX

Secretaria de Comércio Exterior

SUFRAMA

Superintendência da Zona Franca de Manaus

UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESP

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1. Delimitação da área de Estudo.....	21
1.1.1. Município de Alfredo Marcondes – Estado de São Paulo.....	23
1.1.2. Município de Presidente Prudente – Estado de São Paulo.....	25
1.1.3. Município de Regente Feijó – Estado de São Paulo.....	29
1.2. Empresas de sonorização sediadas nas cidades de estudo.....	33
1.2.1. Empresa Taramp´s.....	33
1.2.2. Empresa Stetsom.....	35
1.2.3. Empresa Staner.....	36
1.3. Procedimentos Metodológicos.....	38
<b>2. DESENVOLVIMENTO E SUA IMPORTÂNCIA.....</b>	<b>40</b>
2.1 Discussão sobre desenvolvimento.....	40
2.2 Conceito de desenvolvimento sob nova ótica.....	40
2.3 Desenvolvimento Local.....	43
2.4. Desenvolvimento Regional.....	49
<b>3. DADOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>53</b>
3.1 Concentração Econômica: Desempenho dos Estados e do Distrito Federal no PIB do Brasil (%)......	53
3.1.1 Desempenho econômico entre os Estados Brasileiros na Participação no PIB do Brasil de 2018 – Formação do grupo de pesquisa.....	53
3.2 Um Comparativo do Desempenho Econômico Entre os Estados Brasileiros na Participação no PIB do Brasil (%) entre anos 2002 e 2018.....	57
3.2.1 Comparativo ano a ano do desempenho econômico entre os Estados Brasileiros na Participação no PIB do Brasil (%) da série de 2002 a 2018.....	58
<b>4. DADOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E AS EVOLUÇÕES REGIONAIS.....</b>	<b>61</b>
4.1 Concentração ou Desconcentração Econômica das Cinco Regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, do PIB do Brasil.....	63
4.1.1. Concentração econômica: desempenho das cinco regiões do Brasil: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, do PIB do Brasil.....	63
4.1.2 Concentração Econômica: Desempenho da região Norte no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.....	65
4.1.3 Concentração Econômica: Desempenho da região Nordeste no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.....	65

4.1.4 Concentração Econômica: Desempenho da região Centro-Oeste no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.....	66
4.1.5. Concentração Econômica: Desempenho da região Sudeste no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.....	67
4.1.6 Concentração Econômica: Desempenho da região Sul no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018. ....	68
<b>5. EVOLUÇÃO DO PIB DAS CIDADES DO ESTUDO.....</b>	<b>70</b>
5.1. Evolução do PIB de Alfredo Marcondes ao Longo da Série 2002 a 2018.....	70
5.2 Evolução do PIB de Presidente Prudente ao Longo da Série 2002 a 2018.....	71
5.3 Evolução do PIB de Regente Feijó ao Longo da Série 2002 a 2018.....	72
<b>6. IDHM - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.....</b>	<b>74</b>
<b>7. IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....</b>	<b>77</b>
<b>8. DESENVOLVIMENTO E A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE DAS CIDADES DE ALFREDO MARCONDES, PRESIDENTE PRUDENTE E REGENTE FEIJÓ.....</b>	<b>80</b>
8.1 Comparativo da migração campo-cidade no Brasil do Período de 1950 a 2010. ....	80
8.2 Comparativo da Migração Campo-cidade nas Cidades de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó do Estado de São Paulo;.....	81
<b>9. A INOVAÇÃO E O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO.....</b>	<b>85</b>
9.1 Ambientes de Inovação.....	88
9.2 Inovação Regional.....	93
9.3 Arranjos Produtivos Locais (APLs).....	94
<b>10. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO E A INDÚSTRIA DE SONORIZAÇÃO DO ESTUDO.....</b>	<b>100</b>
10.1. Empresa Taramp's.....	100
10.2. Empresa Stetsom.....	101
10.3. Empresa Staner.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>115</b>
ANEXO 1 – PESQUISA COM EMPRESAS.....	115
ANEXO 2 – PESQUISA COM PREFEITURAS.....	122
ANEXO 3 – CAPÍTULO DE LIVRO: GEOGRAFIA, TURISMO E TERRITÓRIO - HOMENAGEM A FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO.....	124

## 1. INTRODUÇÃO

A ocupação da região do extremo oeste do estado de São Paulo é marcada por disputas, conflitos, violência contra as pessoas e estrutura fundiária altamente concentrada. A histórica disputa por terras nessa região tem sua origem em um processo de ocupação desordenado, sem planejamento, baseado na propriedade da terra e no avanço do capital, no início através da agricultura. A abertura da região mediante a derrubada das florestas deu-se com o objetivo de formar as fazendas de café. Nesse período, além das culturas de subsistência (arroz, milho, mandioca, etc.), já se faziam presentes outras culturas de menor expressão, como o algodão e o amendoim. Com as crises experimentadas pelo setor cafeeiro, gradativamente os cafezais cederam espaço e foram sendo substituídos pelo algodão, posteriormente pelo amendoim e finalmente pelas pastagens.

Apesar das mudanças de cultura, a estrutura fundiária permanece altamente concentrada. O setor sucroenergético começa a se estabelecer em meados da década de 1970, com a instalação da Destilaria Alcídia. O período compreendido entre meados da década de 1980 e o final da década de 1990 é protagonizado pelos movimentos sociais de luta pela terra, em busca de romper com o modelo latifundiário através da reforma agrária. A partir da década de 1990 o setor sucroenergético começa a de fato se consolidar na região. No entanto, apesar de tudo, a estrutura produtiva da região continua baseada no campo (SANTOS, 2005).

Por se tratar de uma região limítrofe que divisa com os estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, os municípios da região, ainda, enfrentam dupla dificuldade: de um lado para atrair novas empresas e investimentos; de outro lado tem sua capacidade de manter as empresas já instaladas desafiada pelos benefícios engendrados pelos estados vizinhos através de políticas de desenvolvimento, em especial aquelas baseadas em incentivos/renúncias fiscais. Além disso, existe também a disputa por investimentos entre os próprios municípios da região.

No entanto, existem neste contexto, cidades que conseguem manter parte de suas indústrias. Exemplificando: Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó que são parte desta pesquisa, estão conseguindo manter parte de suas indústrias e atrair novas empresas. Merece destaque, o fato, de estas três cidades terem em comum a existência de fabricantes de produtos para sonorização. A empresa Taramps Eletronics está sediada em Alfredo Marcondes e as empresas Eros Alto Falantes e Stetsom encontram-se instaladas em Presidente Prudente, sendo a empresa Staner que no passado era sediada em Presidente Prudente, construiu uma nova planta industrial e transferiu-se para Regente Feijó.

Santos (2005), afirma que com a ocupação por volta de 1920, a região apresentou grande crescimento econômico até meados do século XX, vindo, a partir daí, a experimentar períodos de instabilidade e de ascensão-depressão, motivado pelo ingresso e fuga de capitais exógenos, o que tem conduzido a um baixo dinamismo regional. Apesar da presença de algumas agroindústrias – em especial daquelas ligadas ao setor sucroenergético –, a região é conhecida por abrigar um dos maiores rebanhos bovinos do país e pela presença de grande número de assentamentos da reforma agrária.

Com a mundialização da economia e a internacionalização dos negócios, a compreensão da realidade requer uma visão holística e integrada, que contemple as partes - países, regiões, continentes, etc. - e contextos - político, mercadológico, econômico, social ou informacional - envolvidos, bem como as interações entre eles. "A globalização interage com as realidades nacionais e locais, alterando a sua forma de relacionamento com o mundo externo, mas sem eliminar as suas características peculiares" (BARBOSA, 2010, p. 7). Esse fenômeno elimina, transforma ou preserva conforme convém aos interesses do grande capital.

Ainda em Barbosa (2010), apesar de incompleto, a economia atingiu- um estágio de mundialização e integração econômica em que se tornou inconcebível qualquer plano para um desenvolvimento dissociado ou desconectado da realidade internacional.

Para Sen (2010, p. 16) algumas visões mais restritas "identificam desenvolvimento como crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB –, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social". No entanto, segundo Bernstein (1996, p. 197),

Esta expressão indica a conquista do progresso econômico e social (desenvolvimento) através da transformação do estado de subdesenvolvimento (baixa produção, estagnação, pobreza) em países designados de forma variada como "pobres", "subdesenvolvidos", "menos desenvolvidos" ou "em desenvolvimento".

Sen (2010), afirma que o desenvolvimento só existe de fato quando ele não só permite às pessoas participarem do processo como também amplifica as liberdades existentes e/ou resulta em novos espaços de participação social. Se não houver um resgate da liberdade em todas as suas manifestações e da efetiva participação social não há que se falar em desenvolvimento. Por essa razão, no entender de Sen (2010, P. 10) a liberdade está no meio e no final do processo de desenvolvimento, como ele explica:

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de



privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais, argumenta-se aqui, é *constitutiva* do desenvolvimento.

Sem negar a função desempenhada pelo crescimento do PNB ou das rendas individuais, o desenvolvimento é caracterizado pelo elemento liberdade, entendendo liberdade como componente imprescindível para a realização humana, a principal meta almejada pelo desenvolvimento, mas que depende direta ou indiretamente de outros fatores, além do PNB e da renda individual. É importante ressaltar que Sen (2010) ao discorrer sobre as condicionantes do desenvolvimento como liberdade e abordar a realidade de alguns países e/ou regiões coloca a oportunidade de participação social como uma das condições necessárias ao desenvolvimento. O desenvolvimento como condição para a efetivação da liberdade torna-se, então, uma meta a ser perseguida constantemente. A necessária existência de espaço para o exercício da condição de agente por parte dos indivíduos é colocada por Sen (2010) como crucial no combate aos problemas da atualidade, tais como desigualdade e exclusão social, entre outras.

Já Bresser Pereira (1977, p. 28), o posicionando Sen (2010), entendia não haver "necessidade de elevação do padrão de vida da população para que haja desenvolvimento" e que "O desenvolvimento pode ser justo ou injusto, pode concentrar renda, manter a taxa de exploração em nível mais ou menos constante, ou distribuir a renda" (BRESSER PEREIRA, 1977, p. 28). Ainda em Bresser Pereira (1977) o subdesenvolvimento é uma tipologia específica do desenvolvimento, denominada por ele como "desenvolvimento periférico", concentradora de renda e excludente. Em suas análises, Bresser Pereira (1977) entende que o desenvolvimento não tende a superar suas contradições, tais como a dependência, desigualdade, miséria de muitos e injustiça social; e que o subdesenvolvimento significaria ausência de modernização ou pleno desenvolvimento capitalista.

Nas análises realizadas por Amin (1973), ele entendia "centro" e "periferia" como duas realidades inerentes ao desenvolvimento do próprio capitalismo e de suas contradições, ou seja, não são dois universos dissociados. Um dos grandes desafios para a periferia está na busca por um equilíbrio nas relações comerciais internacionais e, portanto, na balança de pagamentos. No entanto, Amin (1973, P. 86) enfatiza que:

O equilíbrio no balanço de pagamentos - que no máximo é tendencial - tem por condição um ajustamento permanente das estruturas internacionais. Mas, estas estruturas são, no que diz respeito às relações entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, as da dominação assimétrica do centro do sistema mundial sobre a periferia. O equilíbrio externo - a ordem internacional - só é possível porque as estruturas da periferia são formadas de acordo com as exigências de acumulação no

centro, isto é, porque o desenvolvimento do centro engendra e sustenta o subdesenvolvimento da periferia.

O ônus imposto à periferia por mecanismos de troca desiguais conduz a uma "verdadeira pilhagem do Terceiro Mundo", o que "seria suficiente por si só para explicar o bloqueamento do crescimento da periferia e a distância crescente entre esta e o centro" (AMIN, 1973, p. 120). O centro necessita manter a periferia em uma condição tal de subdesenvolvimento que lhe permita nutrir-se de relações extremamente desiguais e possíveis graças a condição de dominação exercida pelos primeiros sobre os segundos. Nesse sentido exercem papel de extrema importância os organismos multilaterais internacionais. Estes, cooptados e a serviço dos países centrais estão prontos a intervir nas relações internacionais quando há sinais iminentes de movimentação contrária aos interesses do centro, como disciplina Amin (1973, p. 109).

De um modo geral, toda tentativa de desenvolvimento sério de um país da periferia conduz necessariamente a dificuldades de pagamentos externos. Se não são utilizados a tempo meios poderosos de controle destas relações externas e de orientação da estratégia da transição, a crise dá ocasião a que as potências e as instituições internacionais as quais são uma expressão daquelas intervenham para impor uma "estabilização" que sacrifica sempre deliberadamente os objetivos do desenvolvimento às exigências da solvabilidade a curto prazo, isto é, à manutenção do *statu quo*.

A dominação exercida pelo centro deixa pouca margem de manobra para os países periféricos, a qual dependerá fundamentalmente ainda das relações políticas. A dependência do mercado externo é uma das artimanhas engendradas pelo capital para manter o domínio sobre as economias periféricas. "A periferia é moldada de acordo com as exigências da acumulação no centro, as estruturas dos preços e a distribuição das rentabilidades relativas estabelecidas de maneira que o desenvolvimento do capitalismo na periferia continue periférico [...]" (AMIN, 1973, p. 215).

Segundo Amin (1973), no centro o que comanda o desenvolvimento é o mercado interno, ou seja, entre os países centrais; ao passo que na periferia há a dependência das relações comerciais com o centro. São condições estruturais a diferenciar um país desenvolvido de um subdesenvolvido e são justamente essas condições que influenciam decisivamente na capacidade de exercer controle sobre o comércio exterior, como é determinado por Amin (1973, p. 170).

O subdesenvolvimento manifesta-se não pelo nível do produto por cabeça mas por caracteres estruturais próprios que obrigam a não confundir os países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos quando estes são considerados no estágio anterior de seu desenvolvimento atual. Esses caracteres são: 1.º, as desigualdades extremas que caracterizam a distribuição de cada produtividade na periferia no sistema de preços transmitido do centro, desigualdades que decorrerão na própria natureza das formações periféricas e comandando em larga escala a estrutura da distribuição do lucro; 2.º, a desarticulação que resulta, na periferia, do ajustamento da orientação da produção de acordo com as necessidades do centro e que impede a transmissão dos benefícios do progresso econômico dos pólos de desenvolvimento para o conjunto do corpo econômico; 3.º, o domínio econômico do centro que se exprime nas formas da especialização internacional (as estruturas do comércio mundial nas quais o centro modela a periferia segundo as suas necessidades) e na dependência das estruturas do financiamento do crescimento na periferia (a dinâmica da acumulação do capital estrangeiro). A acentuação dos caracteres do subdesenvolvimento correlato ao crescimento econômico da periferia desemboca necessariamente no bloqueio do crescimento, quer dizer, na impossibilidade, qualquer que seja o nível do produto por cabeça alcançado, de passar a um crescimento aut centrado e autodinâmico.

É importante apontar perspectivas viáveis e possíveis e, por conseguinte, criar alternativas que ofereçam a possibilidade de romper com esse modelo de desenvolvimento extremamente desigual e contraditório. Nesse sentido, Amin (1973, p. 164) indica que "uma política de desenvolvimento para as massas deveria tomar por base uma revisão fundamental das prioridades na alocação dos recursos, a qual supõe a rejeição das regras de rentabilidade do sistema". Segundo Sachs (2001, p. 156), "uma distribuição igualitária do PNB global daria a cada habitante de nosso planeta a quantia de cinco mil dólares, o suficiente para atender, de forma razoável, a todas as suas necessidades". No entanto,

O século XX terminou em frustração, deixando atrás de si uma prosperidade global sem precedentes, maculada por uma absurdamente má distribuição de recursos e rendas (entre as nações e internamente a elas), por assustadores problemas sociais e humanitários, pelo horrendo histórico de guerras e genocídios e por um sistema internacional fraco demais para promover paz duradoura, equidade e desenvolvimento genuíno (SACHS, 2001, p. 155).

O que se tem presenciado, apesar do progresso técnico alcançado pelo modo capitalista de produção, é uma distribuição de renda cada vez mais desigual e iníqua. Para Sachs (2001, p. 157) "uma conclusão óbvia pode ser extraída desse quadro de contrastes: o crescimento, em si, não traz, automaticamente, o desenvolvimento, ou, por sinal, a felicidade". Em outras palavras, nem sempre crescimento significa desenvolvimento e nem sempre desenvolvimento impulsiona crescimento. O Produto Interno Bruto (PIB) representa o crescimento econômico obtido. O desenvolvimento, por sua vez, só acontece quando há

evolução e os seus resultados são distribuídos entre os estratos sociais a partir dos mais carentes. Nesse sentido, Bernstein (1996, p. 197) enfatiza que

O crescimento econômico é uma condição necessária, ainda que insuficiente, para o progresso social, representado pela satisfação de necessidades básicas, tais como nutrição, saúde e habitação adequadas (superação da pobreza absoluta), ao que se podem acrescentar ainda outras condições de uma existência humana plena, tais como o acesso universal à educação, liberdades civis e participação política (superação da pobreza ou privação relativa).

O crescimento econômico é uma condição necessária ao desenvolvimento, mas para atingir um desenvolvimento integral esse crescimento necessita ser repensado de forma a contemplar também as dimensões ambientais e sociais. Nesse sentido, Sachs (2001, p. 159-160) enfatiza que um

[...] desenvolvimento genuíno requer *soluções que atendam a três frentes*: que sejam sensíveis ao social, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis, oferecendo a todos uma oportunidade de ganhar descentemente a vida por meio do trabalho assalariado, produção para consumo próprio ou uma combinação dos dois. O desenvolvimento genuíno deve obedecer ao duplo imperativo ético da solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, e deve embasar num *contrato social* democraticamente estabelecido, complementado por um *contrato natural*.

É sob esse prisma que se pretende estabelecer análises para compreender como e quando ocorreu o desenvolvimento econômico. Como e quando ocorreu o crescimento econômico, bem como em que medida essas empresas possuem dinamismo suficiente para reverter o quadro de estagnação econômica e proporcionar melhor e mais bem distribuída qualidade de vida fazendo a região superar a média do estado.

Este trabalho buscou refletir sobre o papel desempenhado pelas indústrias produtoras de equipamentos para sonorização no desenvolvimento econômico de Presidente Prudente e região. Para atingir o escopo delineado no objetivo geral foram fixados os seguintes objetivos específicos:

- ✦ Discutir o desenvolvimento econômico e suas diferentes concepções;
- ✦ Identificar os aspectos que motivaram a instalação e a expansão das indústrias produtoras de equipamentos para sonorização em Presidente Prudente e região;
- ✦ Avaliar os impactos produzidos por essas indústrias no desenvolvimento dos municípios em que se instalaram.

## 1.1. Delimitação da área de Estudo

A presença destas empresas, todas do mesmo segmento industrial, motivou a delimitação dos municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó como a região para realização deste trabalho. Estes municípios estão localizados no extremo oeste do estado de São Paulo e pertencem a Região Imediata de Presidente Prudente (IBGE, 2017). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceu em 2017 uma nova divisão do território nacional em regiões intermediárias e regiões imediatas. Esta nova divisão foi concebida em substituição a um modelo anterior que utilizava as nomenclaturas mesorregiões e microrregiões. No entanto, não se trata apenas de uma mudança em tais nomenclaturas, mas sim em uma nova forma de agrupar os municípios com vistas a prover informações mais alinhadas as demandas oriundas de realidades regionais em constante transformação.

A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017 apresenta um novo quadro regional vinculado aos processos sociais, políticos e econômicos sucedidos em território nacional desde a última versão da Divisão Regional do Brasil publicada na década de 1990. [...]. A Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas 2017 pretende subsidiar o planejamento e gestão de políticas públicas em níveis federal e estadual e disponibilizar recortes para divulgação dos dados estatísticos e geocientíficos do IBGE para os próximos dez anos (IBGE, 2017).

A microrregião de Presidente Prudente se dividiu em Região Imediata de Presidente Prudente e Região Imediata de Presidente Epitácio-Presidente Venceslau. A Região Intermediária de Presidente Prudente é composta pelas Regiões Imediatas de Adamantina-Lucélia<sup>1</sup>, Dracena<sup>2</sup>, Presidente Epitácio-Presidente Venceslau<sup>3</sup> e Presidente Prudente<sup>4</sup>.

A coleta e comparação de dados secundários se defrontam com uma série de desafios e obstáculos, uma vez que as instituições ou órgãos de pesquisa podem utilizar delimitações distintas. A Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), por exemplo,

---

<sup>1</sup> Municípios que compõem a Região Imediata de Adamantina-Lucélia: Adamantina, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres e Salmourão.

<sup>2</sup> Municípios que compõem a Região Imediata de Dracena: Dracena, Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho e Tupi Paulista.

<sup>3</sup> Municípios que compõem a Região Imediata de Presidente Epitácio-Presidente Venceslau: Caiuá, Marabá Paulista, Piquerobi, Presidente Epitácio e Presidente Venceslau.

<sup>4</sup> Municípios que compõem a Região Imediata de Presidente Prudente: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

utiliza na divulgação de dados estatísticos uma divisão baseada em regiões de governo e regiões administrativas. A Região Administrativa de Presidente Prudente abarca 53 municípios distribuídos entre as Regiões de Governo de Adamantina<sup>5</sup>, Dracena<sup>6</sup> e Presidente Prudente<sup>7</sup>.

Além disso, com o passar do tempo, como parte do processo de aprendizado, evolução ou necessidade de atender a novas demandas, a metodologia e a delimitação podem mudar dentro de uma mesma instituição ou órgão. No entanto, *a priori*, apesar de algumas diferenças no conjunto de municípios, são formas diferentes de, relativamente, dividir e fazer referência ao mesmo espaço geográfico.

A Região Administrativa de Presidente Prudente conta, segundo Fundação SEADE (2014), com 839 mil habitantes (2% do Estado). Ao se considerar o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), a região ocupa a 14<sup>a</sup> posição em riqueza, a 11<sup>a</sup> em escolaridade e a 4<sup>a</sup> em longevidade. Os 53 municípios da região encontram-se assim distribuídos nos cinco grupos do IPRS: 18 no Grupo 3 (apresentam baixa riqueza, contrapondo bons indicadores sociais), 26 no Grupo 4 (caracterizados por baixa riqueza e um dos indicadores sociais - longevidade ou escolaridade - baixo), e 9 no Grupo 5 (com baixos indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade). Seguindo a classificação estabelecida pelo IPRS, o município de Alfredo Marcondes integra o Grupo 3 e os municípios de Presidente Prudente e Regente Feijó integram o Grupo 4.

Dentre as razões apontadas para o baixo dinamismo e desempenho apresentado por Presidente Prudente e região estão a alta concentração da propriedade fundiária, o irresoluto conflito que envolve a titulação das terras, mão de obra disponível e pouco qualificada, além da baixa capacidade de articulação social e política (SANTOS, 2005). No entanto, para compreender a realidade regional é necessário colocá-la como integrante de um contexto maior, onde, de forma sistêmica, uma correlação de forças tem procurado agir no sentido de estabelecer a vocação da região e interferido diretamente no seu desempenho.

---

<sup>5</sup> Municípios que compõe a Região de Governo de Adamantina: Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres e Salmourão.

<sup>6</sup> Municípios que compõe a Região de Governo de Dracena: Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Pauliceia, Santa Mercedes, São João do Pau-d'Alho e Tupi Paulista.

<sup>7</sup> Municípios que compõe a Região de Governo de Presidente Prudente: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

É necessário compreender as características, especificidades, limites e possibilidades de desenvolvimento para Presidente Prudente e Região. Ou identificar as razões e os fatores determinantes os quais atraíram tais empresas para se estabelecerem nesse território regional.

### 1.1.1. Município de Alfredo Marcondes – Estado de São Paulo

Alfredo Marcondes é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo. Pertencente à mesorregião e microrregião de Presidente Prudente, localiza-se a oeste da capital do estado, distando desta cerca de 591km, conforme podemos observar no mapa 1 abaixo. Ocupa uma área de 118,915 km<sup>2</sup>, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mapa 1 - Mapa com destaque cidade de Alfredo Marcondes



Fonte: IBGE – Coleção mapas municipais (2021)

De acordo com IBGE em 24 de dezembro de 1929, o senhor Alfredo Soares Marcondes adquiriu um lote de Filomena Scateno Cristófano, aproximadamente 24,2 hectares, na região do chamado Quilômetro 16, situado no município de Presidente Prudente e deu-lhe o nome de São Benedito, iniciando-se a povoação. Muitos lavradores começaram a procurar as terras de São Benedito, devido à sua fertilidade e com o correr dos anos a povoação foi

progredindo. A povoação, de simples vila, passou a distrito em 30 de novembro de 1938, recebendo o nome de Alfredo Marcondes, em homenagem ao seu fundador. Foi elevado à condição de município em dezembro de 1948.

Sua formação administrativa: Distrito criado com a denominação de Alfredo Marcondes, pelo Decreto-lei Estadual n.º 9.775, de 30-11-1938, subordinado ao município de Presidente Prudente. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Alfredo Marcondes figura no município de Presidente Prudente. Pelo Decreto-lei n.º 14.334, de 30-11-1944, o distrito de Alfredo Marcondes foi transferido do município de Presidente Prudente para o de Álvares Machado. Elevado à categoria de município com a denominação de Alfredo Marcondes, pela Lei n.º 233, de 24-12-1948, desmembrado de Álvares Machado. Constituído de 2 distritos: Alfredo Marcondes e Santo Expedito, o segundo criado pela mesma Lei citada acima. Instalado em 01-01-1949. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Alfredo Marcondes e Santo Expedito. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Estadual n.º 5.285 de 18-02-1959, é desmembrado de Alfredo Marcondes o distrito de Santo Expedito. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2017.

O município de Alfredo Marcondes possuía no ano de 2020, segundo a Fundação Seade, 3.927 habitantes, sendo que 90,50% residiam na cidade. Quanto ao desempenho do município, os números são os seguintes: renda per capita (2010) - R\$574,27; rendimento médio do total de empregos formais (2013) - R\$1.823,82 na indústria e R\$1.825,64 no total; esgoto sanitário em 97,35% dos domicílios (2010), podemos observar melhor a cidade de Alfredo Marcondes através da figura 1 abaixo.

Figura 1 - Foto de Alfredo Marcondes - SP



Fonte: <http://www.camaraalfredomarcondes.sp.gov.br/>



### 1.1.2. Município de Presidente Prudente – Estado de São Paulo

Presidente Prudente é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo. Pertencente à mesorregião e microrregião de mesmo nome, localiza-se a oeste da capital do estado, distando desta cerca de 558km, conforme podemos observar no mapa 2 abaixo. Ocupa uma área de 562,107 km<sup>2</sup>, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mapa 2 - Mapa com destaque cidade de Presidente Prudente



Fonte: IBGE – Coleção mapas municipais (2021)

Segundo IBGE, a história da cidade tem início bem antes de 1917, ainda no século XIX, quando mineiros vieram para a região, depois que as minas de ouro se esgotaram, em busca de terras boas para a lavoura. Aqui habitavam também índios da etnia Guarani, que eram divididos em 3 tribos: Caiuás, Xavantes, Caingangos (também conhecidos como Coroados). Com a invasão das terras pelos homens brancos, os povos indígenas iniciaram muitas lutas para defender suas terras, mas foram sendo derrotados e as tribos recuando para o Mato Grosso e norte do Paraná. Suas terras foram então ocupadas por posseiros. José Theodoro de Souza foi um dos primeiros que aqui chegou por volta de 1850. Muita gente também veio para cá fugindo

da convocação de tropas para a Guerra do Paraguai, e depois foram ficando e se estabelecendo, até que em 1893 foi aberto um caminho, ligando a povoação de Campos Novos do Paranapanema ao Rio Paraná, para chegar ao Mato Grosso. Um dos homens conhecidos como colonizador de nossa cidade é o Coronel Francisco de Paula Goulart. Ele organizou um grupo de companheiros, em setembro de 1917, e veio de Campos Novos do Paranapanema até Indiana, de trem, onde pegou o trem de lastro, dos operários da ferrovia e chegou até a Memória (hoje Regente Feijó). De lá, como não tinha trem, veio a pé pela Estrada Boiadeira até chegar ao Alto Tamanduá, perto da estação que estava sendo construída, e que seria a de Presidente Prudente (isso no dia 14 de setembro de 1917). Ele veio tomar posse da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, que herdou da família, para se tornar fazendeiro e lotear terras que seriam vendidas para o plantio de café.

Além da mata, da Estrada Boiadeira, das tribos de índios e de alguns posseiros espalhados pela gleba de terra, encontrava-se aqui uma turma da Estrada de Ferro Sorocabana, que colocava os trilhos e o engenheiro que planejava a construção da linha férrea e da estação: João Carlos Fairbanks. O Cel. Goulart pediu para Fairbanks demarcar uma avenida, bem na frente da estação, hoje a Avenida Washington Luiz, e daí surgiu uma vila, que serviu de centro de abastecimento para os colonos que estavam chegando e se fixando nos lotes vendidos pelo coronel, logo a cidade nasceu nas terras do Cel. Goulart, surgindo a Vila Goulart. Dois anos depois, quando o trem chegou até aqui, veio outro fundador o Coronel José Soares Marcondes, acompanhado do Sr. Francisco Cunha, o Picadeiro, que era assim conhecido porque abria picadas na mata e demarcava lotes e abria estradas, enfim fazia a divisão das terras para que fossem vendidas. Essas antigas picadas viraram estradas que ligavam as propriedades com a linha férrea. Esses lotes foram surgindo na gleba Montalvão, cedida ao Coronel Marcondes pelo Sr. Amador Nogueira Cobra para a criação de um núcleo urbano. A Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio criou uma vila, a Vila Marcondes, para abastecer de gêneros, criar escolas, trazer médicos para os novos habitantes do lugar.

A vinda da ferrovia da região de Sorocaba até o Sudoeste Paulista (nossa região) facilitou a chegada de mais colonos, atraídos pelas terras novas, e com isso foram se formando ao longo da linha férrea diversas vilas e povoações, que hoje são cidades, como Martinópolis, Indiana, Regente Feijó, Rancharia, Assis, Presidente Venceslau, Santo Anastácio e outras. As duas vilas se uniram e toda a povoação recebeu vários nomes. Engraçados até... No início não era Presidente Prudente. O lugarejo antes chamava-se Alto Tamanduá. Depois ficou conhecido como Patrimônio do Veado, porque aqui passa o Córrego do Veado. Mas a

população não gostava do nome e foi sugerido outro, Patrimônio da Anta, porque aqui tinha muitas delas. Esse nome virou piada, pois quem chegava era chamado de anta. Montalvão foi um terceiro nome, mas que durou pouco. Enfim a nova vila se tornou Vila Goulart. Então finalmente a cidade recebeu o nome da estação ferroviária: Presidente Prudente, em homenagem ao Presidente Prudente de Moraes, nosso primeiro presidente civil, batizada pelo filho dele, quando esteve aqui para inaugurar o tráfego dos trens.

A sua formação administrativa: Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Prudente, pela Lei n.º 1798, de 28-11-1921, desmembrado do município de Campos Novos e Conceição de Monte Alegre. Sede no atual distrito de Presidente Prudente. Constituído do distrito sede. Instalado em 27-08-1923. Pela Lei Estadual n.º 2.084, de 15-12-1925, é criado o distrito de Presidente Bernardes e anexado ao município de Presidente Prudente. Pela Lei Estadual n.º 2.077, de 19-12-1925, é criado o distrito de Regente Feijó e anexado ao município de Presidente Prudente. Pela Lei Estadual n.º 2.242, de 26-12-1927, é criado o distrito de Álvares Machado e anexado ao município de Presidente Prudente. Pela Lei Estadual n.º 2.309, de 14-12-1928, é criado o distrito de Anhumas e anexado ao município de Presidente Prudente. Pela Lei n.º 2.392, de 20-12-1929, é criado o distrito de José Teodoro e anexado ao município de Regente Feijó. Em divisão administrativa referente ao ano 1933, o município é constituído de 6 distritos: Presidente Prudente, Álvares Machado, Anhumas, José Teodoro, Presidente Bernardes e Regente Feijó. Pelo Decreto n.º 6.638, de 31-08-1934, é criado o distrito de Indiana e anexado ao município de Presidente Prudente. Pelo Decreto-lei n.º 6.771, de 12-10-1934, é criado o distrito de Formiga e anexado ao município de Regente Feijó. Pelo Decreto-lei n.º 6.914, de 23-01-1935, é desmembrado do município de Presidente Prudente o distrito de Presidente Bernardes. Elevado à categoria de município.

Pelo Decreto n.º 7.262, de 28-06-1935, desmembra do município de Presidente Prudente os distritos de Regente Feijó, Indiana e José Teodoro, para constituir o novo município de Regente Feijó. Pela Lei Estadual n.º 2.794, de 26-12-1936, é criado o distrito de Pirapozinho e anexado ao município de Presidente Prudente. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 6 distritos: Presidente Prudente, Álvares Machado, Anhumas, Formiga, Pirapozinho e Vila Marcondes. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 9.073, de 31-03-1938, o distrito de Via Marcondes passou a condição de zona do distrito sede do município de Presidente Prudente. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 9.775, de 30-11-1938, foram criados os distritos de Alfredo Marcondes, Coronel Goulart e Montalvão e

anexados ao município de Presidente Prudente. O Decreto-lei acima citado transfere o distrito de Formiga do município de Presidente Prudente para Regente Feijó. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 7 distritos: Presidente Prudente, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Coronel Goulart, Montalvão, Pirapozinho. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 14.334, de 30-11-1944, foram criados os distritos de Eneida (ex-Vila Emilia) e Narandiba e anexados ao município de Presidente Prudente. O Decreto-lei acima citado desmembra do município de Presidente Prudente os distritos de Álvares Machado, Alfredo Marcondes e Coronel Goulart, para constituir o novo município de Álvares Machado. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 6 distritos: Presidente Prudente, Anhumas, Eneida, Montalvão, Narandiba e Pirapozinho. Pela Lei Estadual n.º 233, de 24-12-1948, é criado o distrito de Ameliópolis e anexado ao município de Presidente Prudente. A lei acima citada desmembra do município de Presidente Prudente os distritos de Pirapozinho e Narandiba, para constituir o novo município de Pirapozinho.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 5 distritos: Presidente Prudente, Ameliópolis, Anhumas, Eneida e Montalvão. Pela Lei Estadual n.º 2.456, de 30-12-1956, é criado o distrito de Floresta do Sul com terras desmembradas do distrito de Eneida e anexado ao município de Presidente Prudente. A lei acima citada desmembra do município de Presidente Prudente o distrito de Anhumas. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 5 distritos: Presidente Prudente, Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

O município de Presidente Prudente possuía no ano de 2020, segundo a Fundação Seade, 221.073 habitantes, sendo que 97,96% residiam na cidade. Quanto ao desempenho do município, os números são os seguintes: renda per capita (2010) - R\$881,16; rendimento médio do total de empregos formais (2013) - R\$2.353,36 na indústria e R\$2.396,00 no total; esgoto sanitário em 97,96% dos domicílios (2010), podemos observar melhor a cidade de Presidente Prudente através da figura 2 abaixo.

Figura 2 - Foto de Presidente Prudente - SP



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotos/9532/presidente-prudente-sp.html>

### 1.1.3. Município de Regente Feijó – Estado de São Paulo

Regente Feijó é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo. Pertencente à mesorregião e microrregião de Presidente Prudente, localiza-se a oeste da capital do estado, distando desta cerca de 552km, conforme podemos observar no mapa 3 abaixo. Ocupa uma área de 265,071 km<sup>2</sup>, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mapa 3 - Mapa com destaque cidade de Regente Feijó



Fonte: IBGE – Coleção mapas municipais (2021)

Segundo IBGE, até início do século XX, o vale do Paranapanema era cortado por tropeiros e boiadeiros que demandavam ao Mato Grosso, fazendo aí, vários pontos de descanso. Num destes, nas proximidades do ribeirão Memória, começou a concentração de pequenos agricultores. A implantação da Estrada de Ferro Sorocabana que rumava às barrancas do rio Paraná, no início do século XX, constituiu um marco dos surtos migratórios, estabelecendo pequenos povoados ao redor das estações ferroviárias, dedicados à cafeicultura até 1937, passando depois ao cultivo do algodão, amendoim e à pecuária.

Grande parte das terras foi adquirida pela Companhia Industrial Mercantil e Agrícola - CIMA, que encarregou o Capitão Francisco Whitaker, antigo morador local, para efetuar o loteamento de patrimônio adquirido, que pretendia colonizar. O capitão Francisco Whitaker e os agricultores Antônio e Augusto Vieira e Joaquim Lúcio fundaram, em 1922, um povoado ao longo da Ferrovia, dando-lhe o nome de Regente Feijó, em homenagem ao Estadista Regente Feijó. Tendo sua formação administrativa: Distrito criado com a denominação de Regente Feijó, por Lei Estadual nº 2077, de 19 de dezembro de 1925, no Município de Presidente Prudente. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o Distrito de Regente Feijó, figura no Município de Presidente Prudente. Decreto no 7262, de 28 de junho de 1935, cria os Distritos

de Indiana e José Teodoro e incorpora ao Município de Regente Feijó. Elevado à categoria de município com a denominação de Regente Feijó, por Decreto nº 7262, de 28 de junho de 1935, desmembrado de Presidente Prudente. Constituído do Distrito Sede. Sua instalação verificou-se no dia 01 de novembro de 1936. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o Município de Regente Feijó pertence ao termo judiciário de Presidente Prudente da comarca de Presidente Prudente, e se compõe de 3 Distritos: Regente Feijó, Indiana e José Teodoro. No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938, o Município de Regente Feijó se compõe de três Distritos: Regente Feijó, Indiana e Martinópolis (Ex-José Teodoro) e pertence ao termo e comarca de Presidente Prudente. Pelo Decreto-lei Estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, o Município de Regente Feijó adquiriu o Distrito de Formiga, do Município de Presidente Prudente, perdeu parte do território do Distrito de Martinópolis para o novo Município de Martinópolis.

Em 1939-1943, o Município de Regente Feijó é composto de 3 Distritos: Regente Feijó, Formiga e Indiana - e pertence ao mesmo termo e comarca de Presidente Prudente. Pelo Decreto-lei Estadual nº 14334, de 30 de novembro de 1944, altera a denominação de Distrito de Formiga para Taciba o Município de Regente Feijó, foi transferido da comarca de Presidente Prudente para a de Martinópolis. No quadro fixado, pelo referido Decreto-lei nº 14334, de 30 de novembro para vigorar em 1945-1948, o Município de Regente Feijó ficou composto dos Distritos de Regente Feijó, Caiabu, Indiana e Formiga (Ex-Taciba) e pertence ao termo e comarca de Martinópolis. Lei Estadual no 233, de 24 de dezembro de 1948, desmembra do Município de Regente Feijó o Distrito de Indiana. Elevado à categoria de Município a referida Lei Estadual, cria o Distrito de Espigão e incorpora ao município de Regente Feijó. Figura no quadro territorial fixado pela Lei Estadual nº 233, de 24-12-1948 para vigora no período de 1949-1953, com os Distritos de Regente Feijó, Caiabu, Espigão e Taciba, comarca de Martinópolis e com os Distritos de Regente Feijó e Espigão, comarca de Regente Feijó - menos os Distritos de Caiabu e Taciba, elevados à categoria de município - no fixado pela Lei Estadual nº 2456, de 30-12-1953 para 1954-1958. Em divisão territorial datada de 01-VII-1960, o município é constituído de 2 Distritos: Regente Feijó e Espigão. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

O município de Regente Feijó Prudente possuía no ano de 2020, segundo a Fundação Seade, 19.491 habitantes, sendo que 93,90% residiam na cidade. Quanto ao desempenho do município, os números são os seguintes: renda per capita (2010) - R\$642,12; rendimento médio do total de empregos formais (2013) - R\$2.217,72 na indústria e R\$2.181,46 no total; esgoto

sanitário em 97,34% dos domicílios (2010), podemos observar melhor a cidade de Regente Feijó através da figura 3 abaixo.

Figura 3 - Foto de Regente Feijó - SP



Fonte: <http://www.regentefeijo.sp.gov.br/>Créditos: Wellington Barbosa

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>8</sup>, segundo a Fundação Seade, em 2010, os municípios apresentam o seguinte desempenho: Alfredo Marcondes 0,741; Presidente Prudente 0,806; e Regente Feijó 0,768. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDH, Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresenta alto desenvolvimento humano e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto.

O ponto de partida das análises, a serem realizadas é uma reflexão sobre o desenvolvimento em suas diferentes concepções. A partir daí se buscará analisar o papel

---

<sup>8</sup> O IDH possui as seguintes classificações: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499), baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599), médio desenvolvimento humano (0,600 a 0,699), alto desenvolvimento humano (0,700 a 0,799) e muito alto desenvolvimento humano (acima de 0,800).



desempenhado pelas indústrias produtoras de equipamentos para sonorização no desenvolvimento de Presidente Prudente e região. Buscar-se-á identificar a composição – tipos de insumos – e a procedência do consumo produtivo dessas empresas, inclusive no que se refere a força de trabalho. Além disso, almeja-se também catalogar os tipos de produtos fabricados e mapear os mercados consumidores para onde se destina a produção. Adicionalmente, será realizada uma análise dos impactos produzidos por essas empresas no desenvolvimento dos municípios e da região onde estão instaladas.

## **1.2. Empresas de sonorização sediadas nas cidades de estudo**

Na região de Presidente Prudente estão sediadas algumas empresas do ramo de sonorização que compõe o objetivo deste estudo, que são elas.

### **1.2.1. Empresa Taramp's**

A empresa Taramp's está sediada na cidade de Alfredo Marcondes, estado de São Paulo, distante aproximadamente 27 km da cidade de Presidente Prudente.

Podemos observar na figura 4 abaixo as instalações da empresa que iniciou suas atividades no ano de 1999.

Figura 4- Instalações da Empresa Taramp's



Fonte: [www.taramps.com.br](http://www.taramps.com.br)

A Taramps nasceu de maneira simples com a fabricação de módulos amplificadores para som automotivo no ano de 1999. O idealizador e proprietário montava caixas acústicas e instalava projetos de forma caseira em sua própria garagem, porém era a modificação das potências de amplificadores já existentes que começou a chamar atenção. A intenção era projetar e desenvolver módulos amplificadores mais fortes e que superasse as potências já encontradas no mercado do som automotivo.

O reconhecimento foi tamanho que a fabricação de módulos amplificadores sob encomenda se iniciou e assim surgiu o primeiro produto Taramps, o módulo amplificador T-1300 classe AB com dois canais de 650W RMS cada. A demanda trouxe a necessidade de novos funcionários e o surgimento de novos modelos, como T-500 AB, T-600 AB, T-800 AB e muitos outros!

Em 2003 a Taramps entrou para a era digital com o desenvolvimento de amplificadores classe D (digital), e em pouco tempo a Taramps era reconhecida como referência nacional em amplificadores de som automotivo. À medida que a Taramps crescia, seus colaboradores aumentavam e mentes brilhantes passaram a pensar juntas, criando assim módulos amplificadores que ultrapassaram as barreiras das potências comercializadas até então,

tornando a Taramps pioneira em desenvolvimento e industrialização de módulos amplificadores de alta tensão alimentados por baterias em série.

Em 2019 a Taramps passou a ser o Grupo Taramps integrando cinco marcas, sendo elas: Taramps Amplifiers com o desenvolvimento e comercialização de módulos amplificadores e acessórios para som automotivo; 7 Driver Áudio com a industrialização de Alto-falantes e Drivers para uso automotivo e profissional; Homee Life Sound, sonorização de ambientes; PRO Charger com fontes e/ou carregadores de baterias automotivas; Tarsafe, a marca de segurança e acessórios de automação.

A Taramps foi a primeira empresa no Brasil a romper barreiras dos 8, 10, 12, 15, 20 e 30.000 W RMS reais de potência em sistemas 12V, desde a criação do módulo amplificador T-10.200 até os dias de hoje, com a alta tecnologia do BASS 30K. Outro ponto que destaca ainda mais a evolução e comprometimento da Taramps, foi a criação da linha HIGH VOLTAGE de estágio de saída, com um sistema revolucionário de amplificadores de alta tensão que trabalham com baterias ligadas em série.

A constante busca por tecnologia e qualidade da Taramps resultou no desenvolvimento de novas linhas de produtos, como TA, TL e até as mais recentes SMART. Portanto a consolidação da marca vem acontecendo ano após ano, participando de feiras de negócios, eventos do segmento de som automotivo e com parcerias de sucesso, como por exemplo, com o piloto de automobilismo Rubens Barrichello na Stock Car 2012 e 2013. O Grupo Taramps segue um caminho promissor, aprendendo cada dia mais, resultando em um crescimento que não para nunca.

### **1.2.2. Empresa Stetsom**

A empresa Stetsom está sediada na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo. Podemos observar na figura 5 abaixo as instalações da empresa que iniciou suas atividades no ano de 1989.

Figura 5 - Instalações da empresa Stetsom



Fonte: <https://www.stetsom.com.br/pt/>

Criada em 1989 em um escritório de poucos metros quadrados, a **STETSOM** ocupa hoje uma área de mais de 8 mil m<sup>2</sup> e se multiplica a cada ano, tanto em tamanho quanto em abrangência. Até o final de 2017 eram mais de 5 milhões de amplificadores e acessórios automotivos vendidos no Brasil e nos mais de 50 países em que exporta.

Sua história de inovação traz força e atitude inspirados pelo público apaixonado por som automotivo. Presente nos maiores campeonatos de som do Brasil e do mundo, a **STETSOM** se destaca em cada um deles e mostra que é uma potência desde sempre: foi a primeira brasileira a conquistar o 1º lugar no concorridíssimo Ranking Mundial da dB Drag.

Mas não é somente em números que a **STETSOM** se consolida como precursora de sucesso: no período de junho de 2017 a janeiro de 2018 foi realizada a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade em todos os processos internos e em fevereiro deste mesmo ano recebeu a certificação ISO 9001:2015, o que a torna pioneira na indústria brasileira de amplificadores, antenas e acessórios automotivo como referência em qualidade no mercado.

### 1.2.3. Empresa Staner

A empresa Staner iniciou suas atividades na cidade de Presidente Prudente, interior do estado de São Paulo, como podemos observar na figura 6 abaixo as instalações da empresa com início das suas atividades no ano de 1973.

Figura 6 - Instalações da Empresa Staner (Presidente Prudente)



Fonte: <http://www.staner.com/empresa/release.php#>

No início da década de 70, o mercado brasileiro mostrava-se carente de equipamento de som de uso profissional. Nessa época, o técnico de som Renato Silva tinha apenas um pequeno estabelecimento comercial de componentes eletrônicos, mas apesar das adversidades, acreditou em sua filosofia de trabalho e fundou a Staner Eletrônica.

Empresa especializada no desenvolvimento de produtos para áudio e projetos de sonorização. Primeira no Brasil a disponibilizar uma completa linha de caixas acústicas no conceito Line Array (coluna única de caixas), sistemas profissionais que se tornaram tendência na área.

Antecipou para o mercado, soluções práticas às necessidades de usuários, lançando sistemas profissionais ativos de caixas acústicas com amplificadores embarcados. Conta com profissionais altamente capacitados para idealizarem soluções em áudio sintonizadas com o que há de mais moderno em tecnologia. Dessa forma, consegue colocar em prática sua filosofia que é a de oferecer sempre o melhor resultado em sonorizações.

Após alguns anos construiu uma nova planta industrial na cidade de Regente Feijó e se transferiu suas atividades no ano de 2018 para a cidade de Regente Feijó, estado de São Paulo,

distante aproximadamente 17 km da cidade de Presidente Prudente. Podemos observar na figura 7 abaixo as instalações da empresa em suas novas instalações no ano de 2018.

Figura 7 - Instalações da empresa Staner



Fonte: <http://www.staner.com/empresa/release.php#>

Atualmente, a companhia conta com mais de 100 itens em seu portfólio, entre amplificadores multiuso, para instrumentos e de potência, consoles e mixers, caixas acústicas, periféricos, microfones e acessórios. Ao lado dos produtos, a empresa oferece suporte técnico para o desenvolvimento de projetos com otimização máxima dos recursos de áudio.

Entre os trabalhos realizados, a empresa é a responsável pela sonorização do Maracanãzinho, conhecido ginásio de esportes do Rio de Janeiro, Museu da Tam (SP), Parque do Ibirapuera (SP), Memorial da América Latina (SP), Beto Carrero World (SC), Carnaval do Rio de Janeiro (2001 e 2002) e de São Paulo, nos últimos três anos, Fórmula 1, Spirit of London (evento de música eletrônica), entre outros.

### **1.3. Procedimentos Metodológicos**

Os procedimentos metodológicos realizados através da consecução da presente pesquisa, os quais contaram com a definição, levantamento e do acesso ao banco de dados e documentos para obtenção de dados e informações secundárias (municipais, regionais e específicos da indústria de sonorização), em sua maioria constituída de dados oficiais disponibilizados por diferentes instâncias do Estado e, de informações obtidas por meio de

entrevistas, a partir de bases e publicações de diferentes instituições, entidades de classe e trabalho de campo.

As principais fontes de dados oficiais utilizadas nessa pesquisa foram as bases disponibilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados); MDIC (Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior); SECEX (Secretaria de Comércio Exterior); IPEADATA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

As análises dos dados efetivadas nesta pesquisa foram extraídas a partir da seleção de indicadores, das variáveis e a série histórica que utilizaremos para definição da atual situação e as mudanças nas atividades de sonorização do objeto de estudo.

As informações obtidas através do levantamento bibliográfico, utilizando também os aspectos qualitativos e quantitativos, representados através de tabelas, quadros, mapas, figuras, gráficos, etc.

## **2. DESENVOLVIMENTO E SUA IMPORTÂNCIA**

### **2.1 Discussão sobre desenvolvimento**

Fato que tem merecido a atenção de estudiosos, independente da opção político-partidária, ao longo do tempo é o “desenvolvimento”. As discussões sobre essa temática podem trilhar diferentes caminhos e as ações que buscam a sua concretização podem servir para diferentes propósitos, a depender da intencionalidade que guie as opções do pesquisador ou do sujeito que busca engendrar ações para alcançá-lo. Para Sachs (2008, p. 25) o caráter fugidio do conceito e do fenômeno desenvolvimento pode ser explicado pela sua característica intrinsecamente multidimensional e complexa. Além disso, “como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

Com está explanação vem a luz, apontamentos que consiste em indagar questões como: O que é o desenvolvimento? Quais são os paradigmas predominantes? Desenvolvimento seria sinônimo de avanço tecnológico, crescimento, industrialização, modernização, progresso e/ou prosperidade?

### **2.2 Conceito de desenvolvimento sob nova ótica.**

A existência de diferentes perspectivas sobre o conceito e o fenômeno do desenvolvimento não significa que existe um lado certo e outros errados, mas apenas que existem diferentes formas de se ver e compreendê-lo. É importante não cair na armadilha da polarização, do extremismo, mas compreender que entre perspectivas totalmente opostas, existem perspectivas intermediárias. Além disso, há perspectivas mais reducionistas e outras mais abrangentes. Em outras palavras, há perspectivas radicalmente economicistas, em que há uma priorização da dimensão econômica para explicar e justificar ações voltadas ao desenvolvimento, e outras que vão ser mais abrangentes, contemplando também outras dimensões.

A insuficiência do crescimento econômico para explicar e/ou justificar o desenvolvimento é apontada por Schumpeter (1982, p. XII) quando afirma que “nem o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado



aqui como um processo de desenvolvimento”. São necessários outros requisitos para que se evidencie o processo de desenvolvimento, como estabelece Schumpeter (1982, p. 47):

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

O desenvolvimento não surge com as mutações do mercado econômico, surgem com iniciativas, com novos produtos e serviços, e seus governantes provocando mudanças na economia dentro do seu país ou região. Ainda segundo Schumpeter (1982, p. 41), “a totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico, justamente como a totalidade das relações sociais constituem a sociedade”. Segundo Schumpeter (1982, p. 48),

O desenvolvimento, [...] é definido então pela realização de novas combinações. Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem, [...] 2) Introdução de um novo método de produção, [...] 3) abertura de um novo mercado, [...] 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, [...] 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de um monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

A realização de novas combinações, condição colocada pelo autor para que se possa falar em desenvolvimento, se dará, então, através das inovações em produtos, serviços ou métodos de produção, pela abertura ou conquista de novos mercados fornecedores ou consumidores, ou ainda mediante o estabelecimento de novas formas de organizar o mercado. Segundo Schumpeter (1982, p. 50), “A realização de combinações novas significa, portanto, simplesmente o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico – o que pode fornecer uma segunda definição de desenvolvimento”. Ofertas de novos produtos ou serviços fazem com que se aumente o movimento do mercado econômico e conseqüentemente novos desenvolvimentos. Para Schumpeter (1982, p. 50), o “desenvolvimento consiste primeiramente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não”. Para o autor só existe desenvolvimento a partir do momento que se consegue criar produtos, serviços ou negócios que gerem mudanças na economia e, conseqüentemente, o progresso de um país ou região.

A partir de novas combinações de produtos e serviço, para Schumpeter (1982, p. 54), “a “nova combinação de meio de produção” e o crédito. [...] pode ser descrito como o fenômeno fundamental para o desenvolvimento econômico”. A definição de Schumpeter (1982, p. 54) “Chamamos “empreendimento” à realização de combinações novas; chamamos “empresários” aos indivíduos cuja função é realizá-las”. Necessitamos de novos produtos como meio de produção e a realização destas novas combinações através dos empresários e a nova função do crédito para auxiliá-los no desenvolvimento econômico. Para Schumpeter (1982, p. 74), “A função essencial do crédito no sentido em que o tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção de que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais”. Para autor o crédito como agente propulsor da inovação que, por sua vez, é um dos indutores do desenvolvimento. Sobre o mercado de capital Schumpeter (1982, p. 86) nos afirma:

A função principal do mercado monetário ou de capital é o comércio de crédito com o propósito de financiar o desenvolvimento. O desenvolvimento cria e alimenta esse mercado. No curso do desenvolvimento lhe é atribuída ainda uma outra, ou seja, uma terceira função: ele se torna mercado das próprias fontes de rendimentos.

O desenvolvimento cria e alimenta o mercado monetário, através de suas próprias fontes de rendimentos. Falamos a pouco dos empresários na função da realização de novos meios de produção e conseqüentemente um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento é o lucro empresarial. Para Schumpeter (1982, p. 87) “O lucro empresarial é um excedente sobre os custos. Do ponto de vista do empresário, é a diferença entre as receitas e despesas no negócio”. Segundo Schumpeter (1982, p. 103)

Sem o desenvolvimento não há nenhum lucro, sem lucro, nenhum desenvolvimento. Para o sistema capitalista deve ser acrescentado ainda que sem lucro não haverá acumulação de riqueza. Ao menos não haveria o grande fenômeno social que temos em vista – este é certamente uma conseqüência do desenvolvimento e, de fato, do lucro.

Através da apuração da D.R.E. (Demonstração do Resultado do Exercício) efetuamos a apuração de resultado de uma empresa e, conseqüentemente, lucro ou prejuízo, mas como estamos falando em lucros, para o autor o desenvolvimento se faz com os lucros das empresas, pois assim está gerando recursos e novas riquezas. As atividades econômicas que surgem e são desenvolvidas em vários momentos no país, fazem referência ao ciclo econômico. Para Schumpeter (1982, p. 144)

É fato comprovado que o sistema econômico não anda sempre parra a frente de modo contínuo e sem tropeços. Ocorrem movimentos contrários, contratempos, incidentes

dos tipos mais variados, que obstruem o caminho do desenvolvimento; há colapsos no sistema de valores econômicos que o interrompem.

Para o autor o sistema econômico está em constante contratempo, e outros incidentes que cruzam o seu caminho, fazendo com que as crises econômicas aconteçam e muitas vezes atrapalhem o desenvolvimento de uma nação. Segundo Schumpeter (1982, p. 144) “Se ocorresse que, após tal contratempo ser superado, o desenvolvimento anterior começasse de novo do ponto alcançado antes que fosse interrompido, o peso desse contratempo não seria em princípio muito grande”. Esses contratempos segundo Schumpeter (1982, p. 144)

Contudo não é esse o caso. Os movimentos contrários não apenas entram o desenvolvimento, mas põem-lhe um fim. Uma grande quantidade de valores é aniquilada; as condições e os pressupostos fundamentais dos planos dos dirigentes do sistema econômico se alteram. O sistema econômico precisa se reanimar antes de poder caminhar de novo para frente; o seu sistema de valores precisa se reorganizar. E o desenvolvimento que então começa novamente é um novo e não simplesmente a continuação do antigo.

O desenvolvimento em grande parte prejudicado pelos contratempos ocasionados no sistema econômico, vivência percalços que muitas vezes podem prejudicar uma nação ou até mesmo regiões diferentes dentro dela. Necessitando uma nova reestruturação e organização a partir de um novo desenvolvimento. Para Schumpeter (1982, p. 144), “O novo desenvolvimento provém de condições diferentes e em parte da ação de pessoas diferentes; muitas esperanças e valores antigos são enterrados para sempre e surgem outros completamente novos”.

Os fatores no desenvolvimento, nos mostram que são necessários, vários procedimentos, e reestruturação do conjunto através de pessoas diferentes e sempre na esperança de novos rumos para a nação.

### **2.3 Desenvolvimento Local**

Quando se fala em “local” num primeiro momento o que nos veem em mente minha cidade ou meu município, principalmente nas pequenas cidades do interior. Assim entendamos um pouco sobre cidade, conforme nos define Sposito (2004, p. 12),

Para entender a cidade, não basta apenas observá-la ou viver nela. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc.

Precisamos observar e entender as variações que ocorrem dentro da nossa cidade compreendendo toda sua movimentação comercial e industrial, onde estão os comércios e as

indústrias. Pois a maioria das cidades já existiam e continuarão existindo com nossa passagem por ela. Conforme nos explica Sposito (2004, p. 13) “as cidades existem em todo o mundo e se apresentam em diferentes tamanhos, mas nenhuma é igual à outra: cada uma delas tem a sua história; contém sua própria identidade, marcada por diferenças e semelhanças em relação a outras cidades; existem as pessoas que lá moram; etc.”.

Estar atento a estes detalhes nos faz compreender a importância da comparação entre as cidades deste estudo, cada uma tem movimentações comerciais e industriais diferentes, como nos define Sposito (2004, p. 13), “para sua sobrevivência, na reprodução como força de trabalho e na produção de riquezas, a população das cidades precisa consumir alimentos, roupas, calçados, etc.”. Este consumo se faz necessário para que surjam novas atividades urbanas e novos produtos através da transformação. Sposito (2004, p. 13), nos mostra que as atividades urbanas “estão ligadas à transformação das matérias-primas na indústria, ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços (bancos, oficinas de consertos, etc.) ao transporte urbano, ao consumo de água encanada, de esgotos em rede, entre outros”. Este processo nas cidades com a força do trabalho e das atividades urbanas, cada um com suas especificidades, dá se início ao processo de transformações necessárias à sobrevivência, pertencendo nesse período ao processo de desenvolvimento exógeno, ou seja, de cima para baixo.

A busca pelo desenvolvimento local se faz num primeiro momento da necessidade em mudanças, seja ela qual for, independentemente do seu território, região ou localidade, e necessita de vários esforços da comunidade para se alcançar os objetivos propostos. Segundo Oliveira; Silva; Lovato (2014, p. 113)

Pode-se definir o desenvolvimento local como sendo o conjunto de diversas dinâmicas que se relacionam (social, econômica, política e cultural), atuantes em um território demarcado por características próprias que induzem mudanças qualitativas naquela estrutura.

A necessidade de mudança em sua estrutura, suas especificidades e um conjunto de dinâmica entre os relacionamentos sociais, econômicos, políticos e culturais, almejando o desenvolvimento local. Ainda, Oliveira; Silva; Lovato (2014, p. 113) diz:

O que se observa é que para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem com isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local.

A procura de melhores condições de vida através da vontade coletiva, da identificação das potencialidades em suas localidades, das características, da capacidade de cada região e mantendo os recursos naturais, culturais e históricos, contribuindo para o desenvolvimento local. São necessárias nas cidades e regiões novas atividades urbanas e novas forças de trabalho, cada uma com suas especificidades, dá se início ao processo de transformações necessárias à sobrevivência, pertencendo nesse período ao processo de desenvolvimento exógeno, ou seja, de cima para baixo.

Para Ultramari e Duarte (2011, p. 24) a partir das “mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercado em escala global têm impactado, nas últimas décadas, as economias locais e regionais, enfraquecendo o papel dos estados e estimulando processos de descentralização”. O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, onde identificamos como paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down* (cima para baixo). Com está mudança de cenário Ultramari e Duarte (2011, p. 24-25) nos afirma:

O poder local (no caso do Brasil, o município), viu suas atribuições e responsabilidades alteradas, exigindo que este passasse a atuar como agente do desenvolvimento. Em outras palavras: podemos afirmar que, agora o município – por questões internacionais, como a globalização e devido ao fato de a Constituição Federal de 1988 tê-lo dotado de maior autonomia para questões internas -, é considerado capaz de transformar positivamente as suas sociedades.

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, se faz necessário uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento. Segundo Ultramari e Duarte (2011, p. 26) “paralelamente a esse repasse entre instâncias de governo – do mais central para o mais local -, de forma ainda ostensiva, há um repasse de novas responsabilidade à sociedade civil, a qual deve se organizar e resolver seus próprios problemas”. Além do aumento das responsabilidades dos municípios, exige se uma união dos cidadãos civis, mesmo com objetivos diferentes, através de organizações de associações e outras organizações profissionais. Nos complementam Ultramari e Duarte (2011, p. 26), “a competitividade passa a ser proeminente, mais do que nunca cabe ao município a responsabilidade de atrair investimento para o interior de seu território”.

A competitividade entre os municípios passa a ser mais constante com oferecimentos de serviços básicos sociais à população, procurando realizar serviços que sejam diferenciais na hora de captação de capital privado. Os autores complementam que:

Atrair investimentos para o interior do território municipal torna-se, pois, prioridade. Com isso, é importante que você perceba que o governo municipal passa a ser visto como viabilizador local de instalação e do sucesso de novos empreendimentos, por meio de fornecimento de infraestrutura urbana e de subsídios para a instalação de novas atividades econômicas. (ULTRAMARI; DUARTE, 2011, p. 26)

Prioridade, planejamento e gestão do governo municipal, valorizando-se através da infraestrutura urbana, na busca de novos investimentos e atraindo instalações de empreendimentos com novas atividades econômicas. Segundo Ultramari e Duarte (2011, p. 28)

A discussão teórica a respeito das reais capacidades de o nível local mudar realidades, na prática temos assistido a iniciativas diversas, concretas, singulares e com resultados comprovados. Esse é o caso de diversas prefeituras em todo o Brasil, as quais têm buscado nos recursos locais uma solução para aquilo que parecia poder ser alterado apenas com mudanças estruturais da sociedade e de seus governos estaduais e federal.

Estudos mostram condições de mudança no desenvolvimento local pelos municípios, as mudanças de suas realidades com iniciativas diversas e com resultados comprovados. Uma iniciativa que trouxe soluções para melhoras estruturais que não recebiam dos governos. Com está mudança de realidade surge para Bellingieri (2017, p. 15) o

Paradigma do desenvolvimento endógeno, segundo o qual o desenvolvimento não seria determinado pelo funcionamento das livres forças do mercado ou pelas políticas de planejamento territorial oriundas do poder central, mas, sim, por aspectos intrínsecos ao local, ao território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global.

A partir do paradigma do desenvolvimento endógeno e *bottom-up* (baixo para cima), o desenvolvimento local se liberta das políticas nacionais, os municípios dentro das suas especificidades buscando na sua potencialidade sua capacidade de desenvolvimento.

As principais abordagens do desenvolvimento endógeno se desdobram, segundo Bellingieri (2017), em a nova teoria do crescimento, o distrito industrial, o *milieu innovateur* (ambiente Inovador), o *cluster* (agrupamento econômico), a abordagem do capital social e os termos indústria criativa e economia criativa. Na nova teoria do crescimento de acordo com Krugman (1992 apud BELLINGIERI, 2017, P. 18), “uma concentração geográfica surge da interação entre os rendimentos crescentes, os custos com transportes e a demanda, necessitam de uma concentração geográfica”. A preocupação com a demanda e os custos são fundamentais, necessitando de uma concentração geográfica. Para Krugman (1992, p. 20 apud BELLINGIERI, 2017, p. 18)

Se as economias de escala são suficientemente grandes, cada fabricante prefere abastecer o mercado nacional a partir de um único local. Para minimizar os custos de

transporte, elege uma posição espacial que permita contar com uma demanda local grande. Mas a demanda local será grande, precisamente na área onde a maioria dos fabricantes elegem situar-se. Deste modo existe um argumento circular que tende a manter a existência do Cinturão Industrial uma vez que este tenha sido criado.

As aglomerações econômicas, sempre ocorrerão, principalmente com os altos custos de transporte e conseqüentemente o aumento da demanda. O que está ocorrendo uma descentralização dos armazéns das grandes indústrias dos grandes centros para áreas regionais dependendo das suas especificidades. No distrito industrial segundo Piore; Sabel (1984 apud BELLINGIERI, 2017, p. 18)

Representa uma “evolução” em relação ao modelo de produção tradicional fordista, pois supõe um aglomerado de pequenas e médias empresas, funcionando de maneira flexível e estreitamente integradas entre si e o ambiente social e cultural, alimentando-se de intensas economias externas formais e informais.

Formados para receber plantas industriais, os espaços são previamente preparados para receber pequenas e médias empresas em seus espaços preparados previamente, cada uma com um ramo de atividade diferente, interagindo ou não entre elas. Para Bellingieri (2017, p. 19), o *milieu innovateur* (ambiente inovador) confere

Papel determinante e certa autonomia às inovações tecnológicas. Uma região pode estar orientada tanto para as vantagens adquiridas quanto para a renovação ou para a criação de recursos, e as que optam pelas vantagens adquiridas, ou dadas, estarão candidatando-se ao declínio econômico, enquanto as que optam pelas conquistas de novas vantagens estarão mais próximas do sucesso ou da sobrevivência.

A capacidade de se envolverem com o que está acontecendo no mercado e no ambiente tecnológico sairão em vantagem conseguindo evoluir e conseqüentemente transformar o seu ambiente. O *cluster* (agrupamento econômico), segundo Amaral Filho (2001 apud BELLINGIERI, 2017, p. 19), “é uma espécie de síntese das duas abordagens anteriores, mais abrangente não apenas porque incorpora aspectos destas abordagens, mas porque não fica restrito às pequenas e às médias empresas”. Através de agrupamentos econômicos existe a possibilidade de redução de custos e conseqüentemente aumenta no poder de compra e da melhora na competitividade com os concorrentes. Ainda segundo Amaral Filho (2001 apud BELLINGIERI, 2017, p. 19), “a ideia central é formar uma indústria-chave, ou indústrias-chaves, numa determinada região, transformá-las em líderes de seu mercado, se possível internacionalmente, e fazer dessas indústrias a ponta de lança do desenvolvimento dessa região”. A transformação de indústrias-chaves inclusive internacionalmente são ajudas determinantes no desenvolvimento desta região, conseqüentemente com o local.

A abordagem do capital social preconiza segundo Durston (2000 apud BELLINGIERI, 2017, p. 20, como

Fatores de desenvolvimento os valores éticos, a capacidade de associação, o grau de confiança e a consciência cívica dos indivíduos de uma sociedade, constituindo-se num recurso (ou via de acesso a recursos) que, em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios para os que o possuem, sendo que esta forma específica de capital se fundamenta nas relações sociais.

Geram grandes benefícios quando os indivíduos através de seus valores se unem em prol das suas relações sociais, se associando em busca de recursos para o desenvolvimento de sua região ou do seu local. E, segundo Putnam (2002, p. 192 apud BELLINGIERI, 2017, p. 21), “para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [...]”. Não se consegue desenvolvimento econômico sem capital social, passando a ser primordial em algumas circunstâncias na relação entre capital físico ou humano. Termo indústria criativa e economia criativa definida por Reis (2017, p. 3 apud BELLINGIERI, 2017, p. 21), “o paradigma da cidade criativa, como uma cidade capaz de transformar continuamente sua estrutura socioeconômica, com base na criatividade de seus habitantes e em uma aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas”. Quanto de potencial econômico se consegue com a criatividade humana e quais setores podem ser impactados, trazendo desenvolvimento no espaço urbano, conquistando novos talentos nas vocações econômicas.

Para Bellingieri (2017, p. 22) “no Brasil, o prestígio do desenvolvimento endógeno abriu caminho para uma série de políticas, estratégias e experiências práticas voltadas à promoção do desenvolvimento, em regiões e cidades”. Algumas dessas experiências alcançadas podemos analisar algumas delas, que são o arranjo produtivo local (APL), a indicação geográfica, o planejamento estratégico de cidades, ou o planejamento estratégico urbano e *city marketing*. O arranjo produtivo local (APL), que segundo Cassiolato; Lastres (2003 apud BELLINGIERI, 2017, p. 22), pode ser definido como “[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. Uma das experiências dentro do desenvolvimento local, com vínculos simples dentro de um conjunto de atividades de bens, serviços finais e fornecedoras de equipamentos e outras. A indicação geográfica, segundo Bellingieri (2017, p. 22) que “implica a obtenção de um selo de Denominação de Origem para os produtos agrícolas ou alimentos fabricados localmente, objetivando agregar valor à produção



local, tornando a região competitiva e articulada com os circuitos do comércio”. Tornando a região competitiva e agregando valores a produção local, trazendo mais competitividade, através das produções agrícolas ou alimentícias.

O planejamento estratégico de cidades, ou planejamento estratégico urbano, definido por Lopes (1998 apud BELLINGIERI, 2017, p. 22) “como um plano de ação, formulado a partir do consenso e do compromisso de atores públicos e privados, definindo projetos tangíveis e intangíveis”. Com planejamento e estratégias a partir do comprometimento dos setores públicos e privados os projetos definidos podem ser executáveis. E segundo Duriguetto (2007, p. 5 apud BELLINGIERI, 2017, p. 22-23) como “similar aos ensinamentos das ações estratégicas nas empresas, as cidades são concebidas como atores econômicos que encontram na lógica do mercado o modelo de planejamento e execução de suas ações”. As ações com base nas empresas possibilitam estratégias de planejamentos tornando possíveis pelas cidades encontrar sua lógica nos atores econômicos. *O city marketing* que, segundo Duarte; Ultramari; Czalkowki (2008 apud BELLINGIERI, 2017, p. 23) “por meio de conceitos e estratégias de *marketing* semelhantes aos da iniciativa privada, visa a posicionar a cidade frente à ‘concorrência’ com as demais cidades, valorizando sua imagem aos olhos de seus moradores e, especialmente, dos investidores externos”. Com o desenvolvimento local cabe a cada cidade se colocar a frente das demais buscando valorização e se posicionando na frente das demais, por meio da conquista de novos investidores, principalmente os externos.

Segundo Ultramari e Duarte (2011, p. 31) “você precisa atentar, também, para o fato de que a defesa contemporânea do desenvolvimento local não deve ignorar a dimensão global, reconhecendo interesses externos ao espaço menor trabalhado”. Quaisquer que sejam as oportunidades tanto no mercado nacional, como no global devem ser aproveitadas em busca de se potencializar recursos e melhores condições do desenvolvimento local.

## **2.4. Desenvolvimento Regional**

Tendo como ponto de partida os apontamentos inicialmente realizados sobre desenvolvimento, em suas diferentes perspectivas, ainda de forma macro; agora buscar-se-á abordar essa temática em seus desdobramentos regional e local. Enquanto, de um lado, a região é entendida como uma escala geográfica, de outro lado, o local, embora em alguns casos possa até coincidir territorialmente, não o é, como compreende Bellingieri (2017, p. 8):

O desenvolvimento local, conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades.

O paradigma do desenvolvimento endógeno leva em consideração e prioriza as características locais, bem como os atributos e interesses dos sujeitos ali presentes. Trata-se de uma perspectiva onde o desenvolvimento será alavancado por reivindicações, ações e políticas construídas de baixo para cima (*bottom-up*), contrapondo uma perspectiva até então hegemônica onde as ações partem de cima (*top-down*), em tese com a intenção de resolver problemas e atender aos anseios dos que estão em baixo (BELLINGIERI, 2017).

A divisão do trabalho e a especialização de uma determinada região geográfica na produção de determinados produtos ou prestação de determinados serviços vem sendo estudada e debatida desde o século XVIII. Essa divisão e especialização levaria em consideração determinados elementos que configurariam a vocação daquela região para desenvolvimento de atividade e onde as empresas poderiam produzir de forma diferenciada frente a outras localidades e, mercadologicamente falando, obtendo dessa forma vantagem competitiva. Bellingieri (2017) resume a evolução do pensamento relativo ao desenvolvimento regional no período precedente ao século XX da seguinte forma:

Adam Smith, no século XVIII, defendia a especialização (baseada na divisão do trabalho) e o livre comércio (baseado nas vantagens absolutas de cada país) como a fonte da riqueza das nações. David Ricardo, no princípio do século XIX, preocupou-se com a distribuição da riqueza nacional entre capitalistas, trabalhadores e proprietários de terra, tendo também construído o conceito de vantagens comparativas, pelo qual a competitividade de cada país estaria ligada à sua especialização em fabricar produtos em que são relativamente mais eficientes (HUNT, 1981). Marshall (1982), no final do século XIX, foi o primeiro a identificar as vantagens advindas da aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, gerando economias externas, o que lançou as bases para as teorias contemporâneas dos distritos industriais e dos clusters (BELLINGIERI, 2017, p. 11).

É a partir de meados do século XX que, segundo Bellingieri (2017), surgem as Teorias Clássicas da Localização e as Teorias do Desenvolvimento Regional. As primeiras, originárias da escola alemã, consideravam “[...] a disposição geográfica do mercado e os custos de transporte” (BELLINGIERI, 2017, p. 12). De inspiração Keynesiana e com perspectiva macroeconômica, as Teorias do Desenvolvimento Regional

[...] trazem como elemento comum a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma de *cima para baixo*, ou *centro-abaixo*, baseado numa força

externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento (BELLINGIERI, 2017, p. 12, grifos do autor).

Neste momento já é possível discernir e é importante destacar uma diferença paradigmática fundamental entre as Teorias do Desenvolvimento Regional e as Teorias do Desenvolvimento Local. Enquanto as primeiras estão ligadas a um paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down*, as segundas identificam-se com um paradigma de desenvolvimento endógeno e *bottom-up*. A forma como se originam e se concebem as políticas voltadas ao desenvolvimento são diferentes: no primeiro paradigma elas são instituídas e no segundo elas são conquistadas.

Os principais modelos de Teorias do Desenvolvimento Regional, segundo Bellingieri (2017), são: Teoria da Base de Exportação, Causação Circular Cumulativa, Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, e Polos de Crescimento. Na Teoria da Base de Exportação

[...] os níveis de produção e de emprego de uma região dependem de suas atividades exportadoras, as quais dependem, por sua vez, da procura externa e das vantagens comparativas da região, variáveis que o modelo considera exógenas, isto é, que a região não pode influenciar. [...]. O modelo [...] centra-se [...] em dois elementos fundamentais: o dinheiro que entra na região graças às atividades básicas de exportação e os efeitos de propagação, devido ao impacto multiplicador desse dinheiro na região; em outras palavras, existem indústrias de base, que permitem à região “ganhar a vida”, e as atividades de suporte, que derivam da presença das atividades de base (BELLINGIERI, 2017, p. 12-13).

No modelo de Causação Circular Cumulativa recorre-se, segundo Bellingieri (2017, p. 13), “[...] à ideia de ciclo vicioso (ou virtuoso) para explicar como um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo (ou positivo) é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos (ou positivos)”. Para o autor, neste modelo, “são os fatores exógenos que movem o sistema continuamente, o que justifica a intervenção pública, que poderia contrabalançar ou neutralizar a lei de funcionamento do sistema de causação circular, minimizando as disparidades entre as regiões” (BELLINGIERI, 2017, p. 13).

Para Bellingieri (2017), no modelo de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento analisa-se como pode se dar a transmissão do desenvolvimento econômico de uma região para outra. Neste, “[...] o desenvolvimento dá-se pela capacidade de investir [...]” e “[...] as decisões de investimento tornam-se a principal questão da teoria sobre o desenvolvimento e o principal objeto de política econômica” (BELLINGIERI, 2017, p. 14).

No modelo dos Polos de Crescimento, segundo Bellingieri (2017, p. 14), “[...] do aparecimento de uma indústria motriz [...]” que dinamiza uma região emerge um polo. Segundo essa teoria, isso atrai “[...] outras indústrias, criando aglomeração populacional e estimulando a

criação de atividades primárias, fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e terciárias, proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno (BELLINGIERI, 2017, p. 14).

Independente do modelo teórico que guie o estudo e concepção de ações voltadas ao desenvolvimento de uma região, o final do século XX trouxe novos desafios impostos pelo processo de globalização em curso. Os impactos decorrentes desse processo influenciam inclusive, na conceituação de região, e devem ser considerados por governantes e empresários na hora de planejar ações que almejem atrair investimentos e negócios para determinada região. A globalização é entendida por Ultramari e Duarte (2011, p. 56) como:

A intensificação das relações e dependências dos diferentes locais ou cidades em nível global. De fato, agora mais do que nunca, relações outras que não apenas as de vizinhança parecem estabelecer novas tipologias de região, alterando, mais uma vez, todo o modo de entender os espaços regionais.

Para Ultramari e Duarte (2011, p. 44) os critérios adotados na delimitação “de uma região variam de acordo com os objetivos do planejamento”. Os autores definem como critérios a homogeneidade, o isolamento, a interdependência ou relativos a um problema *ad hoc*, conforme será detalhado a seguir. Segundo o critério da homogeneidade “as regiões seriam áreas em que determinadas características fisiográficas ou socioculturais são relativamente homogêneas, como regiões formadas por um conjunto de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano similares” (ULTRAMARI; DUARTE, 2011, p. 44).

No critério do isolamento, segundo Ultramari e Duarte (2011, p. 45, grifos do autor), “a região é um espaço que se distingue de seus vizinhos mais imediatos, isolando-se destes por barreiras naturais, também chamadas de *físicas* ou *artificiais*, ou ainda, de *fronteiras*”.

A interdependência reforça “as ideias de polarização e dependência, região é um espaço cujas partes contam com características heterogêneas, porém, complementares. Além disso, tais partes mantêm entre elas e, principalmente, como o polo dominante, intercâmbios em níveis mais altos que com as regiões vizinhas” (ULTRAMARI; DUARTE, 2011, p. 45).

No problema *ad hoc*, “sua constituição sugere algo passageiro e focado numa solução mais imediatista. Um exemplo desse tipo de região é aquele que resulta do entendimento de um determinado programa de investimentos, atrelado o conceito à possibilidade concreta de se resolver um problema” (ULTRAMARI; DUARTE, 2011, p. 45).

### 3. DADOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil é uma federação composta por vinte e seis estados e um distrito federal, que em sua escala nacional, segundo o IBGE (2020a), possui uma área territorial de 8.510.295.914 km<sup>2</sup>. Com esse imenso território, os estados e municípios, cada um com suas especificidades e o desafio de alcançarem o seu desenvolvimento. Veremos nos itens seguintes uma demonstração da capacidade de desenvolvimento de cada estado.

#### 3.1 Concentração Econômica: Desempenho dos Estados e do Distrito Federal no PIB do Brasil (%).

Análise das variações do desempenho econômico através do PIB (Produto Interno Bruto) dos estados e do distrito federal, no período de 2002 a 2018. Quais são os motivos destas variações em certos períodos das concentrações e desconcentrações dos recursos entre os estados e o distrito federal em relação ao PIB do Brasil. Segundo Cano (2008, p. 233) os:

Esforços para alocação de projetos em outras áreas do país devem e podem ser feitos mediante programas e projetos detalhados de forma “mais fina”. Os de recursos privados, contudo, em sua busca por maiores “vantagens locais”, ajudaram a aumentar a suicida “guerra fiscal” entre estados brasileiros, promovendo verdadeiros leilões de localização.

A falta de investimentos do Estado, abriu espaço para entrada de investimentos privados nacionais e internacionais promovendo uma guerra fiscal, cada um buscando as melhores vantagens locais. Ainda para Cano (2008, p. 232)

Necessitamos reconstruir o Estado e dotá-lo de recursos financeiros compatíveis, tanto para o saneamento estrutural fiscal quanto para a retomada do investimento público. Somente em uma alternativa como esta é que se pode pensar seriamente no trinômio estabilidade/retomada do crescimento/resgate da dívida social. Apenas com uma estratégia desse tipo é que se pode repensar a questão regional em termos produtivos e sociais.

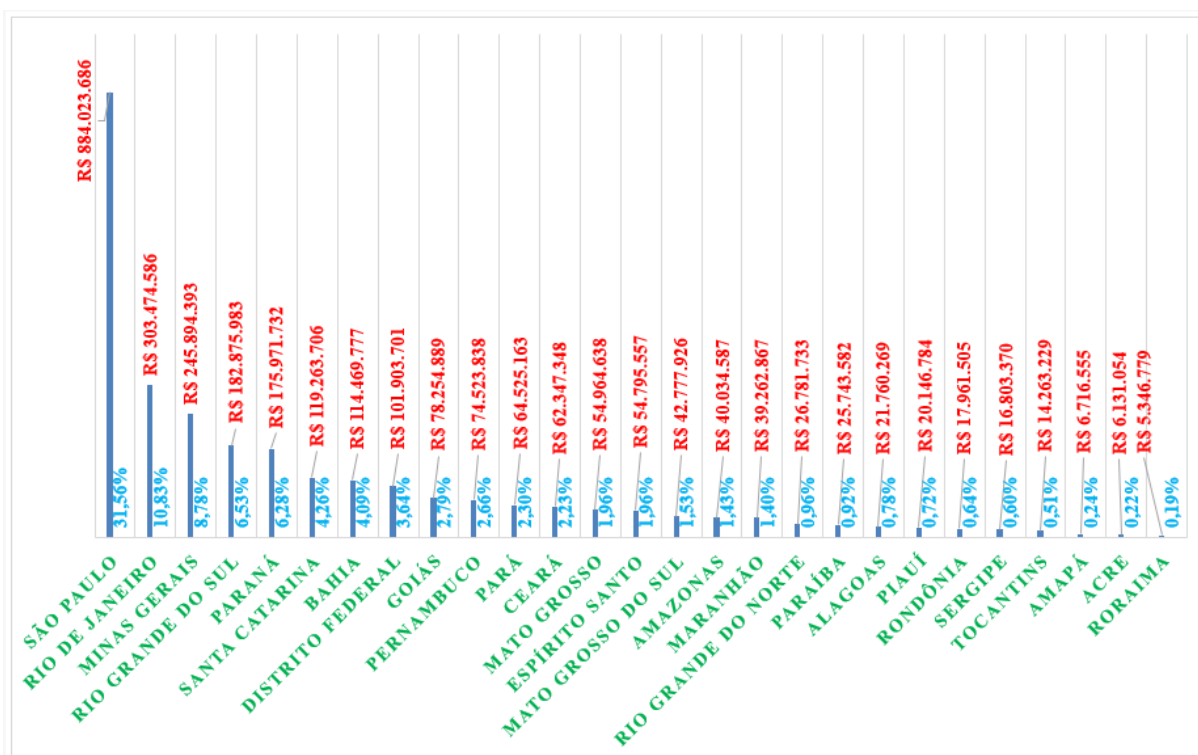
Somente com Estado forte conseguiremos através do saneamento fiscal uma retomada do investimento público, buscando estabilidade, retomada do crescimento e resgate da dívida social, fazendo com que se consiga um desenvolvimento econômico suficiente para cada região.

##### 3.1.1 Desempenho econômico entre os Estados Brasileiros na Participação no PIB do Brasil de 2018 – Formação do grupo de pesquisa.

Começamos com um levantamento dos dados do ano de 2018, o Gráfico foi organizado mediante a utilização de dados extraídos do IBGE (2010), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, da Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010 do IBGE.

Através do Gráfico 1 é possível observar os valores e percentuais referentes a participação dos 26 (vinte e seis) estados e do distrito federal no PIB (Produto Interno Bruto), no ano de 2018. O valor total do PIB do ano de 2018 no valor de R\$2.801.019.237 (valor em mil reais), todos os valores foram deflacionados de acordo com IPCA da série de 2002 a 2018 e os próximos valores as casas decimais estão sendo omitidas, a razão disso, e que os valores estão expressos em mil reais.

Gráfico 1 - Participação dos Estados no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018

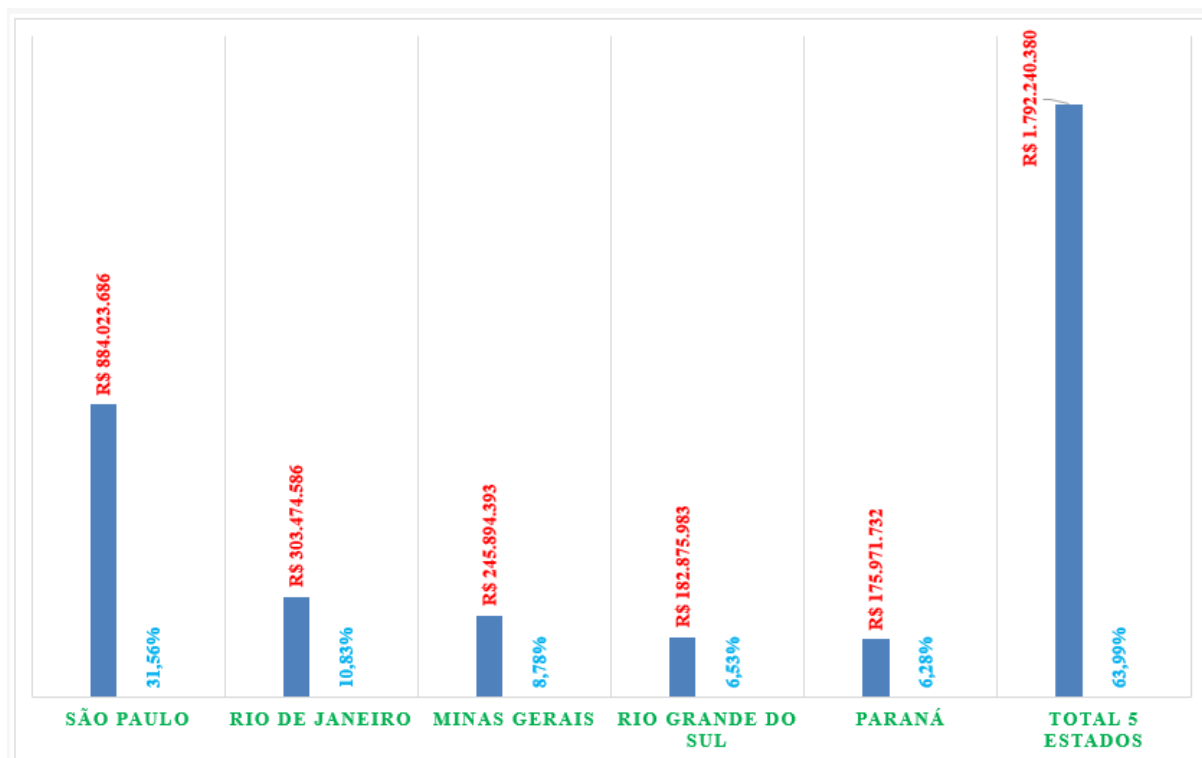


Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O Gráfico 1 apresenta o estado de São Paulo com maior valor de participação no PIB do Brasil, restando 68,44% para os demais estados e distrito federal. Utilizaremos como recorte para nosso artigo os cinco estados com maiores participações no PIB Brasil, como podemos

observar no Gráfico 2 que os cinco maiores estados com participação totalizam o valor de R\$1.792.240.380 representando 63,99%.

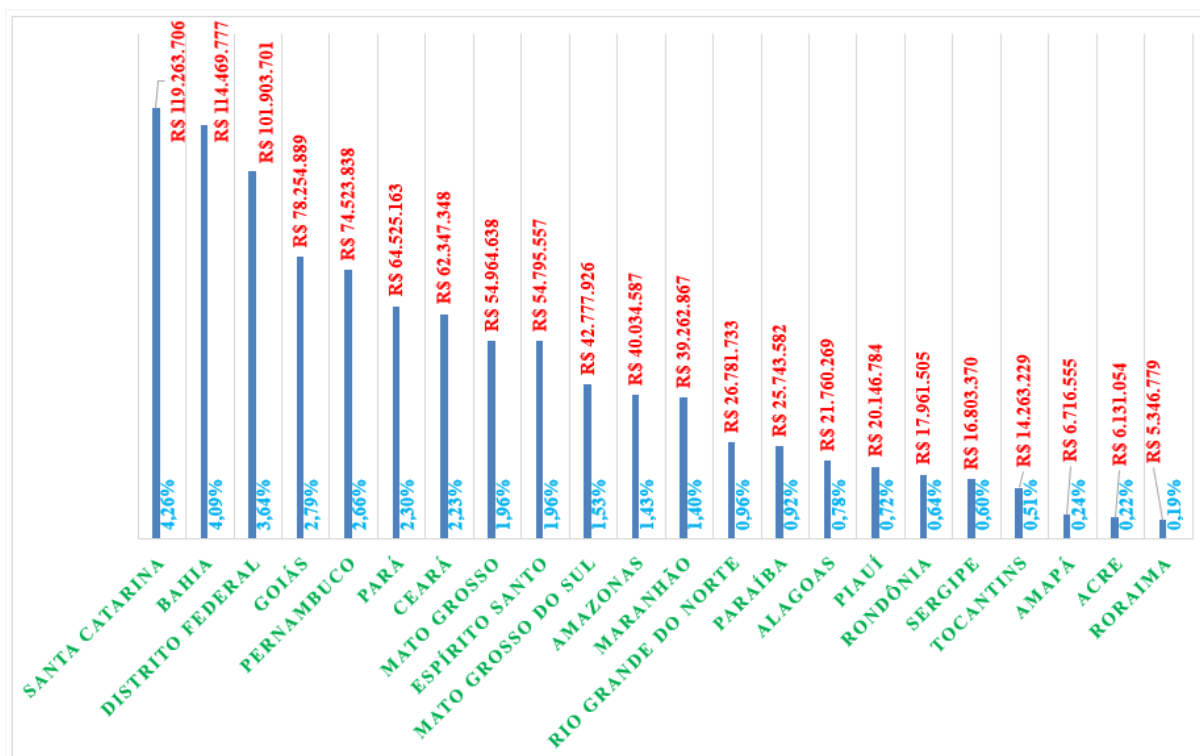
Gráfico 2 - Os Cinco Estados com maior participação no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O gráfico 2 apresenta o estado de São Paulo com maior valor de participação no PIB do Brasil no ano de 2018, seguindo por Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Nos mostra a representatividade destes cinco estados no PIB do Brasil. No gráfico 3 podemos observar os outros 21 estados e o distrito federal com o valor total de R\$1.008.778.857 de participação no PIB, representando 36,01%.

Gráfico 3 - Os vinte e um estados e o distrito federal com participação no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018



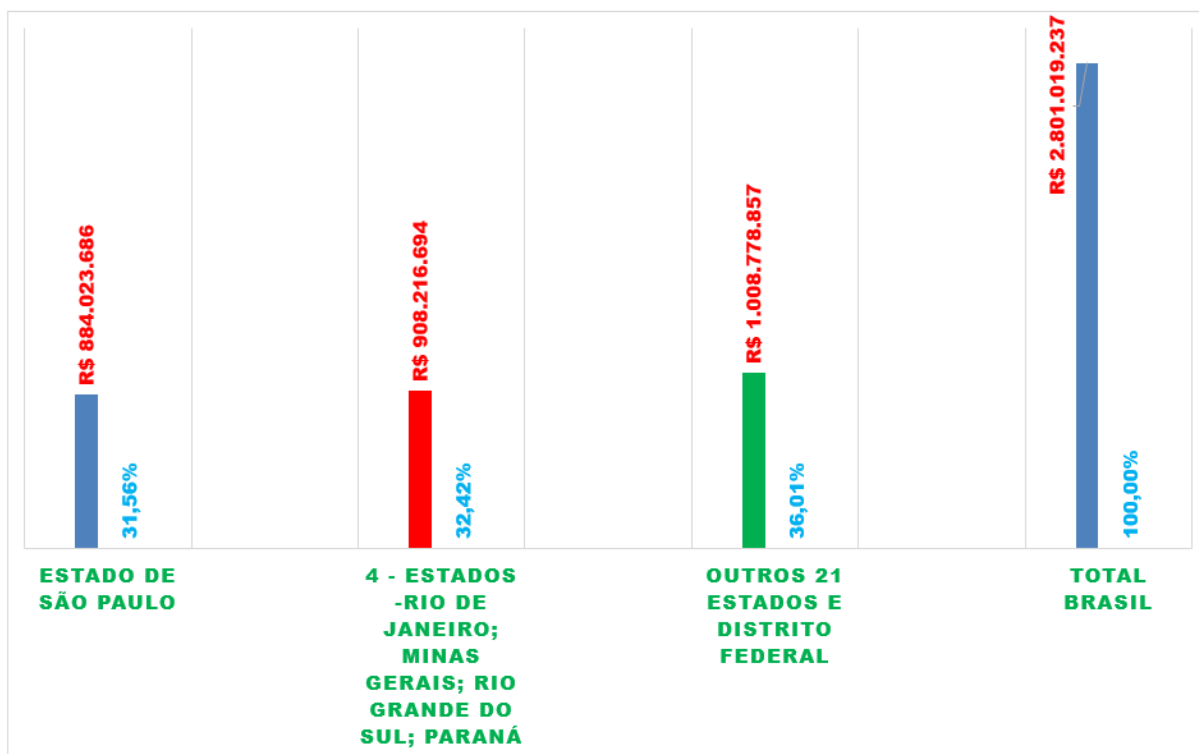
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O Gráfico 3 apresenta o estado de Santa Catarina com o maior valor de participação no PIB do Brasil, seguindo por Bahia, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco, Pará, Ceará, os demais estados com menos de 2% representam o valor de R\$393.490.435 com 14,05% da participação do PIB do Brasil do ano de 2018. São necessários vários estados e o distrito federal para compor o percentual que os cinco primeiros estados representam.

No Gráfico 4 apresentamos o recorte para organização da nossa pesquisa, ou seja, separamos em três grupos, sendo o primeiro grupo o estado de São Paulo por representar 31,56%, o segundo grupo os estados Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná que representam 32,42% e o terceiro grupo os demais 21 estados e o distrito federal que representam 36,01% do PIB do Brasil no ano de 2018.



Gráfico 4 – Grupos dos estados com participação no PIB do Brasil - Demonstrativo do ano de 2018



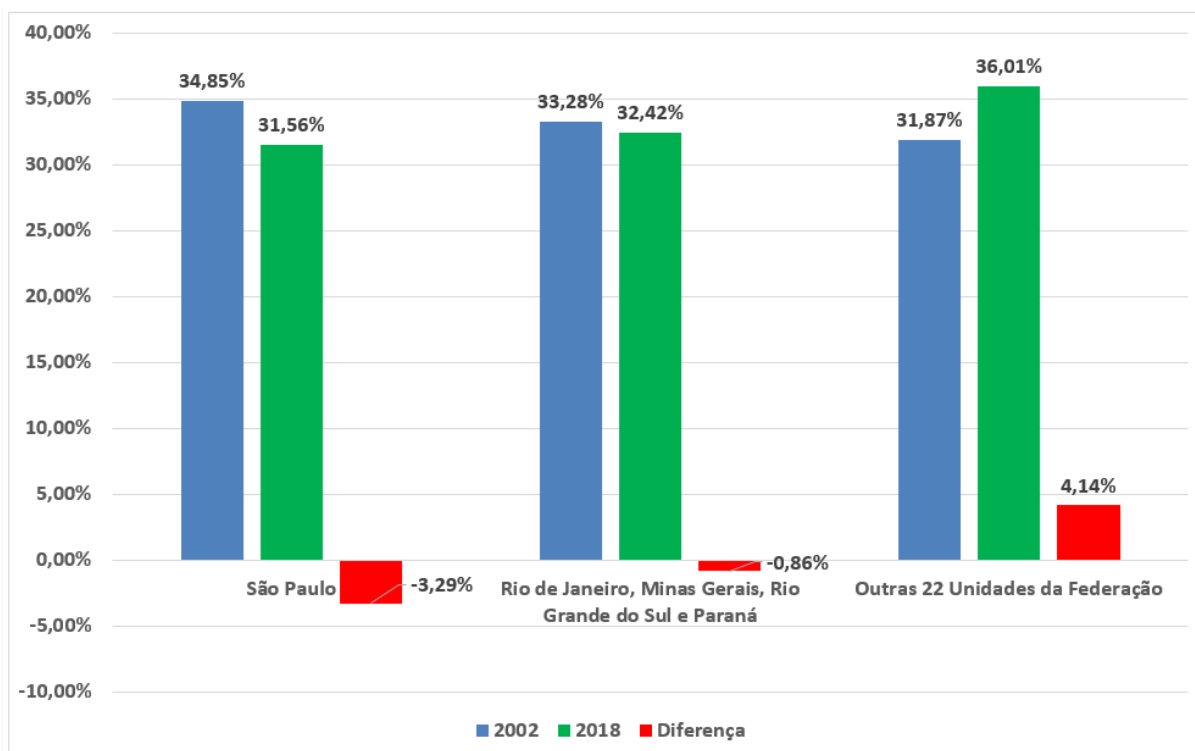
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

O Gráfico 4 mostra como foi organizado a pesquisa, sendo a mesma separada em três grupos, de onde conseguiu uma média para análise das concentrações e desconcentrações do valor do PIB do Brasil.

### 3.2 Um Comparativo do Desempenho Econômico Entre os Estados Brasileiros na Participação no PIB do Brasil (%) entre anos 2002 e 2018.

Através, do gráfico 5 efetuou-se um comparativo com a possibilidade de se analisar as tendências das participações dos estados no PIB do Brasil entre o ano de 2002 com o ano de 2018.

Gráfico 5 - Comparativo da Participações dos Estados no PIB do Brasil (%) entre os anos de 2002 e 2018



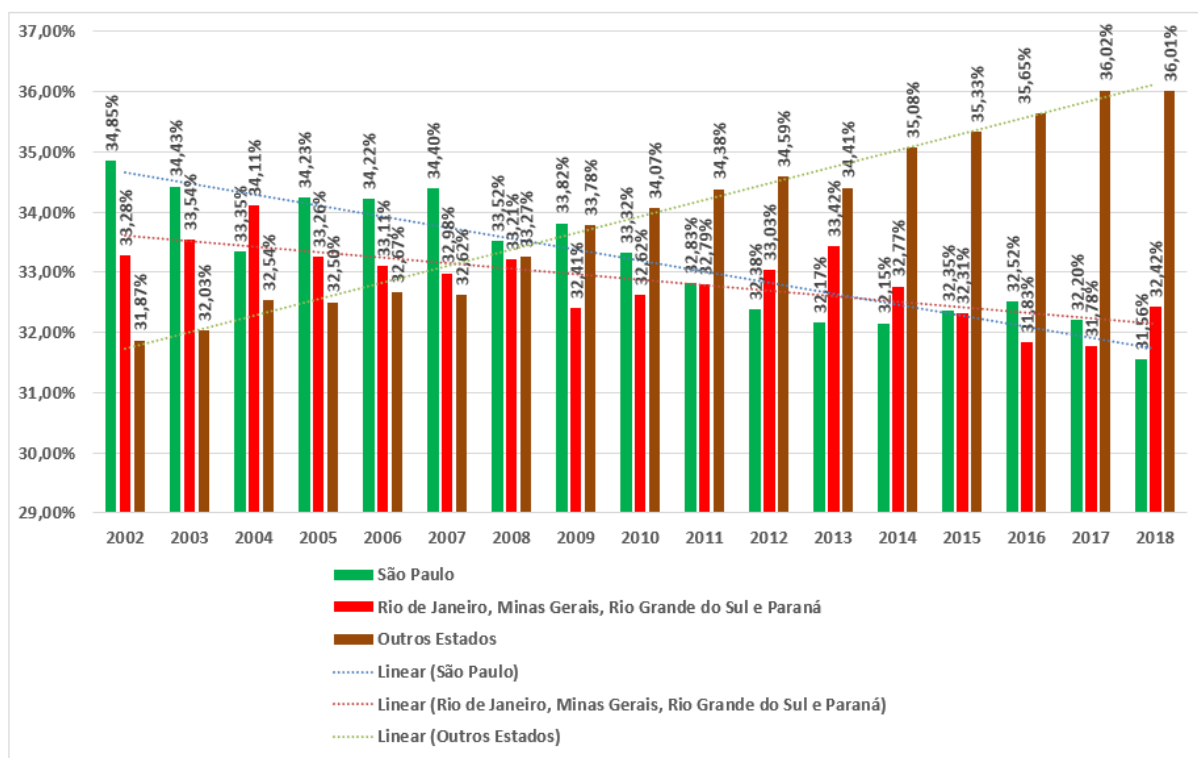
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Como observa-se no Gráfico 5 o PIB do estado de São Paulo representava 34,85% do PIB do Brasil para o ano de 2002 e 31,56% para o ano de 2018, uma redução de 3,29% no período analisado. Acompanhado dos estados do Rio de Janeiro, 12,38% no ano de 2002 e 10,83% para o ano de 2018, Minas Gerais, 8,33% no ano de 2002 e 8,78% para o ano de 2018, Rio grande do Sul, 6,64% no ano de 2002 e 6,53% para o ano de 2018, e Paraná, 5,93% no ano de 2002 e 6,28% para o ano de 2018, juntos representaram 33,28% no ano de 2002 e 32,42% para o ano de 2018, uma redução de 0,86% no período analisado, somente os estados de Minas Gerais e do Paraná tiveram evolução no período analisado, e as outras 22 unidades da federação representam 31,87% no ano de 2002 e 36,01% para o ano de 2018, um aumento de 4,14% no período analisado. Uma melhor análise conseguiremos efetuar com o comparativo da série dos anos de 2002 a 2018 através gráfico 6.

3.2.1 Comparativo ano a ano do desempenho econômico entre os Estados Brasileiros na Participação no PIB do Brasil (%) da série de 2002 a 2018.

Avaliar a concentração ou desconcentração econômica da série de 2002 a 2018 do PIB do Brasil dos estados brasileiros, analisando quais os períodos que mais ocorreram e se ocorreram através gráfico 6.

Gráfico 6 - Participação ano a ano dos Estados no PIB do Brasil (%) - Comparativo da série dos anos de 2002 a 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Conforme é possível observar através do Gráfico 6 na linha de tendência da série de 2002 a 2018 o estado de São Paulo viu sua participação no PIB reduzir-se de 34,85% para 31,56%. Sendo os anos de 2013 com 32,17%, 2014 com 32,15% e 2018 31,56% foram os períodos de maiores reduções em sua participação na série, conseguindo uma leve recuperação nos anos de 2015 com 32,35% e no ano de 2016 com 32,52% e novas reduções nos anos de 2017 e 2018.

Observando através do Gráfico 6 na linha de tendência da série de 2002 a 2018 os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná viram suas participações no PIB reduzirem de 33,28% para 32,42%. Sendo os anos de 2016 com 31,83% e 2017 com 31,78% foram os períodos de reduções em sua participação na série, conseguindo uma leve recuperação nos anos de 2003 com 33,54%, no ano de 2004 com 34,11%, no ano de 2013 com 33,42%, fechando a série com 32,42%.

Ainda observando o Gráfico 6 na linha de tendência da série de 2002 a 2018 os demais estados viram suas participações no PIB aumentarem de 31,87% para 36,01%. Sendo os anos de 2008 com 33,27% e 2009 com 33,78% quando se igualou aos demais grupos em participações e a partir dos anos de 2010 a 2018 foram os períodos de aumento em sua participação na série, conseguindo fechar a série com 36,01% de participação no PIB Brasil, revertendo a situação com o estado de São Paulo. Conforme Cano (2008, p. 229) nos afirma:

Estamos vivendo o paradoxo de São Paulo, o maior estado industrial do país, estar perdendo largo terreno na indústria ao mesmo tempo que reassume a liderança da produção agrícola nacional, com 21% do PIB agrícola em 2004! A *desconcentração* industrial, vista como a simples redução da participação de São Paulo no total nacional, pode ser um caminho muito enganoso. A cifra, além dos efeitos propriamente positivos da expansão econômica e diversificada da periferia, esconde vários efeitos espúrios: sejam os meramente estatísticos, porque em vários segmentos industriais São Paulo sofreu quedas absolutas (ou aumentos inexpressivos) e a periferia teve quedas menores que as paulistas (ou crescimento acima, porém, também pífio); seja o acirramento da “guerra fiscal”, que artificialmente desconcentrou vários segmentos – notadamente o automobilístico e o eletrônico de consumo – à custas de fortes subsídios fiscais e creditícios ao capital privado.

São necessários estudos apurados e detalhados sobre os segmentos que cercam os motivos das concentrações e desconcentrações, o estado de São Paulo perdeu espaço no PIB em determinados segmentos mais ganha espaço em outros. Ainda segundo Cano (2008, p. 229) “A derrubada do investimento público e a Guerra Fiscal enfraqueceram a articulação da periferia com a indústria paulista, que, além disso, é ameaçada pela enxurrada de importações barateadas pela abertura comercial e pela valorização cambial”. As guerras fiscais e a falta de investimentos públicos, enfraquecem os estados na concorrência entre ambos na busca de novos investimentos, concomitantemente com abertura das exportações.

#### 4. DADOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E AS EVOLUÇÕES REGIONAIS

Uma federação composta por vinte e seis estados e um distrito federal, o Brasil com sua escala nacional, segundo o IBGE (2020a), possui uma área territorial de 8.510.295.914 km<sup>2</sup>.

Tabela 1 - Área territorial e populacional do Brasil

<b>ÁREA TERRITORIAL E ESTIMATIVA POPULACIONAL DO BRASIL</b>				
<b>REGIÕES DO BRASIL</b>	<b>ÁREA TERRITORIAL km<sup>2</sup></b>		<b>ESTIMATIVA POPULAÇÃO</b>	
	<b>TOTAL km<sup>2</sup></b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
CENTRO-OESTE	1.606.316,665	18,87%	16.504.303	7,79%
NORDESTE	1.552.167,998	18,24%	57.374.243	27,09%
NORTE	3.850.509,943	45,25%	18.672.591	8,82%
SUDESTE	924.565,478	19,86%	89.012.240	42,04%
SUL	576.736,819	6,78%	30.192.315	14,26%
<b>TOTAIS</b>	<b>8.510.295,914</b>	<b>100%</b>	<b>211.755.692</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Com esse imenso território, conforme tabela 1, os estados e municípios, cada um com suas especificidades e o desafio de alcançarem o seu desenvolvimento. Responsável pela divisão do território brasileiro o IBGE utiliza critérios para reunir estados numa mesma região como semelhança nos aspectos físicos, humanos, culturais, sociais e econômicos.

O Mapa 4 abaixo apresenta o Brasil Regional com suas cinco divisões territoriais e seus respectivos estados e o distrito federal.

Mapa 4– Brasil Regional (IBGE)



Fonte: Branco; Mendonça; Lucci; (2016)

A região norte representada no mapa 4, segundo o IBGE (2020a) possui uma extensão territorial conforme tabela 1 de 3.850.509,943 km<sup>2</sup>, sendo a maior região do Brasil, com 45% do território nacional, possui segundo IBGE (2020b) uma população de 18.672.591 milhões de habitantes, apesar da maior área territorial possui uma das menores populações, representando 8,82%. A região nordeste com extensão territorial de 1.552.167,998 km<sup>2</sup>, e uma população de aproximadamente 57.374.243 habitantes, sendo a região que possui maior números de estados, a segunda mais populosa do país e forte desenvolvimento do turismo com as cidades litorâneas. Na região centro-oeste sua extensão de 1.606.316,665 km<sup>2</sup>, ocupando 18,8% do território brasileiro, e uma população de 16.504.303 habitantes, uma peculiaridade desta região é que ela não é banhada pelo mar. Na região sudeste com extensão territorial de 924.565,478 km<sup>2</sup>, e uma população de 89.012.240 habitantes, com 42% do contingente populacional brasileiro, possuindo o complexo regional do Brasil mais industrializado e a região que mais contribui com o Produto Interno Bruto do Brasil. E por fim a região sul com a menor região do Brasil em extensão territorial, com 576.736,819 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 30.192.315 habitantes.

Em um país de grande dimensão territorial e forte concentração de renda, as regiões consigam desenvolver-se de forma homogênea. É o desenvolvimento desigual que caracteriza as diversas nações do globo que se reproduz no interior de cada nação, estado e município. A concentração da renda nas mãos de poucos é razão e produto desse processo.

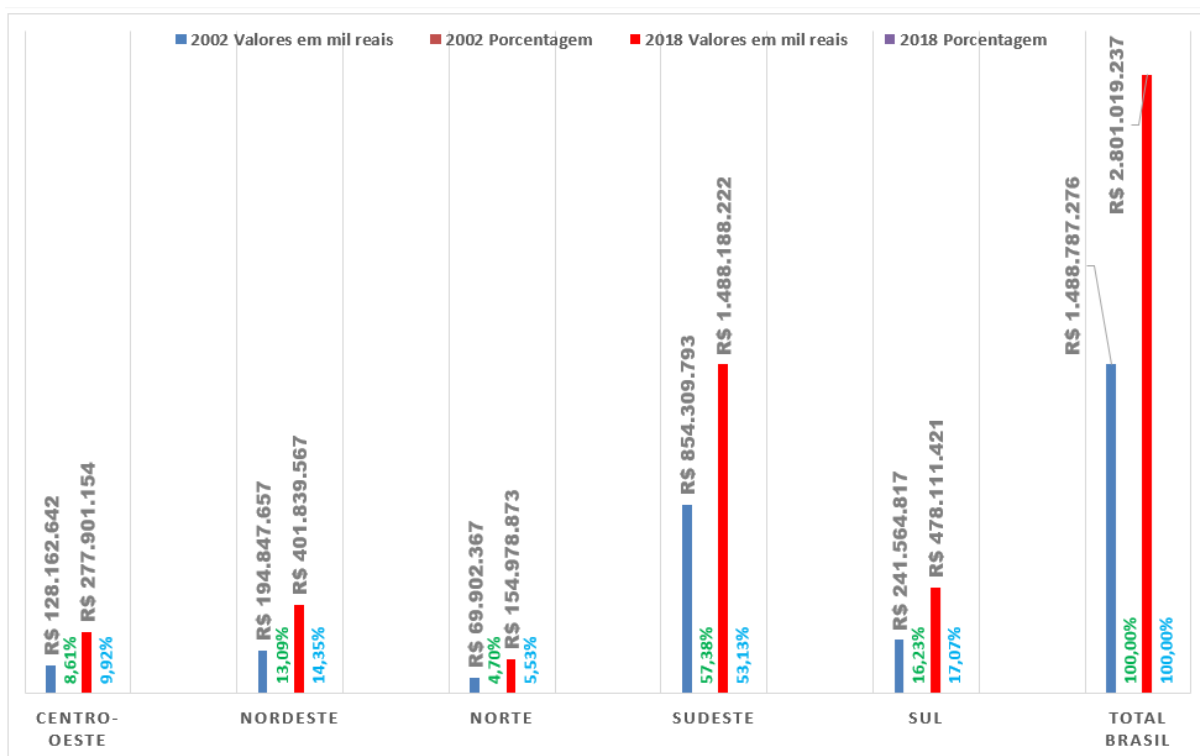
#### 4.1 Concentração ou Desconcentração Econômica das Cinco Regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, do PIB do Brasil.

Com um Estado forte acredita-se retomada do crescimento e resgate da dívida social, fazendo com que se consiga um desenvolvimento econômico suficiente para cada região.

##### 4.1.1. Concentração econômica: desempenho das cinco regiões do Brasil: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul, do PIB do Brasil.

Através dos Gráficos organizados com a utilização de dados extraídos do IBGE (2010), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, da Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010 do IBGE, analisando o desempenho das regiões do Brasil, através do PIB do Brasil na série de 2002 a 2018. Através do Gráfico 7 é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos dos anos de 2002 e 2018, das cinco regiões do Brasil.

Gráfico 7 - Participação das regiões do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo dos anos de 2002 e 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Como observamos no Gráfico 7 o PIB da região norte representava 4,70% do total do ano de 2002 e 5,53% para o ano de 2018, um aumento na participação de 0,83% no período analisado, e um aumento em termo de valores mais de 121,71%, da região nordeste, 13,09% do ano de 2002 e 14,35% para o ano de 2018, um aumento na participação de 1,26% no período analisado, e um aumento em termo de valores mais de 106,23%, da região centro-oeste, 8,61% no ano de 2002 e 9,22% para o ano de 2018, um aumento na participação de 0,61% no período analisado, e um aumento em termo de valores mais de 116,83%, da região sudeste representava 57,38% do PIB do Brasil para o ano de 2002 e 53,13% para o ano de 2018, uma redução na participação de 4,25% no período analisado e um aumento em termo de valores mais de 74,20% e da região sul, 16,23% no ano de 2002 e 17,07% para o ano de 2018, um aumento na participação de 0,84% no período analisado e um aumento em termo de valores mais de 97,92%. Conforme se pode observar a região sudeste possui mais da metade da participação do PIB do Brasil comparado com as demais regiões no ano de 2018 com 53,13%, enquanto as outras quatro regiões juntas possuem 46,87% de participação do PIB do Brasil, mesmo com a queda de 4,25% no comparativo da série de 2002 a 2018 da região sudeste.

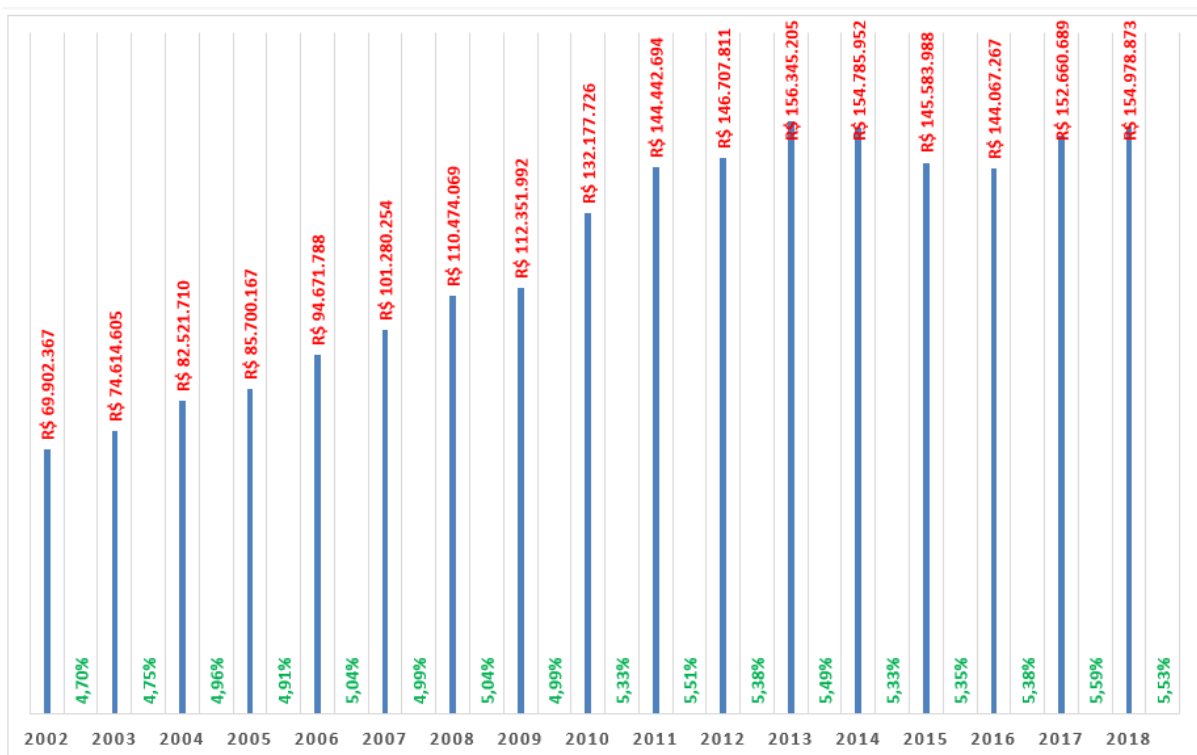
Após um breve relato da série analisada, efetuamos uma demonstração de cada região, buscando demonstrar suas evoluções.



#### 4.1.2 Concentração Econômica: Desempenho da região Norte no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.

No Gráfico 8 é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos dos anos de 2002 a 2018, da região norte do Brasil.

Gráfico 8- Participação da região norte do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



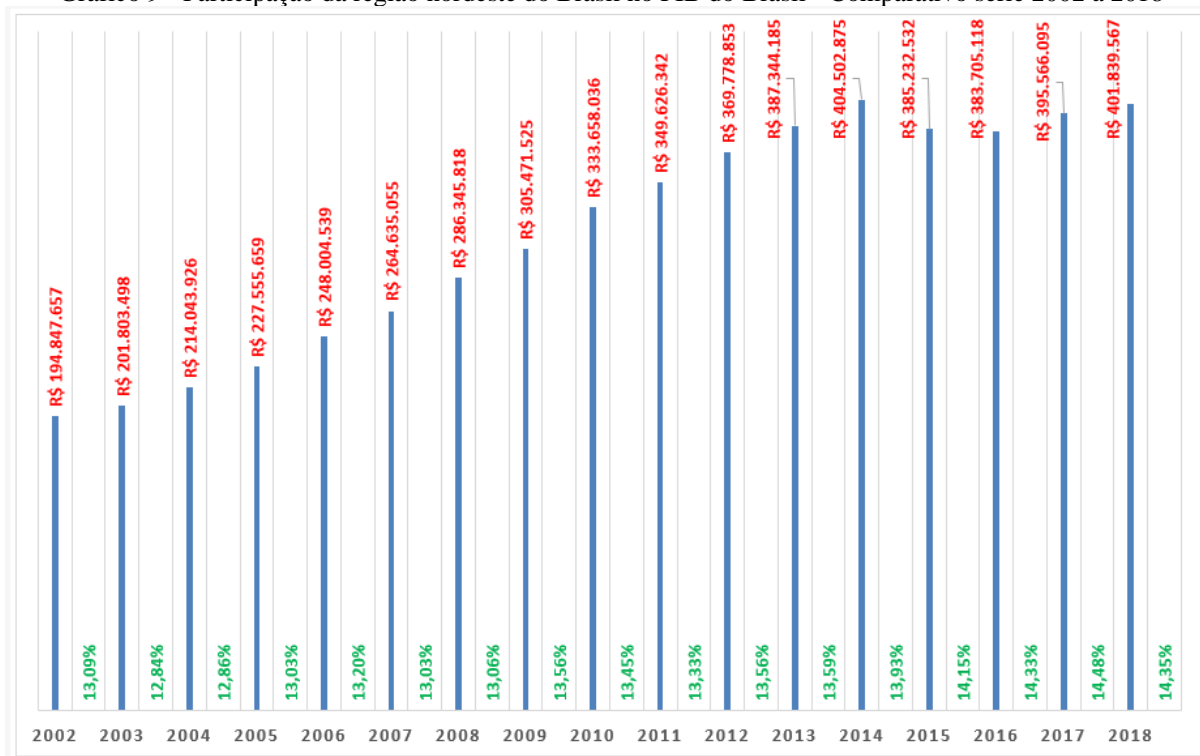
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Na série analisada através do Gráfico 8 é possível observar a evolução crescente do período correspondente aos valores em termos de 121,71% percentuais, quando comparado entre os anos de 2002 e 2018, apesar da evolução em termos percentuais do mesmo período ter sido de apenas 17,66% referente ao mesmo período da série de 2002 a 2018 do PIB do Brasil da região norte.

#### 4.1.3 Concentração Econômica: Desempenho da região Nordeste no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.

Conforme o gráfico 9 é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos dos anos de 2002 a 2018, da região nordeste do Brasil.

Gráfico 9 - Participação da região nordeste do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



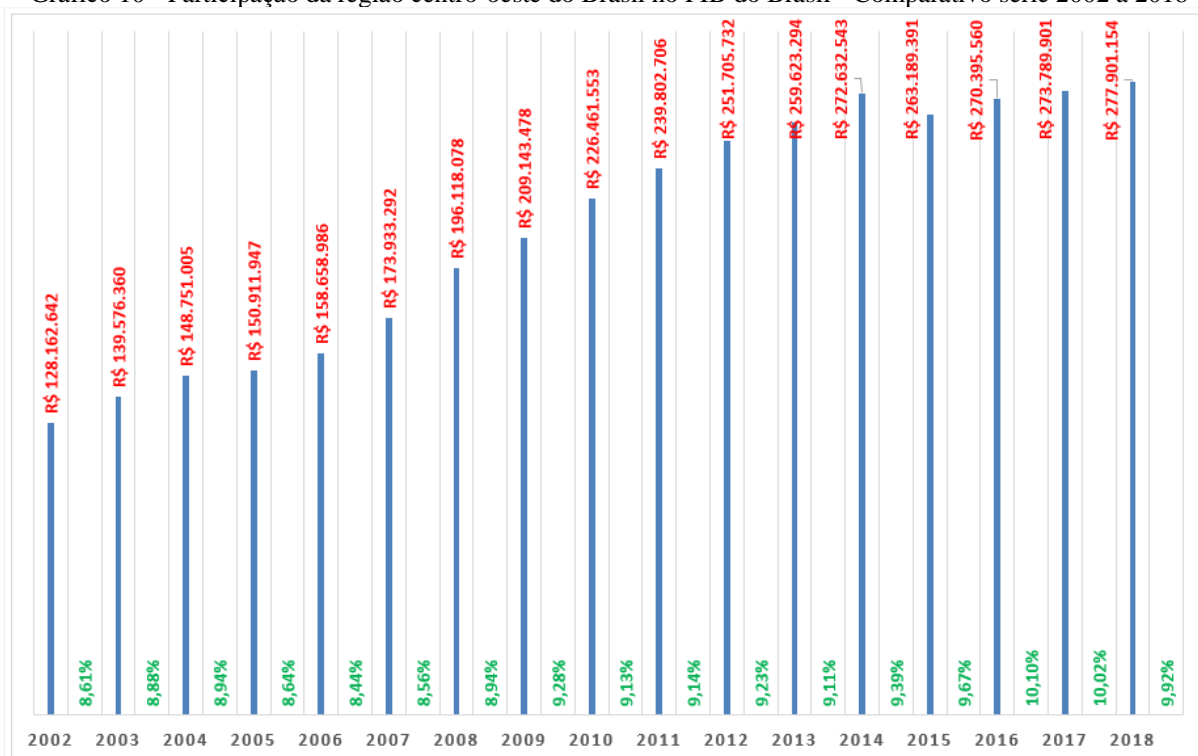
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Na série analisada através do Gráfico 9 é possível observar a evolução crescente do período correspondente aos valores em termos de 106,23% percentuais, quando comparado entre os anos de 2002 e 2018, apesar da evolução em termos percentuais do mesmo período ter sido de apenas 9,63% referente ao mesmo período da série de 2002 a 2018 do PIB do Brasil da região nordeste.

#### 4.1.4 Concentração Econômica: Desempenho da região Centro-Oeste no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.

Através do Gráfico 10 é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos dos anos de 2002 a 2018, da região centro-oeste do Brasil.

Gráfico 10 - Participação da região centro-oeste do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



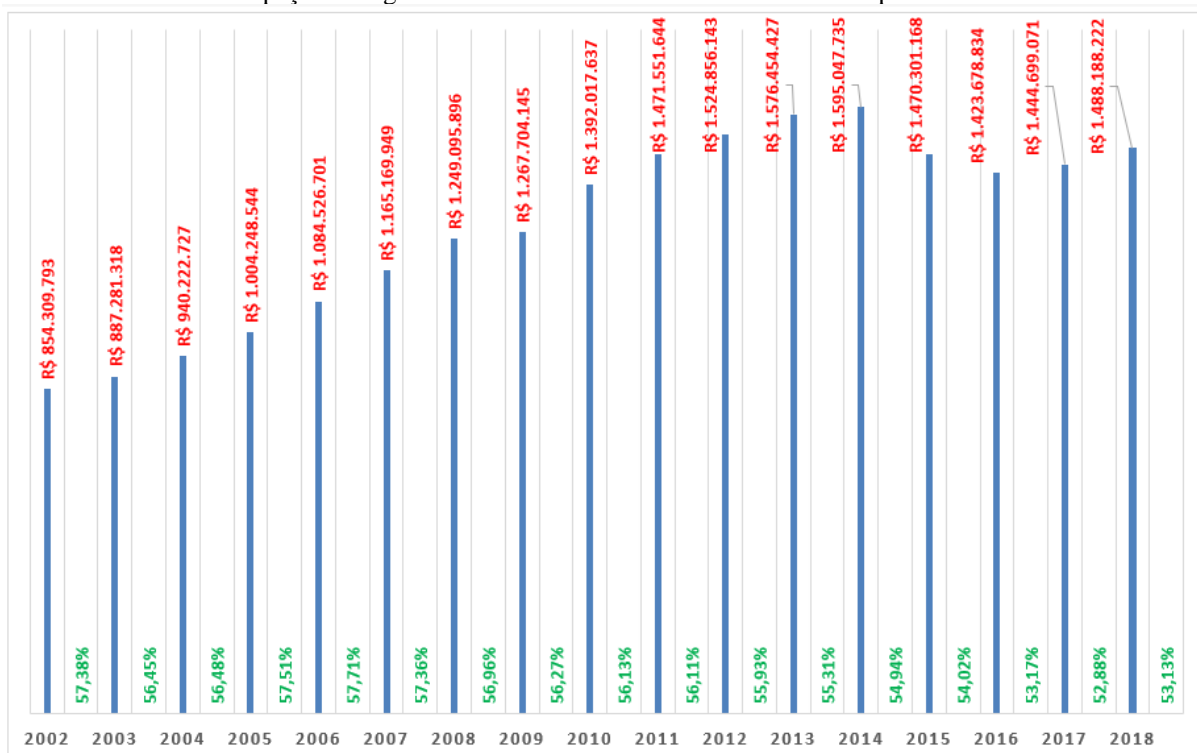
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Na série analisada através do Gráfico 10 é possível observar a evolução crescente do período correspondente aos valores em termos de 116,83% percentuais, quando comparado entre os anos de 2002 e 2018, apesar da evolução em termos percentuais do mesmo período ter sido de apenas 15,21% referente ao mesmo período da série de 2002 a 2018 do PIB do Brasil da região centro-oeste.

#### 4.1.5. Concentração Econômica: Desempenho da região Sudeste no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.

Através do Gráfico 11 é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos dos anos de 2002 a 2018, da região sudeste do Brasil.

Gráfico 11 - Participação da região sudeste do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



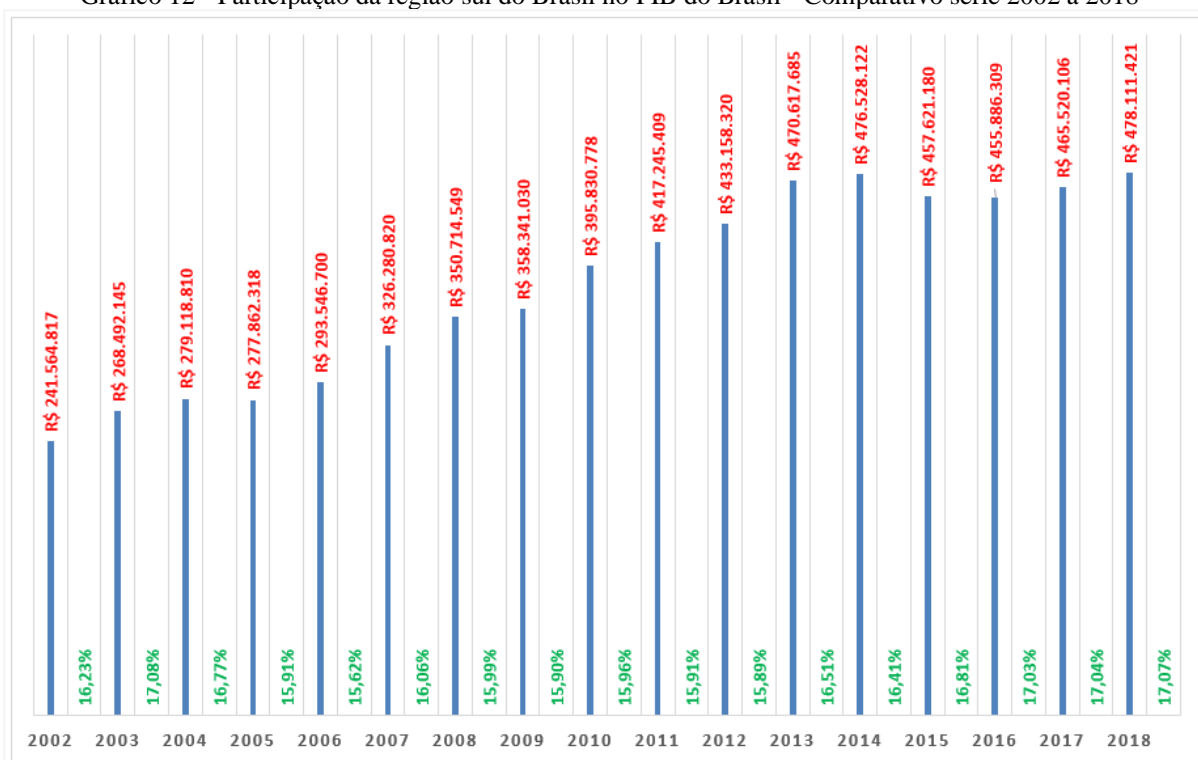
Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Na série analisada através do Gráfico 11 é possível observar a evolução crescente do período correspondente aos valores em termos de 74,20% percentuais, quando comparado entre os anos de 2002 e 2018, apesar da queda nos percentuais do mesmo período ter sido de apenas 7,40% em comparação com o PIB brasileiro, houve uma melhora em comparação aos anos de 2006 e 2007, referente ao mesmo período da série de 2002 a 2018 do PIB do Brasil da região sudeste.

#### 4.1.6 Concentração Econômica: Desempenho da região Sul no PIB do Brasil na série de 2002 a 2018.

Através do Gráfico 12 é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos dos anos de 2002 a 2018, da região sul do Brasil.

Gráfico 12 - Participação da região sul do Brasil no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Na série analisada através do Gráfico 12 é possível observar a evolução crescente do período correspondente aos valores em termos de 97,92% percentuais, quando comparado entre os anos de 2002 e 2018, apesar da evolução em termos percentuais do mesmo período ter sido de apenas 5,18% referente ao mesmo período da série de 2002 a 2018 do PIB do Brasil da região sul.

## 5. EVOLUÇÃO DO PIB DAS CIDADES DO ESTUDO

Se faz necessários efetuar levantamento da evolução do PIB do Brasil nas cidades do estado de São Paulo, Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó, cada uma com suas especificidades, analisaremos o seu desenvolvimento na série de 2002 a 2018. A evolução através das atividades de transformações nas pequenas e médias do interior do estado de São Paulo, que segundo Sposito (2004, p. 41)

A invenção de mecanismos e máquinas que passaram a “domesticar” forças de matérias-primas da natureza pode ser exemplificada pelo tear mecânico, inicialmente de madeira e posteriormente de metal, que se utilizou da água como força motriz; pela máquina a vapor, que ao ser adaptada à locomotiva, permitiu a produção do trem de ferro, o que facilitou o transporte de cargas e passageiros; o conhecimento da energia elétrica permitiu a invenção da lâmpada, que se tornou importante para a iluminação, a utilização de motores elétricos para a tração (trem elétrico), entre outros.

O processo de evolução nas pequenas cidades do interior é lento, cada uma delas dentro das suas especificidades e o desenvolvimento se faz necessário, o autor nos mostra todo processo das atividades de transformações que aos poucos passaram pelas cidades do interior. E na busca do seu espaço cada uma busca nos segmentos que melhor se enquadram e com isso produzem desenvolvimento. O processo é bem diferente nas cidades grandes, segundo Carlos (1994, p. 49)

Na realidade, a grande cidade, a metrópole é o resultado de um longo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade tem sido o centro por excelência da indústria, *locus* da produção, do comércio, ponto de confluência das vias de comunicação, lugar da gestão, onde se concentra a população e se acumula o capital. Ao se desenvolver a indústria desenvolve-se a urbanização enquanto resultado da especialização do processo de divisão espacial, social e técnica do trabalho.

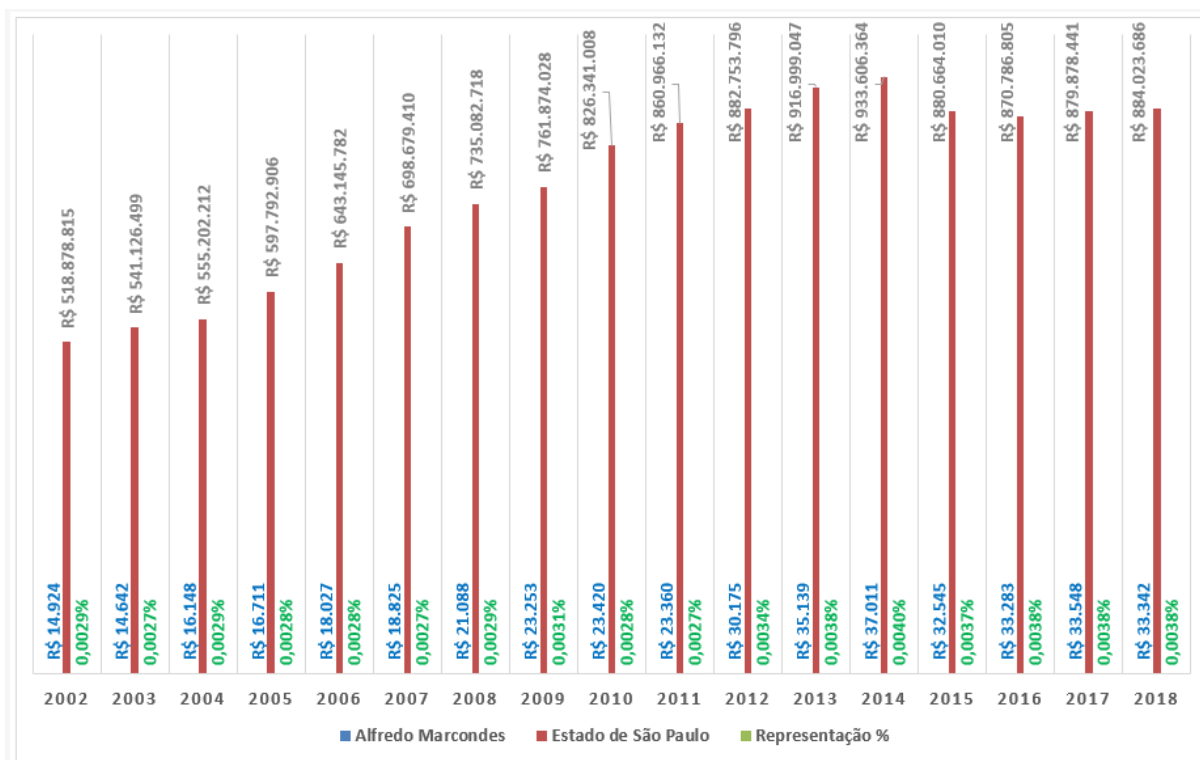
Bem diferente das pequenas cidades do interior as metrópoles já passaram pelo processo de desenvolvimento, possuem suas próprias produções tanto comercial como industrial, desenvolveu a sua urbanização, se tornando mais capitalista.

### 5.1. Evolução do PIB de Alfredo Marcondes ao Longo da Série 2002 a 2018

Alfredo Marcondes é cidade muito pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, segundo (IBGE) possuía no ano de 2002 uma população de 3.751 habitantes, sendo, 2.768 de população urbana e 983 de população rural, no ano de 2017 uma população de 3.920 habitantes, sendo, 3.483 de população urbana e 437 de população rural, houve aumento crescente da população neste período com

uma maior concentração na população urbana e uma desconcentração da população rural. Ainda segundo o IBGE em julho de 2020 possuía uma população estimada de 3.927 habitantes, sendo, 3.554 de população urbana e 373 de população rural.

Gráfico 13 - Participação de Alfredo Marcondes no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

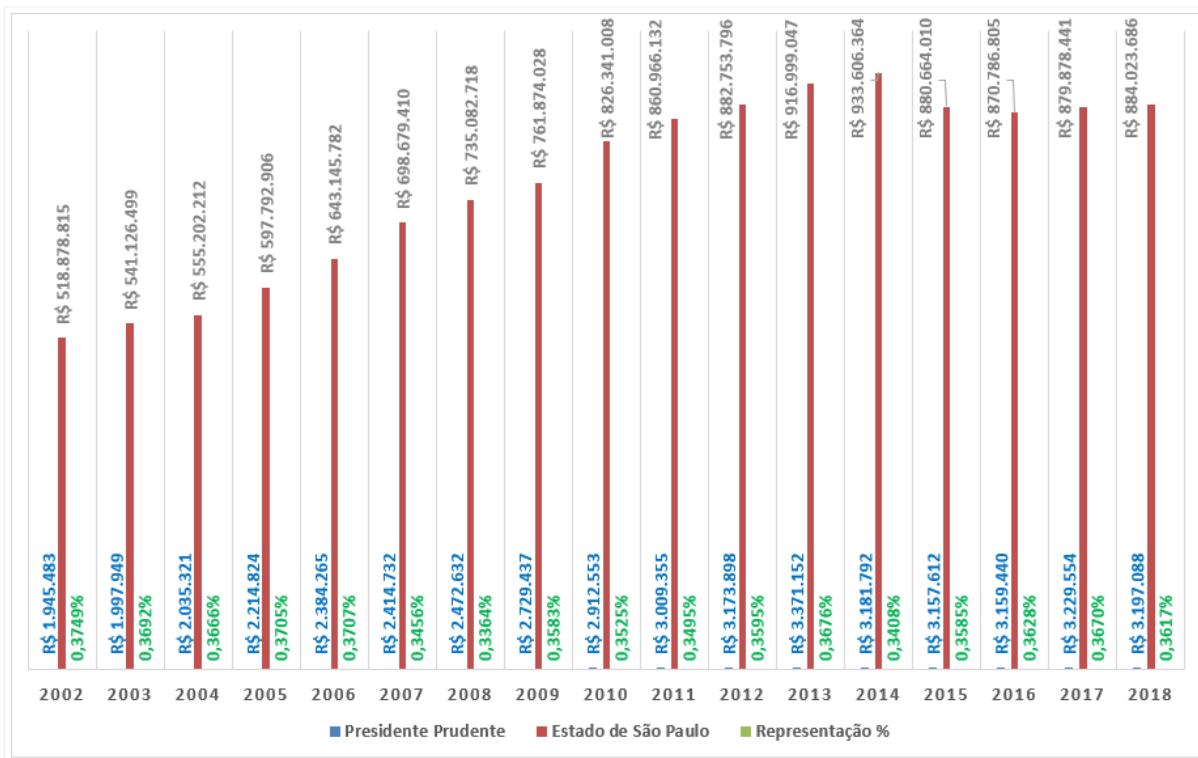
Conforme é possível observar através do Gráfico 13 a representatividade no PIB comparado com estado de São Paulo na série de 2002 a 2018, é muito pequena, mas houve um crescente de mais de 123,41% na série apurada de 2002 a 2018.

## 5.2 Evolução do PIB de Presidente Prudente ao Longo da Série 2002 a 2018

Presidente Prudente é uma cidade de médio porte, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, segundo (IBGE) possuía no ano de 2002 uma população de 193.235 habitantes, sendo, 188.426 de população urbana e 4.809 de população rural, no ano de 2017 uma população de 217.290 habitantes, sendo, 212.858 de população urbana e 4.432 de população rural, houve aumento crescente da população neste período com uma maior concentração na população urbana e uma desconcentração da

população rural. Ainda segundo o IBGE em julho de 2020 possuía uma população estimada de 221.073 habitantes, sendo, 216.563 de população urbana e 4.510 de população rural.

Gráfico 14 - Participação de Presidente Prudente no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Conforme é possível observar através do Gráfico 14 a representatividade no PIB comparado com estado de São Paulo na série de 2002 a 2018, é pequena, mas houve um crescente de 64,33% na série de 2002 a 2018.

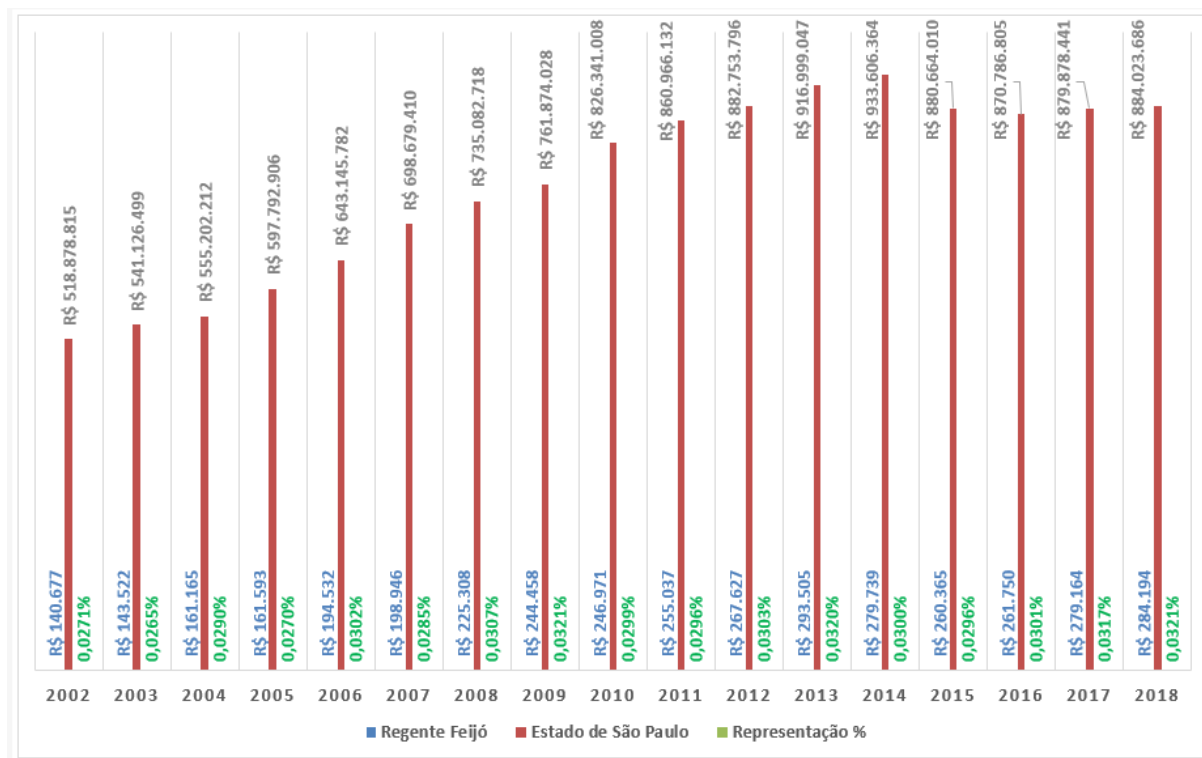
### 5.3 Evolução do PIB de Regente Feijó ao Longo da Série 2002 a 2018

Regente Feijó uma cidade pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, segundo (IBGE) possuía no ano de 2002 uma população de 17.306 habitantes, sendo, 15.550 de população urbana e 1.756 de população rural, no ano de 2017 uma população de 19.203 habitantes, sendo, 17.944 de população urbana e 1.259 de população rural, houve aumento crescente da população neste período com uma maior concentração na população urbana e uma desconcentração da



população rural. Ainda segundo o IBGE em julho de 2020 possuía uma população estimada de 19.491 habitantes, sendo, 18.302 de população urbana e 1.189 de população rural.

Gráfico 15 - Participação de Regente Feijó no PIB do Brasil - Comparativo série 2002 a 2018



Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Conforme é possível observar através do Gráfico 15 a representatividade no PIB comparado com estado de São Paulo na série de 2002 a 2018, é muito pequena, mas houve um crescente de 102,02% na série de 2002 a 2018.

## 6. IDHM - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

O IDHM segundo Ipea (2013, p. 27) “é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município”. Ainda segundo o Ipea (2013) as faixas de desenvolvimento humano municipal são fixas, sendo: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499), baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599), médio desenvolvimento humano (0,600 a 0,699), alto desenvolvimento humano (0,700 a 0,799) e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1). Conforme é possível observar através da tabela 2 a distribuição dos municípios segundo as faixas dos índices de desenvolvimento humano municipal.

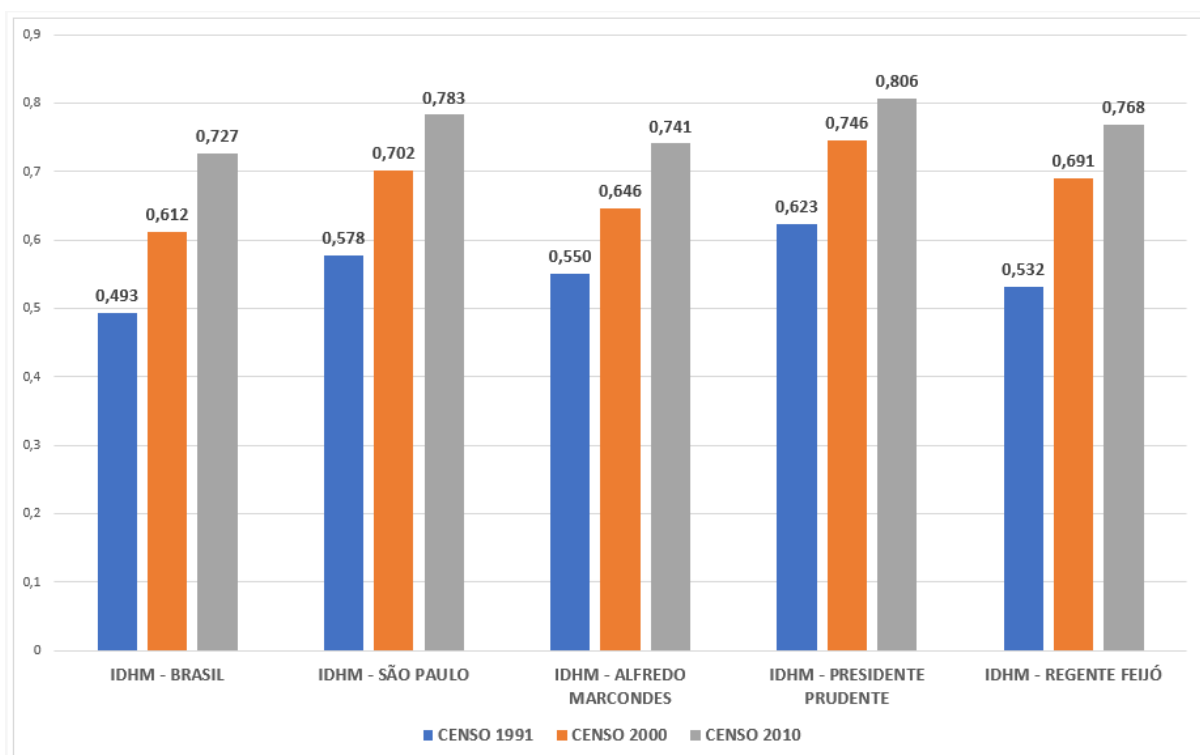
Tabela 2 - Distribuição Municípios por faixas do índice de desenvolvimento humano municipal – 1991, 2000 e 2010

Desenvolvimento Humano	1991		2000		2010	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Muito Alto	0	0,0%	1	0,0%	44	0,8%
Alto	0	0,0%	133	2,4%	1.889	33,9%
Médio	43	0,8%	1.451	26,1%	2.233	40,1%
Baixo	745	13,4%	1.652	29,7%	1.367	24,6%
Muito Baixo	4.777	85,8%	2.328	41,8%	32	0,6%
Total Municípios	5.565	100,0%	5.565	100,0%	5.565	100,0%

Fonte: IPEA - Organizado pelo autor.

A tabela 2 nos mostra a distribuição dos municípios nos anos de 2000 e 2010, e, em 2000, pouco mais que 71,5% deles encontravam-se nas faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 2010, apenas 25,2% dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas e mais de 74% deles já figuravam nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento Humano, o que nos mostra os avanços nas últimas duas décadas do desenvolvimento humano no país.

Gráfico 16 - IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Comparativo anos 1991, 2000 e 2010



Fonte: IPEA - Organizado pelo autor.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), conforme é possível observar no Gráfico 16 os índices apresentados através dos Censos realizados pelo IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010 no Brasil. A título de informação o Censo de 2020 não foi realizado devido a pandemia no mundo. Os municípios apresentaram os seguintes desempenhos: Alfredo Marcondes 0,550 para 1991, ocupando a posição 71ª dos 5.565 municípios brasileiros, 0,646 para 2000, ocupando a posição 107ª dos 5.565 municípios brasileiros e 0,741 para 2010 ocupando a posição 84ª dos 5.565 municípios brasileiros; Presidente Prudente 0,623 para 1991, ocupando a posição 84ª dos 5.565 municípios brasileiros; Presidente Prudente 0,623 para 1991, ocupando a posição 13ª dos 5.565 municípios brasileiros, 0,746 para 2000, ocupando a posição 12ª dos 5.565 municípios brasileiros e 0,806 para 2010, ocupando a posição 22ª dos 5.565 municípios brasileiros; e Regente Feijó 0,532 para 1991, ocupando a posição 89ª dos 5.565 municípios brasileiros, 0,691 para 2000, ocupando a posição 62ª dos 5.565 municípios brasileiros e 0,768 para 2010, ocupando a posição 57ª dos 5.565 municípios brasileiros. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDHM, no Censo do ano de 1991 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentaram baixo desenvolvimento humano, figurando entre os 745 municípios (tabela 2) e Presidente Prudente foi considerado como tendo um desenvolvimento humano médio, figurando entre os 43 municípios (tabela 2). No ano de 2000 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentam médio desenvolvimento humano, figurando

entre os 1.451 municípios (tabela 2) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano alto, figurando entre os 133 municípios (tabela 2). No ano de 2010 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresenta alto desenvolvimento humano, figurando entre os 1.889 municípios (tabela 2) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto, figurando entre os 44 municípios (tabela 2). Ainda segundo Ipea (2013 p. 40)

O IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,727. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2010, e 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos de percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período.

Então, os índices de IDH e IDHM apresentam evoluções entre os períodos de 1991, 2000 e 2010.

## 7. IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL

O IVS segundo Ipea (2015, p. 18) “é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social de um município”. Ainda segundo o Ipea (2015), para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500 são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

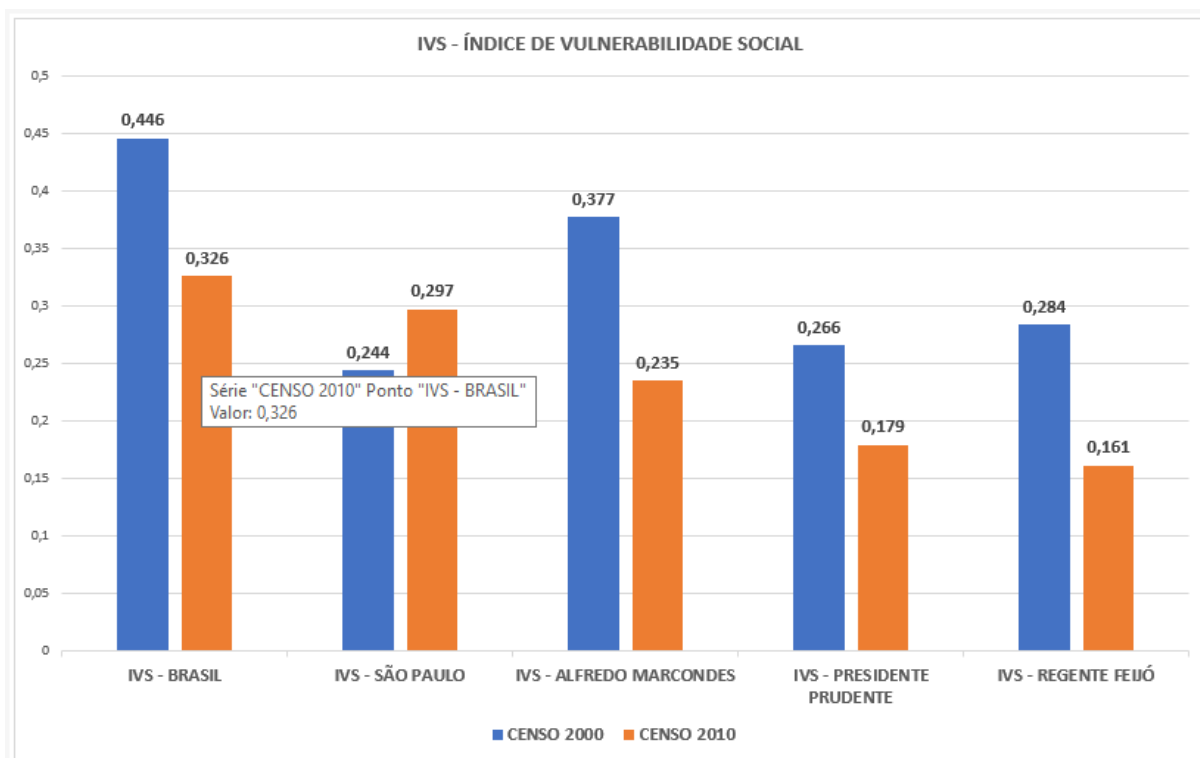
Tabela 3 - Distribuição Municípios por faixas de vulnerabilidade social – 2000 e 2010

Vulnerabilidade Social	2000		2010	
	Nº Municípios	%	Nº Municípios	%
Muito Baixa	38	0,7%	627	11,3%
Baixa	600	10,8%	1.699	30,5%
Média	1.317	23,7%	1.258	22,6%
Alta	1.065	19,1%	1.178	21,2%
Muito Alta	2.545	45,7%	803	14,4%
Total Municípios	5.565	100,0%	5.565	100,0%

Fonte: IPEA - Organizado pelo autor.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos municípios brasileiros por faixas do IVS, apontando a evolução ocorrida entre 2000 e 2010. A proporção de municípios nas faixas mais baixas da vulnerabilidade social aumentou de 11,5% para 41,8%, enquanto nas faixas de maior vulnerabilidade social essa proporção sofreu redução, passando de 64,8% para 35,6%.

Gráfico 17 - IVS - Índice de Vulnerabilidade Social - Comparativo anos 2000 e 2010



Fonte: IPEA - Organizado pelo autor.

No que se refere ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), conforme é possível observar no Gráfico 17 os índices apresentados nos anos de 2000 e 2010 para os municípios e de 2000 e 2010 para o Brasil. Os municípios apresentam o seguinte resultado: Alfredo Marcondes 0,377 para 2000 e 0,235 para 2010; Presidente Prudente 0,266 para 2000 e 0,178 para 2010; e Regente Feijó 0,283 para 2000 e 0,161 para 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IVS, no ano de 2000 Alfredo Marcondes apresenta média vulnerabilidade social, figurando entre os 1.317 municípios (tabela 3), Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 600 municípios (tabela 3). No ano de 2010 Alfredo Marcondes apresenta baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 1.699 municípios (tabela 3), Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo muito baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 627 municípios (tabela 3). Segundo Ipea (2015, p. 12)

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária. Nesse sentido, a leitura desses processos, resultante desta “nova” conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e

colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos.

Conforme pode-se observar os índices de IVS melhoram entre os períodos de 2000 e 2010.

## **8. DESENVOLVIMENTO E A MIGRAÇÃO CAMPO-CIDADE DAS CIDADES DE ALFREDO MARCONDES, PRESIDENTE PRUDENTE E REGENTE FEIJÓ**

### 8.1 Comparativo da migração campo-cidade no Brasil do Período de 1950 a 2010.

O Brasil é uma federação composta por vinte e seis estados e um distrito federal, que em sua escala nacional, segundo o IBGE (2020a), possui uma área territorial de 8.510.295.914 km<sup>2</sup>. Com esse imenso território, os estados e municípios, cada um com suas especificidades, em um país de grande dimensão territorial e forte concentração de renda, as regiões consigam desenvolver-se de forma homogênea.

Segundo Hespanhol (2014, p. 2) “Quase 30 milhões de pessoas vivem nas zonas rurais brasileiras, o que representa 15,6% da população total, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2010”. Percentual este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 3.

Tabela 4 – População do Brasil – Censo Demográfico de 1950 a 2010

<b>POPULAÇÃO CENSO DEMOGRÁFICO – BRASIL</b>					
<b>PERÍODOS</b>	<b>RURAL</b>	<b>%</b>	<b>URBANA</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>1950</b>	<b>33.161.506</b>	<b>63,84%</b>	<b>18.782.891</b>	<b>36,16%</b>	<b>51.944.397</b>
<b>1960</b>	<b>38.987.526</b>	<b>54,92%</b>	<b>32.004.817</b>	<b>45,08%</b>	<b>70.992.343</b>
<b>1970</b>	<b>41.603.839</b>	<b>44,02%</b>	<b>52.904.744</b>	<b>55,98%</b>	<b>94.508.583</b>
<b>1980</b>	<b>39.137.198</b>	<b>32,30%</b>	<b>82.013.375</b>	<b>67,70%</b>	<b>121.150.573</b>
<b>1991</b>	<b>36.041.633</b>	<b>24,53%</b>	<b>110.875.826</b>	<b>75,47%</b>	<b>146.917.459</b>
<b>2000</b>	<b>31.835.143</b>	<b>18,77%</b>	<b>137.755.550</b>	<b>81,23%</b>	<b>169.590.693</b>
<b>2010</b>	<b>29.830.007</b>	<b>15,64%</b>	<b>160.925.792</b>	<b>84,36%</b>	<b>190.755.799</b>

Fonte: IBGE – Organizado pelo autor.

Conforme é possível observar através da tabela 4 no ano de 1950 a representatividade da população rural era de 63,84%, num comparativo com o ano de 2010, houve uma redução de 10,04%, já a população urbana no ano de 1950 representava 36,16% do total da população num aumento expressivo de 856,76%, se comparado com o ano de 2010.

Segundo o IBGE em julho de 2020 o Brasil possuía uma estimativa populacional de 211.755.692, sendo que o estado de São Paulo representa 21,08% com 44.639.899 habitantes, sendo 1.555.000 de população rural, representando 3,48% e de 43.084.899 de população urbana representando 96,52%.



Podemos observar também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1950 a 2020, através da migração campo-cidade neste período.

Segundo Buainain (2015, p. 30) a desvalorização do meio rural acontece:

Historicamente, o meio rural brasileiro sempre foi desvalorizado. Ainda hoje quase 80% dos municípios brasileiros têm, na agropecuária, a principal fonte de geração local primária de riqueza, mas apesar disto o meio rural continua secundário nos planos governamentais e aos poucos vai se esvaziando, principalmente de jovens que buscam, nas sedes dos municípios, as condições e perspectivas de vida que não encontram no campo.

A desvalorização do rural pela falta de incentivo dos governantes e em contrapartida a valorização do urbano pela migração campo-cidade, na fuga dos jovens a procura de novas oportunidades e novas perspectivas de vida. Ainda segundo Buainain (2015, p. 30):

Este descaso se traduz em prejuízos sociais, culturais e econômico para o país, por duas vias. A primeira está relacionada aos custos elevados da excessiva urbanização, que não se limitam aos recursos públicos alocados pelos 3 níveis de governo para tentar prover a infraestrutura e os serviços básicos demandados pela população urbana. Os custos são também visíveis na baixa qualidade de vida nas metrópoles e urbes de médio porte, que sem dúvida podem ser qualificadas de “cidades ineficientes”, cada vez menos sustentáveis, que afastam e desestimulam os negócios. A segunda via do prejuízo decorre da riqueza e do bem-estar que poderiam ser gerados no meio rural, e que é perdido pela falta de políticas e investimentos adequados.

O custo da excessiva urbanização pela falta de planejamento traz para o país prejuízos sociais, culturais e econômicos, provocando baixa qualidade de vida na cidade, e pela falta de políticas e investimentos adequados acabam gerando prejuízos quanto a riqueza e do bem-estar que poderiam ser gerados no meio rural.

## 8.2 Comparativo da Migração Campo-cidade nas Cidades de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó do Estado de São Paulo;

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, se faz necessário uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento. Aproveitando o desenvolvimento local efetuamos uma pesquisa da evolução das cidades que serão projetos de estudos para o desenvolvimento do mestrado.

O estado de São Paulo é uma das 27 sedes federativas, composta por seiscentos e quarenta e cinco municípios, segundo a Fundação SEADE, possui uma área territorial de 248.209 km<sup>2</sup> com uma população total de 44.314.930 habitantes, sendo 1.563.832 habitantes na área rural e 42.751.098 habitantes na área urbana, ou seja, 3,52% da população está na zona

rural. Existem responsabilidade da municipalidade quanto a migração campo-cidade que acontece no Brasil e nos municípios brasileiros. Segundo Buainain (2015, p. 30):

A municipalidade tem grande responsabilidade nesta situação, uma vez que responde pela construção e manutenção de estradas locais, pela provisão de educação e saúde, fatores chaves para o desenvolvimento local. É compreensível que prefeitos optem por alocar os recursos escassos nas áreas urbanas, onde se concentram a população e os eleitores, e talvez tenha sido esta lógica, seguida pela maioria dos presidentes e governadores, a principal responsável pela situação do meio rural brasileiro.

A falta de incentivo e apoio por parte dos governantes, preocupados com seus eleitores que na grande maioria são da área urbana, acabam deixando de lado os investimentos na área rural, deixando de realizar benfeitorias que seriam fundamentais para o seu desenvolvimento local.

Alfredo Marcondes é cidade muito pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, com a falta de investimento na área rural, acabou provocando a migração campo-cidade, este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 5.

Tabela 5 – População de Alfredo Marcondes – SP de 1980 a 2020

<b>POPULAÇÃO – IMP – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS</b>						
<b>LOCALIDADES</b>	<b>Períodos</b>	<b>População Rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>População Total</b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	<b>1980</b>	<b>2.211</b>	<b>51,20%</b>	<b>2.107</b>	<b>48,80%</b>	<b>4.318</b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	<b>1990</b>	<b>1.285</b>	<b>35,95%</b>	<b>2.289</b>	<b>64,05%</b>	<b>3.574</b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	<b>2000</b>	<b>1.024</b>	<b>27,71%</b>	<b>2.671</b>	<b>72,29%</b>	<b>3.695</b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	<b>2010</b>	<b>636</b>	<b>16,35%</b>	<b>3.253</b>	<b>83,65%</b>	<b>3.889</b>
<b>Alfredo Marcondes</b>	<b>2020</b>	<b>373</b>	<b>9,50%</b>	<b>3.554</b>	<b>90,50%</b>	<b>3.927</b>

Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

Observar-se através da tabela 5 no ano de 1980 a representatividade da população rural no município de Alfredo Marcondes era de 51,20%, num comparativo com o ano de 2020, houve uma redução de 83,13%, já a população urbana no ano de 1980 representava 48,80% do total da população num aumento de 68,68%, se comparado com o ano de 2020.

Observamos também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1990 a 2020, através da migração campo-cidade neste período.

Presidente Prudente é uma cidade de médio porte, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, com a falta de investimento

na área rural, acabou provocando a migração campo-cidade, este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 6.

Tabela 6 – População de Presidente Prudente – SP de 1980 a 2020

<b>POPULAÇÃO – IMP – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS</b>						
<b>LOCALIDADES</b>	<b>Períodos</b>	<b>População Rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>População Total</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>1980</b>	<b>7.170</b>	<b>5,26%</b>	<b>129.255</b>	<b>94,74%</b>	<b>136.425</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>1990</b>	<b>5.447</b>	<b>3,36%</b>	<b>156.896</b>	<b>96,64%</b>	<b>162.343</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>2000</b>	<b>3.952</b>	<b>2,09%</b>	<b>184.997</b>	<b>97,91%</b>	<b>188.949</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>2010</b>	<b>4.232</b>	<b>2,04%</b>	<b>203.217</b>	<b>97,96%</b>	<b>207.449</b>
<b>Presidente Prudente</b>	<b>2020</b>	<b>4.510</b>	<b>2,04%</b>	<b>216.563</b>	<b>97,96%</b>	<b>221.073</b>

Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

Observando a tabela 6 no ano de 1980 a representatividade da população rural no município de Presidente Prudente era de 5,26%, num comparativo com o ano de 2020, houve uma redução de 37,46%, já a população urbana no ano de 1980 representava 94,74% do total da população num aumento de 66,59%, se comparado com o ano de 2020.

Observamos também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1990 a 2020, através da migração campo-cidade neste período.

Regente Feijó uma cidade pequena, localizada no interior do estado de São Paulo, pertence a região administrativa de Presidente Prudente, com a falta de investimento na área rural, acabou provocando a migração campo-cidade, este que já foi muito maior se comparado a décadas anteriores conforme podemos observar na tabela 7.

Tabela 7 – População de Regente Feijó – SP de 1980 a 2020

<b>POPULAÇÃO – IMP – INFORMAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS</b>						
<b>LOCALIDADES</b>	<b>Períodos</b>	<b>População Rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>População Total</b>
<b>Regente Feijó</b>	<b>1980</b>	<b>3.033</b>	<b>27,48%</b>	<b>8.004</b>	<b>72,52%</b>	<b>11.037</b>
<b>Regente Feijó</b>	<b>1990</b>	<b>2.713</b>	<b>18,69%</b>	<b>11.802</b>	<b>81,31%</b>	<b>14.515</b>
<b>Regente Feijó</b>	<b>2000</b>	<b>1.730</b>	<b>10,19%</b>	<b>15.247</b>	<b>89,81%</b>	<b>16.977</b>
<b>Regente Feijó</b>	<b>2010</b>	<b>1.444</b>	<b>7,81%</b>	<b>17.037</b>	<b>92,19%</b>	<b>18.481</b>
<b>Regente Feijó</b>	<b>2020</b>	<b>1.189</b>	<b>6,10%</b>	<b>18.302</b>	<b>93,90%</b>	<b>19.491</b>

Fonte: Fundação Seade – Organizado pelo autor.

Conforme é possível observar através da tabela 7 no ano de 1980 a representatividade da população rural no município de Regente Feijó era de 27,48%, num comparativo com o ano de 2020, houve uma redução de 60,07%, já a população urbana no ano de 1980 representava 72,52% do total da população num aumento de 127,10%, se comparado com o ano de 2020.

Observamos também o crescente aumento da população urbana dos anos de 1990 a 2020, através da migração campo-cidade neste período.

Segundo Buainain (2015, p. 30) ainda é possível reverter este quadro:

Será possível reverter este quadro e voltar-se para o meio rural com um novo olhar? Creio que sim, porque hoje a pressão para promover o rural vem da própria cidade, que começou a descobrir e valorizar o meio rural como indispensável para manter a qualidade de vida nas cidades. Existe um mundo de oportunidades nas zonas rurais a serem exploradas por governadores, prefeitos e empresários inovadores, que podem conciliar sustentabilidade política, econômica, social e ambiental. Não faltam apenas, e nem principalmente, recursos. Faltam visão e determinação!

Somente com as perspectivas de um olhar diferente encontraremos respostas para se valorizar o meio rural, através de técnicas e oportunidades de investimentos de inovação tanto da parte pública como privada.

Algumas alternativas são possíveis na tentativa de se alcançar harmonizar o campo com a cidade através de novas formas de governo. Segundo Gazolla (2015):

Como alternativas a estes problemas, surgiram várias experiências e, em alguns casos, são até desenhadas políticas públicas por algumas regiões e governos. Uma das iniciativas é a tentativa de (re)conectar os consumidores com a produção local e os agricultores familiares em cadeias curtas de alimentos. A ideia básica é que a produção circule por canais de abastecimento e mercados locais, no intuito que as necessidades dos consumidores sejam supridas em sua origem, sem os alimentos percorrerem longas distâncias.

Em outras épocas o abastecimento das cidades pequenas era realizado através dos camponeses, ou seja, uma forma de se conseguir conectar novamente os consumidores com a produção local e os agricultores familiares, evitando que esta produção saia do município produtor.

Algumas vantagens podem ser oferecidas aos consumidores locais, que segundo Gazolla (2015):

Uma primeira seria que os consumidores conseguem saber a origem dos alimentos, em função de se poder “rastrear socialmente”, pois possuem relações de proximidade social com os agricultores ou mesmo através de rótulos, símbolos, certificações que os produtos possuem, caso circulem em regiões mais distantes. Uma segunda consideração importante é que os alimentos que circulam por cadeias curtas, são alimentos mais saudáveis e sustentáveis, no sentido que provêm de experiências da agricultura integrada, orgânica, artesanal, agroecológica, com especificidades qualitativas, sociais ou territoriais.

Quando se fala em qualidade do alimento e da procedência dele, estamos falando da relação consumidor/produtor, uma forma de garantia que está se consumindo um alimento saudável e de qualidade, produzida por produtores familiares que facilitam a proximidade entre ambos.

## 9. A INOVAÇÃO E O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO

No mundo contemporâneo o termo utilizado, em qualquer área do conhecimento, principalmente em tempos de crise é a palavra inovação. Para a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE, 2005 p. 55), inovação é “a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”. Um processo de transformações de novas ideias e oportunidades colocadas em prática. Ainda conforme OCDE (2005, p. 57)) o conceito de inovação “diferenciam-se em quatro tipos de inovação: de produto, de processo, de marketing e organizacional.

Inovação de produto, de acordo com a OCDE (2005, p. 57), é “a introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne a suas características ou usos previstos”. Inovação de processo de acordo com a OCDE (2005, p. 58) é “a implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em: técnicas, equipamentos, *softwares*”. Já a inovação de marketing, conforme a OCDE (2005, p. 59) é “a implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços”. A inovação organizacional, por sua vez, é “a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas” (OCDE, 2005, p. 61). Baseado nos conceitos de inovação segundo a OCDE (2005, p. 62) “As inovações organizacionais em *práticas de negócios* compreendem a implementação de novos métodos para a organização de rotinas e procedimentos para a condução do trabalho”.

Buscando a organização de novos métodos e procedimentos nesta condução de acordo com Folz e Carvalho (2014, p 46) “é que não dá mais para a empresa almejar realizar tudo internamente na sua área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), contando somente com seus talentos”. Os autores ainda complementam que “tendo em vista a necessidade dos clientes bem como a ampla gama de tecnologias e informações disponíveis no mercado, a inovação colaborativa, amparada pela decisão estratégica da empresa, apresenta-se como uma rápida resposta aos desafios do mercado”.

Dentro do empreendedorismo corporativo na busca por novos desafios está o desenvolvimento de oportunidades, segundo Dornelas (2008, p. 96):

Algumas oportunidades requerem novos recursos, novos ativos e investimentos para serem implementadas. Outras requerem um rearranjo e novas formas de se utilizarem os recursos atuais. Essas novas características requeridas incluem as habilidades e competências das pessoas, e talvez patentes etc., que permitirão à empresa de forma mais eficaz em seu mercado e aumentar seu valor. O fato é que em alguns casos certas oportunidades acabam não sendo implementadas na organização por questões situacionais, de momento, de mercado, de falta de estrutura ou recursos ou porque a janela de oportunidade não estava aberta.

Nesta busca de oportunidades e novos desafios de mercados, umas das estratégias que podem ser assumidas no contexto da inovação, conforme Kon (2016, p. 17) “estas entidades que se aglomeram e se relacionam entre si apresentam metas funcionais que são dirigidas para possibilitar o desenvolvimento da inovação e da tecnologia, e se utilizam de recursos materiais econômicos associados ao capital humano e constroem entidades institucionais”. Através desta estratégia de aglomeração e relacionamentos, existe ainda segundo o autor a representatividade dos recursos materiais “por equipamentos, fundos financeiros, instalações, entre outros, enquanto o capital humano envolve estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas privados, capitalistas, representantes de empresas e de outras instituições específicas voltadas para as funções do ecossistema”.

Um dos maiores benefícios segundo Ikenami (2016, p. 15) “oferecidos pela visão do “ecossistema” é a dinamicidade que ela transmite. O ecossistema não é estático, mas assim como seus membros, sofre transformações ao longo do tempo”. No interior do ecossistema segundo Kon (2016, p. 17) “a interação se dá entre duas formas de inter-relacionamentos econômicos, porém distintas, representadas de um lado pela economia do conhecimento, movida pela pesquisa e ensino e de outro pela economia comercial dirigida pelo mercado”. Neste cenário, Etzkowitz e Zhou (2017, p. 25) citam a tríplice hélice (governo, academia e empresa) como atores do ecossistema, “a Hélice Tríplice é um processo em desenvolvimento contínuo; sua meta é criar um ecossistema para inovação e empreendedorismo. Uma Hélice Tríplice é a verdadeira dinâmica e processo que resultarão em um ecossistema de inovação”.

Nesse processo de desenvolvimento e empreendedorismo surge o ecossistema de inovação, segundo Paroal (2018):

O conceito de ecossistema de inovação é mais recente e deriva da analogia com o ecossistema biológico. De tal forma que, a metáfora foi introduzida por James Moore em 1993, ao sugerir que as empresas deveriam ser consideradas como parte de

um ecossistema de negócios, que envolve uma série de indústrias e, não mais como unidades de uma única indústria.

Uma forma de comparação com o sistema biológico se faz conforme Teixeira, Trzeciak e Varvakis (2017, p. 4) “a interação desses componentes ocorre por meio de transferência de energia dos organismos vivos entre si próprios, entre eles e com os demais elementos do seu ambiente”. Fazendo que haja interação entre todos os elementos da comunidade econômica e das organizações. O ecossistema de inovação é formado segundo Ferasso (2018, p. 164/165) “seguindo-se a hierarquia ecológica, de organismos diversos, suas populações, comunidades que assumem diferentes funções dentro do ecossistema (produtores, consumidores ou decompositores). Está hierarquia assume diferentes funções e para Kon (2016, p. 17) “a criação destes ecossistemas de inovação ganhou relevância na observação de que a inovação é uma fonte significativa de geração de valor agregado e riqueza de uma economia, o que determina estratégias específicas de criação destes inter-relacionamentos”. Ainda de acordo com o autor tem como objetivo “de indução do desenvolvimento econômico e de base para a recuperação econômica em períodos de menor dinamismo ou de crise”.

As estratégias criam os inter-relacionamentos e segundo Ikenami (2016 p. 47) ecossistema de inovação “São sistemas que tem por objetivo criar valor de uma magnitude impossível de ser produzida por uma única firma”. Ainda segundo o autor “uma mesma inovação enfrentará diferentes desafios, internos e externos dependendo do tipo de mercado que deseja servir”. A economia modela o mercado com os ajustes necessários a inovação e para Folz e Carvalho (2014, p 9/10) “um ecossistema de inovação modela a economia, ao invés da dinâmica de energia dos relacionamentos complexos que se formam entre atores e entidades, e sua funcionalidade é viabilizar desenvolvimento e inovação tecnológicos”.

Nesta dinâmica de relacionamento o ecossistema de inovação segundo Ferasso (2018, p. 154) “por ser um *milieu* inovador, acelera a colocação de uma inovação no mercado pelos diversos recursos dos mais variados atores pertencentes ao ecossistema e que se encontram disponíveis às firmas”. O entendimento dos ecossistemas de inovação para Ikenami, Garnica e Ringer (2016, p. 164) “subsidiar a formulação de estratégias pelos atores nele inseridos, sejam eles: empresas de todos os portes, ICTs, organizações governamentais e não governamentais”. Complementando estes atores constitutivos são representados segundo Ferasso (2018, p. 165) por “PMEs de diversos setores econômicos, governos, universidades, financiadores, provedores de recursos, cidadãos e consumidores, comunidades locais, instituições de P&D, profissionais altamente qualificados e infraestruturas física e cibernética”.

Uma forma de representatividade necessária para composição do ecossistema, principalmente buscando a inovação e o empreendedorismo, possibilitando os conteúdos ou objetos que são intercambiados, segundo Ferasso (2018, p. 165) “os habilitadores na forma de informação, capacidade dos recursos humanos, recursos disponíveis, demandas dos mercados, normas e regulação, políticas públicas de apoio”, que segundo o autor ainda existe “assunção de riscos (empreendedorismo), colaborações internacionais, licenciamento de patentes, padrões técnicos, pesquisas conjuntas e propriedade intelectual”.

A participação de todos os atores é fundamental para que haja interação e contribuição que segundo Teixeira, Trzeciak e Varvakis (2017, p. 19) “essa interação contribui para que se desenvolvam plataformas de colaboração, prospecção de tecnologias, estabelecimento de alianças estratégicas entre os atores”. Esta interação segundo os autores “além de outras ações que buscam a convergência de investimentos para o desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços que elevam o potencial econômico da região”. São ações voltadas para o desenvolvimento da localidade e da região através do ecossistema de inovação.

## 9.1 Ambientes de Inovação

O principal órgão de desenvolvimento do nosso país o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com o papel de promover as áreas e aproximar o setor industrial do conhecimento científico para estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Segundo o site do MCTIC (2019) “é um órgão da administração federal direta, criado em 12 de maio de 2016 com a Medida Provisória nº 726, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016”. Com a criação deste ministério a lei extinguiu o Ministério das Comunicações e transformou o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), expandindo o leque de contribuições do órgão na entrega de serviços públicos relevantes para o desenvolvimento do país”.

Confirmando sua importância o MCTIC (2019) através da “Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”. Dentro deste contexto sua missão é produzir conhecimento; produzir riquezas para o Brasil; e contribuir para a qualidade de vida dos brasileiros. Neste leque de contribuições na busca de serviços públicos para o desenvolvimento do país, Freeman e Soete (2008, p. 659/660) nos afirma que devemos esperar que “o poder executivo irá



responder aos desejos expressos e às necessidades concretas da população e que procurará averiguar estas preferências quando elas ainda não forem conhecidas”. Ainda conforme os autores Freeman e Soete (2008, p. 660) torna-se, portanto, “essencial formular métodos capazes de assegurar que o poder executivo esteja sujeito a um contínuo processo de avaliação crítica e de controle”.

Buscando esse processo de avaliação, segundo Kim e Nelson (2005, p. 26) a capacidade tecnológica nacional “é o conjunto de habilidades, experiências e esforços que permitem que as empresas de um país adquiram, utilizem, adaptem, aperfeiçoem e criem tecnologias com eficiência”. Diante deste conjunto de habilidades a capacidade nacional que abrange o sistema das redes e vínculos entre empresas, os autores Kim e Nelson (2005, p. 26) corroboram que “os estilos de fazer negócios e a rede de instituições de apoio, a maneira pela qual as empresas interagem entre si e a eficácia com a qual trocam as informações requeridas para coordenarem suas atividades e beneficiarem-se do aprendizado coletivo”. Na aprendizagem coletiva as empresas buscam interação na troca de informações, assim Freeman e Soete (2008, p. 626), “em muitos países, a capacidade de se incorporarem tecnologias de fora requer, imperativamente alguma base científica independente e local”.

Para Freeman e Soete (2008, p. 626) “A solução dos inúmeros problemas locais de solos, materiais, meio ambiente, aptidões e clima requer que a base científica e técnica local seja crescente e florescente”. Naturalmente para Freeman e Soete (2008, p. 626) “uma variedade de outros serviços científicos e tecnológicos será necessária, além da P&D, tais como os de informação, consultoria, levantamentos geológicos, organização de projetos, instalações para testes e organizações de treinamento”. Está variedade de outros serviços Kim e Nelson (2005, p. 91) nos afirmam que, “não há um único caminho ideal para o desenvolvimento tecnológico. Diversas estratégias são possíveis, dependendo dos objetivos e das economias políticas de cada país”. Dentro destas diversas estratégias Kim e Nelson (2005, p. 91) informam haver necessariamente, “alguns elementos comuns, como a criação de capital humano, sistemas eficientes de amparo à tecnologia, acesso a novas tecnologias e estreitos contatos com mercados mundiais”. As necessidades dos elementos comuns fazem com que se busque em mercados mundiais o acesso a novas tecnologias através de novos contatos.

Neste contexto, para Freeman e Soete (2008, p. 687), as novas tecnologias nos casos atuais:

“Novas” tecnologias da informação e das comunicações e do seu potencial de não apenas coletar, armazenar, processar e difundir enormes quantidades de informações a custos mínimos, mas também de estabelecer redes de contatos, de interação e de

comunicação no mundo todo – transformando o mundo em uma aldeia global – tanto as dimensões temporais como as espaciais de armazenamento da nova tecnologia provavelmente induzirão uma maior abertura de muitas atividades de serviços, aumentando as possibilidades de sua comercialização local e internacional.

Na problemática da competição global, segundo Maillat (2002, p. 14) a capacidade de “inovação e a capacidade de gerar conhecimentos e competências suscetíveis de fazer evoluir o sistema territorial de produção são essenciais. Trata-se, portanto, de dar atenção ao processo de inovação e não simplesmente à organização dos recursos produtivos”. Gerando conhecimentos e capacidade de inovação, evoluindo o sistema territorial. Segundo perspectiva de Maillat (2002, p. 14) a inovação “é considerada um processo de integração de elementos que determinam e favorecem a dinâmica e transformação do processo do sistema territorial de produção. Quanto ao meio inovador, ele é a organização territorial onde nascem os processos de inovação”. Para Crevoisier (2003, p. 16-17) os meios inovadores “articulam-se ao redor de três eixos particularmente importantes do ponto de vista das transformações atuais: a dinâmica tecnológica, a transformação dos territórios e as mudanças organizacionais”.

Cada um desses eixos remete, para Crevoisier (2003, p. 17), “a preocupações essenciais da sociedade e a uma vasta literatura especializada. Nesse sentido, o meio inovador é um conceito integrador, uma ferramenta sintética de análise e compreensão das transformações econômicas atuais”. A rede de inovação participa para Maillat (2002, p. 14) da ideia de que “o processo de inovação tem um caráter multifuncional que pressupõe, a partir da ação conjugada de vários atores, uma articulação complexa e não linear de competências específicas e de processo de aquisição de conhecimentos, ao longo de uma cadeia de produção”. Sob a perspectiva dos meios inovadores, o território para Crevoisier (2003, p. 19) “é entendido como uma organização ligando empresas, instituições e população local, tendo em vista o seu desenvolvimento econômico. A abordagem pelos meios inovadores acentua uma oposição entre proximidade e distância”.

Esta ligação das empresas e as abordagens pelos meios ainda segundo Crevoisier (2003, p. 19) “o que está próximo (no meio) é diferente (*savoir-faire* específicos) e se mobiliza diferentemente (concorrência/cooperação e capital relacional) do que está distante. Logicamente esta concepção de proximidade é sempre construída e relativa”. Para o autor não pode ser reduzida “a uma pequena distância física: ela marca muito bem as fronteiras entre o que está dentro do meio e o que está fora dele. Estas proximidades locacionais segundo Crevoisier (2003, p. 19), “as empresas locais e o território estão relacionados com a regeneração dos recursos locais específicos, recursos esses que marcam a diferença entre uma região e outra,

no plano da inovação. A concorrência dos territórios faz-se pela inovação sobre a base de recursos específicos”. As necessidades de recursos são necessárias, e segundo Lima, Ferreira e Fernandes (2007, p. 7) “A difusão e a inovação tecnológica ocorrem em ambientes institucionais propícios, em culturas que venham acolher e onde se aglomerem profissionais estimulados a aprender com as experiências, acertos e erros uns dos outros”.

Neste contexto, as regiões devem se preparar segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 90) para “prover infra-estruturas específicas, que possam facilitar o fluxo de conhecimento, ideias e aprendizado e que, ao mesmo tempo, tenham capacidade de governança local”. Tornando os atributos regionais decisivos no processo de inovação, buscando o fluxo de conhecimento, ideias e aprendizados. No entanto, Vale (2012, p. 85) destaca que “os espaços de conhecimento e de aprendizagem são definidos por agentes e por arquiteturas organizacionais, tais como comunidades de projeto, comunidades de prática, espaços corporativos/empresariais, redes globais etc”. Os agentes se solidificam com as relações nos ambientes e em diferentes escalas, buscando processos na produção da inovação. Para Tessari (2014, p. 26):

O meio inovador tem sua dinamização potencializada no cerne do sistema capitalista globalizado, pois implica um conjunto de práticas sociais e econômicas e se dá através de movimentos paradoxais e complementares (material e imaterial) que são produzidos e articulados por indivíduos, instituições e empresas.

Está articulação na busca de movimentos e conjuntos do sistema capitalista, que segundo Tessari (2014, p. 26) necessita da estruturação, “como uma condição espacial, como um espaço privilegiado da produção, assume características próprias, únicas da sociedade que o produziu, produz e o produzirá”. Com estas características segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 92) pode-se dizer que “o desenvolvimento está enraizado nas condições locais e que, em uma sociedade do conhecimento e do aprendizado, a capacidade de gerar novo conhecimento constitui o elemento central no processo de produção, competição e crescimento. E ainda segundo os autores “o processo de inovação tem forte vinculação regional ou local”.

Esta vinculação do processo de inovação com o regional ou local, faz com que o potencial produtivo de uma região pode estar relacionado a sua posição geográfica, segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 93) em relação “a mercados e portos, com a experiência produtiva prévia, com as lideranças empresariais, com o conhecimento acumulado, com a existência de infra-estrutura acadêmico-universitária e de pesquisa, com o mercado de trabalho, com a infraestrutura de transportes, com a existência de serviços urbanos etc. Está relação pode ser alterada pelo perfil de demanda, pelas mutações tecnológicas e pela localização de uma

grande empresa. Para Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 94) a grande tarefa “é articular os instrumentos federais e estaduais com as instituições locais, seja com o sistema produtivo e empresarial, seja com as instituições públicas e civis de cada localidade”.

Neste contexto, essa tarefa exige um esforço permanente e segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 94) passa “pela criação ou fortalecimento de instâncias coordenadoras locais, nos moldes de agências locais de desenvolvimento, sindicatos, associações empresariais ou outras formas de coordenação local. A capacidade de implementar as estratégias locais dependerá do sucesso do processo de inovação. De acordo com Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 94) as experiências internacionais mostram, ao longo do tempo, “distintas formas institucionais de arranjos locais, com vistas à promoção da inovação, do crescimento econômico, do ganho de competitividade e de desenvolvimento regional e local (distritos industriais, incubadoras, parques tecnológicos, arranjos produtivos locais, entre outros).

Considerando a importância que o assunto vem assumindo, no Brasil, segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 94) “os Arranjos Produtivos Locais, como forma e instrumento de promoção de inovação e desenvolvimento regional”. Na busca do desenvolvimento regional e da inovação de acordo com Lima, Ferreira e Fernandes (2007, p. 23), onde, há uma forte “convergência em âmbito internacional sobre o papel-chave que hoje cumprem Ciência, Tecnologia e Inovação na construção de sociedades modernas”. Sem dúvida uma fonte de recursos tecnológicos que podem ser desenvolvidos através de um órgão especializado no assunto de desenvolvimento e inovação.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC, 2019), nos traz uma definição mais completa sobre os meios inovadores:

Consideram-se ambientes inovadores os espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, constituindo ambientes característicos da nova economia baseada no conhecimento, articulando empresas, diferentes níveis de governo, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovações (ICTs), agências de fomento e a sociedade, envolvendo duas dimensões:

I - ecossistemas de inovação: espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituindo-se em lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, compreendendo, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos;

II - mecanismos de geração de empreendimentos: mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, envolvendo negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscando a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecendo suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, compreendendo, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos.

Neste contexto, a organização do processo inovador necessita agora uma cooperação entre os atores envolvidos. Para os autores Lima, Ferreira e Fernandes (2007, p. 23) “essa cooperação se deve à necessidade de identificar fontes potenciais de conhecimentos, de experimentar novas alternativas tecnológicas, de acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas em outras redes”. A organização do processo inovador por parte de todos os atores envolvidos, buscando cooperação necessária para a evolução tecnológica necessária de acordo com cada especificidade de sua localidade, no objetivo desejado que são as parcerias estratégicas de firmas direcionadas à inovação.

## 9.2 Inovação Regional

Os processos de inovação regional e local, através da evolução tecnológica segundo Tessari (2014, p. 73-74) na “formação de parques tecnológicos pode ser caracterizada segundo critérios, como funções básicas, componentes e serviços oferecidos”. Para os autores Tessari (2014, p. 73-74) “as funções principais dos parques tecnológicos seriam conduzir um desenvolvimento privado estável; assistir a transferência de tecnologias das universidades para as empresas ou entre empresas e encorajar o crescimento de negócios lucrativos”. Baseados na condução do desenvolvimento e a transferência dos conhecimentos das universidades no processo de meio inovador. É descrito pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendedorismo Inovadores ANPROTEC (2019), como:

**Os parques tecnológicos** constituem um complexo produtivo industrial e de serviços de base científico-tecnológica. Planejados, têm caráter formal, concentrado e cooperativo, agregando empresas cuja produção se baseia em P&D. Assim, os parques atuam como promotores da cultura da inovação, da competitividade e da capacitação empresarial, fundamentados na transferência de conhecimento e tecnologia, com o objetivo de incrementar a produção de riqueza de uma determinada região.

Neste contexto, pesquisa e desenvolvimento buscam segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 94) “O formato institucional e os objetivos variaram no tempo e segundo as especificidades nacionais, dando origem a diferentes denominações, sendo as mais conhecidas: cidade científica, cidade tecnológica, parque científico, parque de pesquisa, parque tecnológico e incubadoras”. Especificidades estas que deram origens a várias nomenclaturas e ainda segundo Diniz, Santos e Crocco (2006, p. 94-95), que a partir “dos anos 80, os parques tecnológicos assumiram lugar de destaque nas políticas de promoção do desenvolvimento

tecnológico e regional, voltadas, prioritariamente, para a criação de novas áreas ou regiões baseadas em atividades de alto conteúdo tecnológico.

### 9.3 Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Nos anos de 1950 a 1960 a indústria mundial e o sistema dominante foram por um longo período, apoiado nas atividades pesadas, ligadas ao petróleo, à siderurgia, à química de base. Localizadas nas zonas industrial-portuária em grande, estabelecimentos. No decorrer dos anos 1970 a 1980, as indústrias eletrônicas se destacaram com suas localizações nos níveis superiores da hierarquia urbana. Mas por volta de 1973 os modelos fordistas e keynesiano foram substituídos pelo modelo de acumulação flexível, devido a sua rigidez com os investimentos de capital fixo e por apresentarem uma capacidade de excedente inutilizável com as mercadorias. Isso fez que ocorresse o surgimento do sistema flexível, que priorizará empresas com capacidade de produzir em séries curtas com mudanças rápidas de produto e modelos. Isso propiciou para o desenvolvimento das PME (pequenas e médias empresa).

No Brasil as aglomerações produtivas das PME, das décadas de 1980-1990. O surgimento das PME deu por fatores de esgotamento do crescimento econômico sobre orientação do Estado e de grandes empresas como multinacionais; a crise no mercado de trabalho com demissões das indústrias; e o crescimento da cultura empreendedora. Dentro deste contexto das PME, trabalha o conceito das APLs (Arranjos Produtivos Locais). Segundo Cardoso

O Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (CARDOSO, 2014, p. 7)

Apresenta-se a formação de economias de aglomeração, por possuírem benefícios como, proximidade dos agentes, sendo elas matéria prima, equipamentos, mão de obra etc. Essas aglomerações de empresas ampliam suas oportunidades de sobrevivência e ampliação da instituição, constituindo-se uma essencial fonte indutora de vantagens competitivas. Dessa maneira, Conforme Costa (2010, p. 127) “um APL pode ser entendida como um grupo de agentes “orquestrados” por um grau de institucionalização explícito ou implícito ao aglomerado que buscam como finalidade, harmonia, interação e cooperação”. Vale ressaltar o termo APL refere à aglomeração de quaisquer atividades podendo pertencer ao setor primário, secundário

e terciário no espaço, não importando o tamanho das empresas, variando desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as empresas e produtos com elevado conteúdo tecnológico.

A partir do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais no fim dos anos 1990, começou a considerar formas de atuação do Estado e de atores (empreendedores, agentes e instituições) para um desenvolvimento territorial, com objetivo de articular o direcionamento de recursos e programas oriundos de diferentes ministérios para os territórios com o intuito de transplantar e incentivar a capacidade especializada dos arranjos. Devido ao seu potencial e geração de competitividade de fazerem do espaço em que atuam um ambiente inovador.

Nos anos 2000 o governo federal, com o Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Invenção 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013, junto a isso cria a coordenação de apoio a APLs, sobre responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com propósito de estimular a criação de núcleos estaduais gestores das ações de APLs em cada um dos estados da federação, com iniciativas privadas e organismos nacionais de representação empresarial. Criaram-se diversas ações voltadas para o desenvolvimento territorial passassem a ser organizadas com base do crescimento das APLs. Em todo o país, viu surgir iniciativas públicas do governo federal, dos estados e municípios, além de órgãos privados como atuação de bancos, nos quais reconheceram as vantagens dos arranjos produtivos locais, possibilitando, créditos para essas empresas.

A partir de 2007, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), apresentou um papel importante para o crescimento das APLs, formando convênios com parceiros estratégicos – Sebrae, Banco do Brasil, e governos de estados. Essas políticas voltadas para a escala local dão pela importância da quantidade de pequenos negócios e seu papel para contratação de trabalhadores, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas e Empresas Sebrae, (2012, apud CARDOSO, 2014) “os mais de 8,7 milhões de pequenos negócios brasileiros representam 98,1% de todas as empresas e respondem por 57,1 dos postos de trabalhos formais”. A dimensão geográfica do país faz mostra um desenvolvimento econômico e social desigual, devido ao sistema capitalista que apresenta uma natureza polimórfica, seguindo diversas vias e estilo de desenvolvimento. Essas políticas públicas procuram reunir atores de diferentes portes, setores e funções, com estruturas, dinâmicas, abrangência, intensidade tecnológica e trajetórias produtivas e inovativas distintas. Essas características de cada região têm como intermédio o BNDES para captar as diferentes dimensões territoriais e as condições

próprias a cada contexto e contemplar as APLs, atividades e regiões geralmente invisíveis das agendas políticas. Segundo Lastres et. al. (2016, p. 11)

O apoio ao entorno de empreendimentos estruturantes, além de diminuir os impactos negativos comumente gerados por vultosos investimentos, visa fundamentalmente ampliar e enraizar o impulso dado ao desenvolvimento, mediante estímulo ao adensamento de APLs, agregação de valor aos bens e serviços produzidos localmente e comprometimento das grandes e médias empresas com o desenvolvimento integrado local”.

Essa ampla interlocução, busca formular uma agenda pautada para o desenvolvimento territorial que originará segundo Lastres, et. al. (2016, p. 11) “investimentos necessários em: planejamento territorial e ambiental; infraestrutura urbana, social, ambiental e cultural; modernização da gestão pública, educação e capacitação, com envolvimento dos sistemas de conhecimento local e regionais”. Todos os fatores apresentados na escala local são essenciais, pois atraem e incentivam novas empresas e empreendedores a investirem em competitividade, como circunstância para sua permanência. Essa atração de novas empresas, junto com o incentivo de empreendedores locais, faz com que tenha uma participação na geração de novos movimentos empresariais, além de novas atividades econômicas relacionadas com o arranjo produtivo. Os arranjos passam a interessar aos bancos, que querem conhecer melhor o setor e o seus empresários, acarretando o aumento das operações financeiras. Além do surgimento de núcleos de educação profissional e aprimoramento técnico pelas empresas, que irão ter o intuito de investir em novos produtos.

As APLs levam a um desenvolvimento territorial que será importante, pois traz arrecadação para o município, um aumento nos números de empregos gerados e acaba tornando-se uma mola propulsora para a cidade, atraindo cada vez mais, novas empresas. Essas empresas econômicas que surgem acabam sendo relacionadas com a especialização da APL. Os arranjos mais desenvolvidos vão ter uma presença de inovação e tecnologia que fortalecem a competitividade frente à ocorrência em um mundo cada vez mais globalizado, esses territórios que possuem APLs desenvolvidas possuirão ensinamentos voltados para a especialidade do local, conforme Cardoso

Verifica-se a presença de centros de pesquisa e instituições de ensino superior com propostas específicas para o arranjo, contribuindo de forma mais eficaz para o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos. As empresas apresentam-se mais competitivas e atuam em outros níveis de mercado (regional, nacional e internacional). Há, também, implementação de iniciativas de *marketing* territorial. (CARDOSO, 2014, p. 17)



O mercado competitivo vai ter um produto já identificado como uma característica sociocultural do local como são as cidades de Holambra (flores), Birigui (calçados infantis), Franca (calçados masculinos) etc. As empresas irão apresentar mais competitividade e atuaram em outras escalas (regional, nacional e internacional).

No estado de São Paulo, as APLs são coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado com a participação do Sebrae-SP, Fiesp e Secretaria de Economia e Planejamento. O estado apresenta uma diversidade produtiva, espalhado pelo território, com distintas atividades econômicas como a de calçados (Franca, Birigui e Jaú), Têxtil/Confecção (Americana), software (Presidente Prudente) e flores (Holambra) entre outros. Segundo a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, “o programa de APLs do estado de São Paulo reconhece 38 APLs, conforme tabela 8 e 25 aglomerados produtivos, conforme tabela 9, distribuídos em mais de 120 municípios, sendo que 14 fazem parte de um projeto executado com recursos financiados pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID)”. Os aglomerados são diferenciados pelo governo de São Paulo a partir do estabelecimento de governança local, ou seja, APLs são aglomerações com governança estabelecida e o aglomerado produtivo não apresenta organização na forma de governança.

Tabela 8 – Relação dos APLs do estado de São Paulo

<b>LISTA DE APLS</b>	
<b>APL</b>	<b>SETOR</b>
Alta Mogiana (Franca)	Cafés Especiais
Americana	Têxtil e Confecções
Baixada Santista	Serviços Logísticos
Birigui	Calçados Infantis
Bragança Paulista	Ferramentaria
Cafelândia	Produtos Pet
Cerquilha / Tietê	Confecções Infantis
Cunha	Cerâmica Artísticas
Diadema	Cosméticos
Franca	Calçados Masculinos
Grande ABC	Defesa
Grande ABC	Ferramentaria
Grande ABC	Metalmeccânico
Grande ABC	Transformados Plásticos
Grande ABC	Têxtil e Confecções
Holambra	Flores
Ibitinga	Bordado de cama, mesa e banho
Itapeva	Agroindústria
Itapeva	Madeira

Itu	Cerâmica Vermelha
Jaú	Calçados Femininos
Jundiaí	Vinicultura
Marília	Tecnologia da Informação
Limeira	Semi-joia
Mairiporã	Eventos
Mirassol	Moveis
Panorama	Cerâmica Vermelha
Pedreira	Cerâmica Branca
Piracicaba	Cadeia do Etanol
Porto Ferreira	Cerâmica Artísticas
R M de São Paulo	Móveis
Ribeirão Preto	Cervejas
Ribeirão Preto	Equip. Médicos-odontológicos
Ribeirão Preto	Software
Santa Cruz do Rio Pardo	Couro e Calçados
Santa Gertrudes	Cerâmica
São José do Rio Preto	Joias
São José do Rio Preto	Tecnologia da Informação e comunicação
São José dos Campos	Aeroespacial
São José dos Campos	Tecnologia da Informação e comunicação
São Paulo	Games
Sertãozinho	Metalmecânico
Tabatinga	Artefatos têxteis / Bichos de Pelúcia
Tambaú	Cerâmica Vermelha
Tatuí	Cerâmica Vermelha
Urupês	Jeans
Vale do Paraíba	Leite
Vale do Paraíba	Mel
Vargem Grande do Sul	Cerâmica Vermelha

Fonte: Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.  
Tabela 9 - Relação das aglomerações do estado de São Paulo

<b>LISTA DE AGLOMERADOS</b>	
<b>AGLOMERADOS</b>	<b>SETOR</b>
Amparo	Confecções de Bebê
Auriflora	Confecções moda íntima
Bastos	Mel
Batatais	Transformadores de Aço-Inox
Campinas	Tecnologia da Informação
Descalvado	Mel
Garça	Eletroeletrônico de segurança
Itatiba	Móveis
Jales	Frutas
Laranjal Paulista	Brinquedos
Marília	Alimentos
Mira Estrela	Piscicultura
Novo Horizonte	Confecções Infantis
RM de São Paulo	Calçados e Artefatos de Couro
RM de São Paulo	Equip. Médico-odontológico

RM de São Paulo	Jóias
RM de São Paulo Brás Bom Retiro / Guarulhos	Confecções
Santos / São Vicente / Guarujá / Bertioga	Moda Praia / Íntima
Santos / São Vicente / Guarujá / Bertioga	Limão Taiti
São Paulo – Zona Leste	Metais-sanitários
São Roque	Vinho
São Sebastião da Gramma	Café Fino
Socorro / Lindóia / Águas de Lindóia	Malhas
Três Fronteiras	Piscicultura

Fonte: Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

Os programas do estado de São Paulo estão previstos, benefícios para aproximadamente 14,5 mil micros, pequenas e médias empresas, capaz de gerar mais de 350 mil postos de trabalhos vindos de APLs. O governo estadual busca junto com as instituições de apoio como Sebrae-SP e Fiesp a levar formação de mão de obra, centros de treinamento e núcleos de desenvolvimento de novos produtos. A Secretaria de Desenvolvimento e instituições parceiras, no ano de 2009 investiram mais de R\$6 milhões em programas vinculados aos APLs, para que sejam aplicadas em instalação de centrais de prestação de serviços, que oferecerá cursos de capacitação, consultorias estratégicas e suporte tecnológico aos empreendedores instalados nos APLs. No ano de 2010 a previsão foi de R\$4,5 milhões para aquisição de equipamentos e maquinários, treinamento e transferência de tecnologia, pequenos ajustes de infraestrutura e adaptação.

Portanto, os APL têm grande importância para o desenvolvimento local com objetivos de desenvolver as cadeias produtivas paulistas; aumentar competitividade das micro, pequenas e médias empresas; estimular o empreendimento, baseado na interação e cooperação; descentralizar o desenvolvimento produtivo para fortalecer a economia regional e fomentar projetos de desenvolvimento produtivos nos APLs paulistas. Os arranjos tornaram-se num forte fator de desenvolvimento local no Brasil, com capacidade de trazer arrecadação para os municípios e um aumento no número de empregos. Possuem uma capacidade de levar inovação e uma lógica da cooperação para estes sistemas produtivos, e possibilita uma atração de empresas que levará um incentivo de empreendedores locais a participarem da geração de renda.

Já o papel dos centros de pesquisa e instituições de ensino superior vão sendo voltadas para os arranjos, contribuindo para o desenvolvimento de novas tecnologias, além de um surgimento de atividades econômicas relacionadas com os arranjos produtivos que começam a surgir. Isso faz que as empresas se tornem mais competitivas e tenham a possibilidade de atuar em outras escalas de mercado.

## 10. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO E A INDÚSTRIA DE SONORIZAÇÃO DO ESTUDO

Conforme as demonstrações anteriores de desenvolvimentos nacional, estadual e municipal, abordaremos aqui as histórias das empresas do ramo de sonorização que compõem o foco principal deste estudo e quais as suas potencialidades para sua localidade.

### 10.1. Empresa Taramp's

A empresa Taramp's está localizada na cidade de Alfredo Marcondes, interior do estado de São Paulo, distante aproximadamente 27 km da cidade de Presidente Prudente, como observado no tópico 1.2.1 e na figura 4.

Iniciaram-se suas atividades no ano de 1999; conforme tabela 10, no ano de 2021 a empresa conta com mais de 570 colaboradores diretos e formais.

Tabela 10 - Quantidade de Empregos Formais em Alfredo Marcondes - SP

EMPREGOS FORMAIS - ALFREDO MARCONDES - SP								
ANO	2 - Indústria de transformação	3 - Serviços industriais de utilidade pública	4 - Construção Civil	5 - Comércio	6 - Serviços	7 - Administração Pública	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
2002	11	2	1	14	40	138	42	248
2003	12	2	18	14	42	151	56	295
2004	11	2	39	15	49	144	56	316
2005	16	2	30	20	54	149	54	325
2006	14	1	28	27	59	162	57	348
2007	25	3	30	29	43	178	52	360
2008	70	2	88	34	40	199	43	476
2009	67	3	86	35	30	203	38	462
2010	95	3	102	38	47	196	40	521
2011	202	3	120	38	47	199	50	659
2012	349	3	141	43	39	220	45	840
2013	367	3	94	58	35	221	51	829
2014	367	3	102	52	26	218	47	815
2015	312	3	108	48	41	219	55	786
2016	404	2	5	49	64	221	55	800
2017	448	2	1	50	97	243	65	906
2018	425	3	6	62	153	234	28	911
2019	430	3	18	57	115	233	39	895
2020	921	3	27	46	116	228	43	1384
set/21	695	3	20	49	128	229	43	1167

Fonte: MTE Caged/Rais - Organizado pelo autor

Observamos, na tabela 10, a quantidade de empregos formais no município de Alfredo Marcondes no período de 2002 a 2021, onde a partir do ano de 2010 houve um aumento constante nos números de empregos formais na indústria de transformação. Na tabela 11, demonstramos o rendimento médio de salário mínimo na cidade de Alfredo Marcondes, onde está instalada a sua sede.

Tabela 11 - Rendimento médio (SM)- Alfredo Marcondes - SP

Faixa Remuneração Média (SM) - Alfredo Marcondes - SP														
Ano	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	{n class}	Total
2002	0	0	82	48	61	28	5	8	2	6	1	5	2	248
2003	0	1	99	76	69	24	6	7	4	3	1	5	0	295
2004	0	0	101	83	88	20	8	5	5	1	2	3	0	316
2005	0	0	102	96	77	17	14	5	4	2	3	2	3	325
2006	1	2	146	95	51	19	12	6	2	2	4	1	7	348
2007	0	0	148	104	55	17	12	5	3	3	2	2	9	360
2008	0	6	139	206	77	15	8	8	2	3	2	1	9	476
2009	0	1	145	173	92	22	6	8	1	3	2	1	8	462
2010	0	3	152	175	117	23	13	16	5	1	2	0	14	521
2011	0	5	148	230	175	48	13	20	6	1	2	0	11	659
2012	0	8	200	277	245	54	17	13	6	2	1	0	17	840
2013	0	6	171	390	151	48	18	14	4	5	1	1	20	829
2014	0	11	152	398	143	50	16	14	4	5	1	0	21	815
2015	0	4	173	350	159	48	14	16	3	3	1	0	15	786
2016	0	9	180	403	133	32	13	13	2	4	1	0	10	800
2017	0	8	193	472	158	36	12	16	2	2	1	0	6	906
2018	0	11	150	461	176	49	21	19	6	6	3	3	6	911
2019	0	1	162	490	159	37	13	13	6	3	1	0	10	895

Fonte: MTE Rais - Organizado pelo autor

Observamos o rendimento médio em salário mínimo na cidade de Alfredo Marcondes no período de 2002 até 2019, onde, a partir do ano de 2007, a faixa de 1,51 a 2,0 foi predominante no rendimento.

## 10.2. Empresa Stetsom

A empresa Stetsom está localizada na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo, como observado no tópico 1.2.2. e na figura 5.

Iniciaram-se suas atividades no ano de 1989 e, no ano de 2021, o grupo conta com mais de 230 colaboradores diretos. Como se observar na tabela 12, a quantidade de empregos formais no município de Presidente Prudente onde está instalada a sua sede.

Tabela 12 - Quantidade de Empregos Formais em Presidente Prudente - SP

EMPREGOS FORMAIS - PRESIDENTE PRUDENTE - SP									
ANO	1 - Extrativa mineral	2 - Indústria de transformação	3 - Serviços industriais de utilidade pública	4 - Construção Civil	5 - Comércio	6 - Serviços	7 - Administração Pública	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
2002	3	7953	502	1791	10076	15892	4928	549	41694
2003	3	8559	528	1789	10679	16467	5085	573	43683
2004	3	9654	496	1174	11645	17883	5116	575	46546
2005	1	11057	693	2184	12311	17783	5429	599	50057
2006	3	12261	626	2160	12870	18939	5260	529	52648
2007	5	12616	657	2505	14048	20036	5151	551	55569
2008	4	13169	659	3266	15019	19126	5338	511	57092
2009	4	13232	752	3056	15596	21217	5170	575	59602
2010	2	11617	820	3069	18314	22649	5172	628	62271
2011	29	12460	678	3112	17209	24420	5211	575	63694
2012	24	12794	843	2342	17990	25767	5320	540	65620
2013	2	13161	735	2495	18295	27028	5525	549	67790
2014	11	12332	733	2703	18295	28863	5680	452	69069
2015	14	12300	744	2165	17641	29400	5776	498	68538
2016	22	11883	701	2033	17271	29271	5819	562	67562
2017	14	11317	768	2004	17264	28551	5817	558	66293
2018	14	10659	779	1547	17067	29229	5397	350	65042
2019	11	10368	711	1885	17296	29856	5691	302	66120
2020	10	7566	767	2531	17578	16655	13421	2564	61092
set/21	9	7767	761	2896	18270	17038	14183	2822	63746

Fonte: MTE Caged/Rais - Organizado pelo autor

Conforme a tabela 12, observa-se a quantidade de empregos formais no município de Presidente Prudente no período de 2002 a setembro de 2021, salientando que o ano de 2009 foi o de maior número de empregos formais (13.232), reduzindo para quase a metade no ano de 2021, na indústria de transformação. Já na tabela 13, demonstramos o rendimento médio de salário mínimo no município de Presidente Prudente onde está instalada a sua sede.

Tabela 13 - Rendimento médio (SM) – Presidente Prudente - SP

Faixa Remuneração Média (SM) - Presidente Prudente - SP														
Ano	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	{n class}	Total
2002	40	585	1897	7568	16652	5581	2613	2486	1741	1176	586	719	50	41694
2003	60	657	2376	11752	14921	5265	2394	2348	1609	1090	503	564	144	43683
2004	102	1251	2721	11279	16744	5423	2478	2407	1613	1061	525	547	395	46546
2005	111	1105	3935	14937	15355	5331	2279	2453	1590	1057	503	521	880	50057
2006	107	1378	6716	17949	13688	4347	2054	2199	1376	935	466	398	1035	52648
2007	130	1356	8981	19042	13201	4164	2023	2139	1412	909	449	317	1446	55569
2008	132	1296	8986	20335	13053	4425	2093	2218	1443	927	399	302	1483	57092
2009	141	1569	12773	19719	12464	4278	2056	2112	1265	945	381	267	1632	59602
2010	169	1625	16146	18256	12627	4339	2163	2213	1223	960	388	273	1889	62271
2011	137	1598	13302	19997	13629	4956	2476	2499	1326	1027	417	291	2039	63694
2012	201	1737	17426	19099	12960	4511	2241	2361	1204	973	335	241	2331	65620
2013	162	1640	17184	19703	13908	4892	2401	2526	1321	966	388	237	2462	67790
2014	208	1735	15465	20059	15692	5096	2508	2659	1381	1032	394	262	2578	69069
2015	218	1528	15114	19595	15947	5248	2475	2600	1427	1054	383	281	2668	68538
2016	390	1649	15404	19268	15601	4978	2416	2484	1332	978	301	217	2544	67562
2017	355	1766	14914	18975	15522	4858	2389	2375	1358	938	370	200	2273	66293
2018	403	1640	13861	19082	15183	4795	2544	2420	1508	1032	357	218	1999	65042
2019	526	1888	13829	19453	15205	4716	2488	2318	1453	922	304	185	2833	66120

Fonte: MTE Rais - Organizado pelo autor

Pode-se observar, na tabela 13, o rendimento médio de salário mínimo no município de Presidente Prudente no período de 2002 a 2019, onde de 2002 a 2005 predominou a faixa de 2,01 a 3,0 salários mínimos, a partir de 2003 a faixa de 1,51 a 2,0 começou a crescer, sendo o ano de 2008 com a maior faixa, com 20.335 empregos e o ano de 2019 com 19.453 empregos formais. A partir de 2009, a faixa de 1,01 a 1,50 começou a crescer, sendo que em 2012 foi a maior faixa com 17.426 e, finalizando, o ano de 2019 tinha 13.829 empregos formais.

### 10.3. Empresa Staner

A empresa Staner localiza-se no município de Regente Feijó, interior do estado de São Paulo, distante aproximadamente 17 km de Presidente Prudente, como observado no tópico 1.2.3 e na figura 6.

Esta empresa iniciou suas atividades no ano de 1973, na cidade de Presidente Prudente e, a partir do ano de 2018, transferiu suas atividades para o município de Regente Feijó, sendo que no ano de 2021, o Grupo conta com aproximadamente 450 colaboradores diretos, conforme observado na tabela 14.

Tabela 14 - Quantidade de Empregos Formais em Regente Feijó - SP

EMPREGOS FORMAIS - REGENTE FEIJÓ - SP								
ANO	2 - Indústria de transformação	3 - Serviços industriais de utilidade pública	4 - Construção Civil	5 - Comércio	6 - Serviços	7 - Administração Pública	8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total
2002	487	18	97	472	390	538	774	2776
2003	801	19	40	566	469	603	769	3267
2004	903	18	96	638	436	645	906	3642
2005	840	21	103	691	503	609	600	3367
2006	868	20	33	729	470	618	394	3132
2007	1726	23	18	796	497	615	411	4086
2008	1778	23	70	976	482	714	983	5026
2009	907	22	101	1130	540	728	1060	4488
2010	775	31	104	1209	603	712	359	3793
2011	842	32	77	1274	661	790	326	4002
2012	939	24	81	1275	738	743	324	4124
2013	925	34	2687	1276	687	828	335	6772
2014	1037	36	600	1339	677	866	344	4899
2015	962	22	131	1334	722	828	369	4368
2016	1050	22	100	1303	791	838	372	4476
2017	1089	36	102	1340	707	803	372	4449
2018	1187	35	106	1442	779	794	318	4661
2019	1240	36	55	1625	854	842	307	4959
2020	1194	30	76	1634	709	206	292	4141
set/21	1159	28	95	1684	764	211	288	4229

Fonte: MTE Caged/Rais - Organizado pelo autor

A tabela 14 apresenta a quantidade de empregos formais no município de Regente Feijó no período de 2002 a setembro de 2021, sendo o ano de 2008 aquele com maior número de empregos formais (1.778), reduzindo no ano de 2021 para 1.159 empregos na indústria de transformação. Na tabela 15 verifica-se o rendimento médio de salário mínimo no município de Regente Feijó, onde está instalada sua sede.



Tabela 15 - Rendimento médio (SM) – Regente Feijó - SP

Ano	Faixa Remun Média (SM)												{n class}	Total
	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00		
2002	9	43	662	650	765	295	119	92	47	40	18	17	19	2776
2003	13	47	975	681	868	301	146	89	43	38	14	17	35	3267
2004	18	82	805	867	1079	357	155	111	63	44	8	22	31	3642
2005	27	97	754	910	904	257	134	106	68	29	7	22	52	3367
2006	7	87	856	896	722	224	110	83	48	19	13	7	60	3132
2007	23	319	1206	1147	783	240	105	105	43	27	11	12	65	4086
2008	32	425	1514	1471	853	273	113	117	62	25	14	9	118	5026
2009	40	265	1255	1340	847	261	104	140	44	22	13	10	147	4488
2010	19	85	1169	929	875	263	90	126	42	25	10	11	149	3793
2011	11	92	933	1142	964	308	127	164	52	31	9	12	157	4002
2012	10	94	1061	1224	891	297	127	151	56	23	8	10	172	4124
2013	2	105	1214	1147	1410	1190	604	489	237	142	34	34	164	6772
2014	6	88	1037	1379	1101	487	230	196	83	47	15	24	206	4899
2015	11	88	1007	1452	839	357	153	128	64	24	4	8	233	4368
2016	21	132	1112	1362	907	385	153	121	64	25	8	7	179	4476
2017	14	116	1113	1395	888	390	147	114	53	19	8	4	188	4449
2018	21	116	1034	1615	907	436	141	125	52	21	5	5	183	4661
2019	13	111	1183	1656	980	410	154	124	61	15	4	5	243	4959

Fonte: MTE Rais - Organizado pelo autor

Podemos observar, na tabela 15, o rendimento médio de salário mínimo em Regente Feijó no período de 2002 a 2019, onde de 2002 a 2008 predominaram as faixas de 1,01 a 3,0 salários mínimos, a partir do ano de 2007 com crescimento da faixa de 1,01 a 1,50, sendo o ano de 2008 com a maior faixa (1.514) e finalizando o ano de 2019 com 1.183 empregos formais, tendo também crescimento a partir de 2007 na faixa de 1,51 a 2,00, sendo o ano de 2019 com a maior faixa (1.656 empregos formais). A partir do ano de 2013 a faixa de 2,01 a 3,00 tem crescimento, sendo 2013 o ano com a maior faixa (com 1.410) e, finalizando, o ano de 2019 demonstrava 980 empregos formais.

Avaliando os dados das empresas de sonorização (conforme tabelas de 10 a 15) foi possível inferir os benefícios que a mesmas trouxeram para seus respectivos municípios. Podemos observar que Alfredo Marcondes e Regente Feijó dependem mais das suas indústrias de transformação, mas fica claro que todas as indústrias que foram objetivos deste estudo trouxeram crescimento no número de empregos formais, com aumento de renda, fixação local, melhoria comercial e de serviços para aos habitantes dos municípios citados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo deste trabalho, ficou evidente que desenvolvimento não surge com as mutações do mercado econômico, surgem com um aglomerado de ações que fazem das descobertas de novos produtos e serviços, e de novas iniciativas dos governantes em mudanças na economia dentro e fora do seu país. Estas novas combinações são condições para que se possa falar em desenvolvimento de um país, estado, região ou local.

Unindo a vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, identificando suas potencialidades existentes e idealizando a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando e aproveitando da capacidade econômica de cada região, não mudando ou perdendo suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, mais um fator que contribuirá indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local.

O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, onde tem impactado no enfraquecimento, estimulando processos de descentralização.

Acredita-se ser necessárias transformações nos níveis nacionais e globais, com uma reestruturação da economia, dando liberdade aos municípios e consequentemente cobrando responsabilidades como agente do desenvolvimento.

Dentro do paradigma do desenvolvimento endógeno, o desenvolvimento será determinado pelos aspectos intrínsecos do local, do território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global. Já que suas principais abordagens são fatores primordiais no desenvolvimento endógeno, melhorando sua concentração geográfica, funcionamento das pequenas e médias empresas em aglomerados flexíveis, com inovações tecnológicas.

É preciso desenvolver os valores éticos, a capacidade de associação, o grau de confiança e a consciência cívica dos indivíduos de uma sociedade, constituindo-se num recurso em combinação com outros fatores que permitam lograr benefícios para os que o possuem, sendo que esta forma específica de capital se fundamenta e fortaleça nas relações sociais.

Concluiu-se, também, que dentro dos municípios brasileiros com maiores representatividades do PIB do Brasil a região sudeste conta com mais da metade, sendo, 56 municípios, a região sul com 17 municípios, a região nordeste com 14 municípios, região centro-oeste com 8 municípios e a região norte com 5 municípios.

Um dos fatores, aqui observado, está a questão das guerras fiscais e a falta de investimentos públicos, enfraquecendo os estados e conseqüentemente as regiões na concorrência entre ambas na busca de novos investimentos, concomitantemente com abertura das exportações.

A evolução do PIB do Brasil da cidade de Alfredo Marcondes neste comparativo houve um aumento de 123,41% em valores nominais, Presidente Prudente houve um aumento de 64,33% em valores nominais e Regente Feijó houve um aumento de 102,02% em valores nominais do período de 2002 para 2018.

Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDHM, no ano de 2000 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentam médio desenvolvimento humano, figurando entre os 1.451 municípios (tabela 2) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano alto, figurando entre os 133 municípios (tabela 2). no ano de 2010 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresenta alto desenvolvimento humano, figurando entre os 1.889 municípios (tabela 2) e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto.

Conforme os parâmetros estabelecidos para o IVS, no ano de 2000 Alfredo Marcondes apresenta média vulnerabilidade social, Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo baixa vulnerabilidade social, no ano de 2010 Alfredo Marcondes apresenta baixa vulnerabilidade social, Presidente Prudente e Regente Feijó são considerados como tendo muito baixa vulnerabilidade social.

Conseguiu-se através deste estudo efetuar um comparativo da migração campo-cidade dos anos de 1950 a 2010, através do censo demográfico do Brasil, analisando o alto grau de migração da população rural para cidade, sendo que no ano de 1950 a proporção era de 64% para área rural, sendo que em 2010 apresentou uma redução desta população para 16%. Havendo um aumento expressivo na população urbana de 1950 para 2010 de 857%.

Comparando a migração campo-cidade nas cidades do estado de São Paulo, Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó, havendo uma redução da população rural na cidade de Alfredo Marcondes de 82,23%, Presidente Prudente de 37,46% e Regente Feijó de 60,07%, quando se comparado ao ano de 1980 para 2020. Uns dos fatores principais foram a falta de incentivo e apoio por parte dos governantes, que se preocupam somente com seis eleitores que se concentram na maioria na área urbana.

Conseqüentemente, houve um aumento na população urbana mesmo com a falta de infraestrutura das cidades, acabaram se mudando na procura de novos sonhos e objetivos.

Alfredo Marcondes houve um aumento na população urbana de 67,58, Presidente Prudente de 66,59% e Regente Feijó de 127,19%, quando se comparado o ano de 1980 para 2020.

No tocante a inovação, conclui-se que os processos de transformações de novas ideias e oportunidades podem serem colocados em prática no envolvimento dos atores, contribuindo e interagindo com o ecossistema de inovação.

É imperativa a participação de todo conjunto do ecossistema de inovação, na busca de estratégias de novas oportunidades e novos desafios, também, é importantíssimo a união de recursos materiais por equipamentos, fundos financeiros, instalações, entre outros, com o recurso de capital humano envolvendo todo conjunto de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas privados, capitalistas, representantes de e outras instituições fundamentais nas funções do ecossistema de inovação e que somente com a organização do processo inovador dos atores envolvidos, com cooperação na evolução tecnológica e as especificidades da localidade, proporcionará cumprimento das estratégias inovadoras.

Considerando os dados das tabelas de 10 a 15 ficou claro que as indústrias de sonorização em estudo contribuíram para o desenvolvimento econômico e social das cidades em estudo.

## REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendedorismo Inovadores. **Ambientes de Inovação**. Disponível em: <http://anprotec.org.br/site/sobre/incubadoras-e-parques/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BARBOSA, Alexandre de F. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BELLINGIERI, Julio Cesar. **Teorias do Desenvolvimento Regional e Local**: uma revisão bibliográfica. Salvador, v. 2, n. 37, ago. 2017. /disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/4678/3228>> Acesso em: 01 dez. 2018.

BERNSTEIN, Henry. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 197-201.

BRANCO, Anselmo Lazaro; Mendonça, Cláudio; Lucci, Elian Alabi. **Geografia para o Ensino Médio**. Geografia para todos. Mapas Temáticos. 2016. Disponível em: <<http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=mapastematicos>> Acesso em: 01 dez. 2018

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Relatório Anual BNDES, 2007**. Disponível em: <[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/932/4/RA2007\\_final\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/932/4/RA2007_final_BD.pdf)> Acesso em: 11 dez. 2018

BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica (Lei n.º 10.973/2004). Brasília, DF: Congresso Nacional. Atos do Poder Legislativo, DOU, n.º 232 de 03.12.2004.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). **Ambientes Inovadores**. Disponível em: [https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/tecnologia/SETEC/paginas/ambientes\\_inovadores/\\_inovadores/Ambientes\\_Inovadores.html](https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/tecnologia/SETEC/paginas/ambientes_inovadores/_inovadores/Ambientes_Inovadores.html). Acesso em 15 jul. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**: esboço de uma economia política periférica. São Paulo: Brasiliense, 1977.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Ainda é possível desenvolver o meio rural no Brasil?** Revista Prefeitos & Vices. São Paulo: Ano VII, Ed. 35, Mai./Jun.-2015. Disponível em: <http://revistaprefeitosevices.com.br/>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970/2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **APL: arranjo produtivo local**. / Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. – Brasília: Sebrae, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 6ª ed. – São Paulo: Contexto, 1994.

COSTA, Eduardo José Monteiro. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=58908ef0-c6ff-45f3-ac3f-91b2baf3e755&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=58908ef0-c6ff-45f3-ac3f-91b2baf3e755&groupId=10157)>. Acesso em: 11 dez. de 2018.

CREVOISIER, Olivier. **A abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas**. Revista Interações. v. 4, n. 7 Set. 2003. Campo Grande. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/537>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

DINIZ, Clélio. Campolina.; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco Aurélio. **Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local**. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.87-122.

DORNELAS, José Carlos de Assis, **Empreendedorismo corporativo**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. **Hélice Triplíce: Inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo**. Estudos avançados. 31 (90), 2017, p. 23-48

FERASSO, Marcos. **Inovações como fatores estratégicos de PMES HIG-TECH localizadas em ecossistemas de inovação: uma análise cross-national a partir da abordagem das configurações**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55285>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FOLZ, Christian Julius. CARVALHO, Fábio Henrique Trovon de. **Ecosistema inovação / Christian Folz, Fábio Carvalho editores técnicos**. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1001206>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **IMP – Informações dos Municípios Paulistas**. SEADE – Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 01 dez. 2018 a 02 jul. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **O Estado dos Municípios 2010-2012 – IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social: síntese das regiões administrativas**. São Paulo: ILP/AL/Seade, 2014. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10046458&parte=1>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

FUNDAÇÃO SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil dos municípios paulistas**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2018 a 10 jun. 2019.

GAZOLLA, Marcio. **Devemos ir para casa comer? As possibilidades do abastecimento local**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-do-gepad/2018/05/devemos-ir-para-casa-comer-as-possibilidades-do-abastecimento-local/>. Acesso em 05 mar. 2019

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Manutenção e reprodução da pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas**. CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 9, n. 18, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26894>. Acesso em: 02 jul. 2019

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de mapas municipais**. 2021. Disponível em: <[https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_municipais/colecao\\_de\\_mapas\\_municipais/2020/SP/alfredo\\_marcondes/3541406\\_MM.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/SP/alfredo_marcondes/3541406_MM.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de mapas municipais**. 2021. Disponível em: <[https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_municipais/colecao\\_de\\_mapas\\_municipais/2020/SP/presidente\\_prudente/3541406\\_MM.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/SP/presidente_prudente/3541406_MM.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Coleção de mapas municipais**. 2021. Disponível em: <[https://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_municipais/colecao\\_de\\_mapas\\_municipais/2020/SP/regente\\_feijo/3542404\\_MM.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/2020/SP/regente_feijo/3542404_MM.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisões regionais do Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/10515-ibge-divulga-nova-divisao-territorial-com-foco-nas-articulacoes-regionais>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros**. 2020a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27737-ibge-atualiza-dados-geograficos-de-estados-e-municipios-brasileiros#:~:text=O%20valor%20da%20extens%C3%A3o%20territorial,19%20de%20maio%20de%202020.>>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010) em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – Tabela – 5938 - **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#notas-tabela>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população publicadas no DOU**: Tabelas de estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2020. 2020b. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=resultados>> Acesso em: 03 out.2020.

IKENAMI, Rodrigo Kazuo. **A abordagem “ecossistema” em teoria organizacional: fundamentos e contribuições.** 2016. Dissertação (Mestre em Ciências) – Departamento de Engenharia da Produção, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-28092016-112348/publico/RodrigoKazuoIkenamiCorr16.pdf>. Acesso em 16 jul. 2019.

IKENAMI, Rodrigo Kazuo. GARNICA, Leonardo Augusto. RINGER, Naya Jayme. **Ecossistemas de inovação: a abordagem analítica da perspectiva empresarial para formulação de estratégias de interação.** Revista RACEF da Fundação Fundace. v. 7, Ed. Especial. 2016. Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/232>. Acesso em: 15 jul. 2019.

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros.** 2015. Disponível em: <[http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2019

IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2019

KIM, Linsu. NELSON, Richard, R. **Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente / organizadores: Linsu Kim e Richard R. Nelson; tradutor: Carlos D. Szlak.** – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

KON, Anita. **Ecossistemas de inovação: a natureza da inovação em serviços.** Revista RACEF da Fundação Fundace. v. 7, n. 1. 2016. Ribeirão Preto. Disponível em: <https://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/170>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; ARROIO, Ana. **Conhecimento, sistema de inovação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ Contraponto, 2005.

LIMA, Marcos Costa; FERREIRA, Jonatas; FERNANDES, Ana Cristina. **A dimensão regional do sistema brasileiro de inovação.** Nota técnica Final. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/7.+Regional+Final\\_3591.pdf/8ff4c8d5-5fd6-456e-a43bfea436c48d5f?version=1.0](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/7.+Regional+Final_3591.pdf/8ff4c8d5-5fd6-456e-a43bfea436c48d5f?version=1.0) Acesso em: 12 novembro de 2018.

MAILLAT, Dennis. **Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 4, p.9-16, mar. 2002. Disponível em: [www.interacoes.ucdb.br/article/download/572/610](http://www.interacoes.ucdb.br/article/download/572/610) Acesso em: 10 jul.2019.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDICEX). **Manual de atuação em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília: Depto. de Competitividade e Tecnologia da Fiesp/Depto. de MPMEs, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA (MTE). **Novo Caged – Programa de disseminação de estatística do trabalho**. 2021. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged.php>>. Acesso em: 20 out. 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDENCIA (MTE). **Novo Caged – Programa de disseminação de estatística do trabalho**. 2021. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 20 out. 2021.

OCDE. Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Paris: OCDE, 2005. (Tradução oficial realizada pela FINEP/Brasil).

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de; SILVA, Christian Luiz da; LOVATO, Ederson Luiz. **Desenvolvimento local: conceitos e metodologias – políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano**. Foz do Iguaçu: Revista Orbis Latina, vol. 4, nº 1. 2014. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/450>> Acesso em: 18 out. 2018.

PAROAL, Guilherme. **Sistemas de Inovação versus Ecossistemas de Inovação**. 2018. Disponível em: <http://via.ufsc.br/sistemas-de-inovacao-versus-ecossistemas-de-inovacao/>. Acesso em: 06 jul. 2019.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Unesp/Edusp, 2001, p. 155-163.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Álvaro B. **Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a microregião de Presidente Prudente-SP**. 233 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Lista de APLS e Aglomerados**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/lista-de-apls>> Acesso em: 12 nov. 2018.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Série Empreendimentos Coletivos. **APL Arranjo Produtivo Local**. Brasília: Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/\\$File/5197.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf) Acesso em: 12 nov. 2018

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. 5ª ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

STANER. **Informações sobre a empresa Staner**. Disponível em: <[http://www.staner.com/empresa/release.php#//>](http://www.staner.com/empresa/release.php#/). Acesso em: 06 out. 2021.

STETSOM. **Informações sobre a empresa Stetsom**. Disponível em: <[https://www.stetsom.com.br/pt//>](https://www.stetsom.com.br/pt/). Acesso em: 06 out. 2021.

TARAMP'S. **Informações sobre a empresa Taramp's**. Disponível em: <[https://www.taramps.com.br/pt/>](https://www.taramps.com.br/pt/). Acesso em: 06 out. 2021.

TEIXEIRA, Clarissa Stefani, TRZECIAK, Dorzeli Salete, VARVAKIS, Gregório. **Ecosistema de inovação: Alinhamento conceitual** [recurso eletrônico] / Clarissa Stefani Teixeira; Dorzeli Salete Trzeciak; Gregório Varvakis (Orgs.) – Florianópolis: Perse, 24p.: il. 2017. e-book. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 06 jul. 2019.

TESSARI, Leandro Marcos. **Dinâmica territorial do conhecimento e da inovação: uma análise da incubadora tecnológica de São Carlos SP**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências Exatas do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Carlos – SP. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123918>. Acesso em: 16 jul. 2019.

ULTRAMARI, Clovis. DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. 2. ed. Curitiba: Ibpx. 2011.

VALE, Mario. **Conhecimento, Inovação e Território**. Lisboa, Edições Colibri, 2012.

# ANEXOS

## ANEXO 1 – PESQUISA COM EMPRESAS

Prezado(a) senhor(a),

Vimos mui respeitosamente solicitar a gentileza de nos responder a pesquisa abaixo referente aos dados da vossa indústria. Neste sentido, colocamo-nos à disposição para possível averiguação e esclarecimento da solicitação. Para isso, basta entrar em contato por meio do telefone (18) 99668-0080 do nosso aluno Edson Roberto Manfré do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, por meio do professor ORIENTADOR da pesquisa Doutor ELISEU SAVÉRIO SPOSITO (coordenador do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GAsPERR). Assim queremos esclarecer que os dados cedidos pelas empresas e pela prefeitura serão úteis para a realização e efetivação da pesquisa: Análise da Cadeia Produtiva das Indústrias de Sonorização e seus Impactos no Desenvolvimento de Presidente Prudente e Região que contou com o apoio Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. A pesquisa consiste na interpretação da dinâmica econômica da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, na qual seu município insere-se. Os dados obtidos junto às prefeituras, empresas e aos demais órgãos competentes (SEADE, IBGE, FIESP) serão sistematizados e organizados em um banco de dados que contribuirá para a elaboração de mapas temáticos das indústrias de sonorização instaladas na região, para a análise da dinâmica do emprego e dos principais segmentos econômicos industriais contextualizados às particularidades da área em questão. Desta forma, contamos com a vossa colaboração para que possamos dar continuidade a essa pesquisa e para que assim corroborem e subsidiemos possíveis ações de políticas públicas de desenvolvimento regional. Sendo assim, seguem, adiante, as questões que deverão ser respondidas. Desde já agradeço a contribuição e, como contrapartida pela sua colaboração, comprometo-me a disponibilizar, ao final da pesquisa, os resultados obtidos.

Edson Roberto Manfré

Mestrando em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

# 1 QUESTIONÁRIO APLICADO NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS

Data: \_\_\_\_\_

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Responsável pelas informações: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

## I Dados históricos e estruturais

1. Ramo: \_\_\_\_\_

2. Produtos fabricados: \_\_\_\_\_

3. Matérias-primas utilizadas: \_\_\_\_\_

4. Área(s) de origem da matéria-prima: \_\_\_\_\_

5. Início das atividades da empresa: \_\_\_\_\_

6. Composição do capital: ( ) familiar ( ) S/A ( ) LTDA

7. Natureza do capital (município de origem): \_\_\_\_\_

8. Como surgiu a empresa? \_\_\_\_\_

9. Quem dirige a empresa? É ligada diretamente ao comando acionário da empresa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. A unidade industrial está ligada a uma rede? ( ) sim ( ) não

11. Localização municipal da matriz: \_\_\_\_\_

Por que ela se localiza nesse endereço? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Localização municipal das filiais: \_\_\_\_\_

13. Área geográfica de atuação da empresa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Quais são os principais clientes? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Onde estão localizados os clientes? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. Como é a relação da empresa com o município e região, bem como com o poder público?

\_\_\_\_\_

17. Se existem vantagens (incentivos, infra-estrutura, mão de obra etc.) regionais/municipal quais são elas? \_\_\_\_\_

18. Por que a empresa escolheu este município para sua instalação?

( ) subsídios de ordem pública. Quais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( ) município de residência do empresário

( ) mão-de-obra disponível

( ) situação geográfica do município (rodovias, contexto econômico, etc.)

( ) ambiente industrial

( ) outros. Quais? \_\_\_\_\_

19. Quais as desvantagens de se localizar nesse município? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

20. Por que a empresa escolheu este segmento para atuação? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

21. Houve alteração de endereço de instalação da empresa ao longo do tempo? Se sim:

a) Quando? \_\_\_\_\_ Quais os principais motivos? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

22. Existe alguma cooperação com outras empresas? \_\_\_\_\_

23. Quais são os principais concorrentes e dificuldades de mercado da empresa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **II Dados da produção e circulação das mercadorias**

1. A empresa passa por processo de reestruturação produtiva? Ou em outras palavras produz para outra empresa maior, por exemplo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Como é desempenhado o escoamento da produção? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. A empresa possui transporte próprio para mercadorias e funcionários? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Onde são adquiridos os bens de produção da empresa (máquinas etc.)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Das matérias primas utilizadas na empresa, quantos por cento representam as compras no mercado interno e externo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Das compras do mercado externo poderia informar quais são os países e respectivos percentuais em compras? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. A empresa considera sua produção (sistema produtivo):

( ) flexível ( ) fordista ( ) automatizada ( ) artesanal

8. Como se caracteriza o processo produtivo da empresa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Quanto tempo é gasto para a produção da mercadoria final? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

10. Como é gestado o planejamento da empresa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

11. Como é a relação de negócios com o estrangeiro? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Quais são os países de atuação da empresa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Por que a empresa optou por investir no mercado externo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. Do faturamento total da empresa, quantos por cento representam em vendas no mercado interno e externo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Do faturamento para o mercado externo poderia informar quais são os países e respectivos percentuais em vendas? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. Qual a perspectiva de mercado da empresa a médio e longo prazo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Quais foram as estratégias utilizadas quanto ao período de pandemia? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### **III Dados da política de trabalho**

1. A empresa possui vínculos:

( ) terceirizados

( ) CLT

( ) menor aprendiz

( ) estagiários

( ) contratado

( ) diarista

( ) cedido pelo município

( ) outros: \_\_\_\_\_

2. Número de empregados formais: \_\_\_\_\_

3. Há políticas de treinamento? ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais?: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Como é o perfil do trabalhador? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Quais os municípios onde os trabalhadores residem? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Quais os turnos de trabalho? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Qual o setor da empresa que concentra maior número de empregados? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. Há políticas de bonificação para o trabalhador racional? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. Houve demissões de funcionários no período de pandemia? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **IV Modernização**

1. Número de veículos (aéreos, rodoviários, aquáticos) da empresa: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Número de computadores ligados à internet: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3. Número de computadores ligados à rede financeira: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. A empresa possui software específico para a gestão da empresa? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. A empresa possui inovações? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. A empresa adapta sua linha produtiva de acordo com as demandas? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. A empresa é associada a entidades como a FIESP, CIESP, SEBRAE? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

8. A empresa possui ligação com universidades e centros de tecnologia? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

9. A empresa tem financiado sua produção? \_\_\_\_\_

Como? \_\_\_\_\_

10. A empresa é ligada a terminais de fibra ótica? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



11. Há uma relação na gestão da empresa com o exterior? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

12. Qual é o período máximo de utilização dos equipamentos de produção? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13. Como é elaborado o produto (design)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14. A empresa possui sistema de videoconferência? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. Como é o marketing da empresa e como são firmados os acordos comerciais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. Quais outros aspectos relacionados à modernização que a empresa tem implementado como adequação às certificações ISO, por exemplo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Quais os ajustes realizados para enfrentar o período de pandemia? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **ANEXO 2 – PESQUISA COM PREFEITURAS**

### **2 QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS PREFEITURAS**

Requerimento Ao Departamento de Planejamento da Prefeitura ou ao setor competente que possa atender à solicitação abaixo descrita,

Vimos mui respeitosamente requerer dados referentes às particularidades das indústrias em seu município. Neste sentido, colocamo-nos à disposição do órgão competente para possível averiguação e esclarecimento da solicitação. Para isso, basta entrar em contato por meio do telefone (18) 99668-0080 do nosso aluno Edson Roberto Manfré do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, por meio do professor ORIENTADOR da pesquisa Doutor ELISEU SAVÉRIO SPOSITO (coordenador do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – GAsPERR). Assim queremos esclarecer que os dados cedidos pelas empresas e pela prefeitura serão úteis para a realização e efetivação da pesquisa: Análise da Cadeia Produtiva das Indústrias de Sonorização e seus Impactos no Desenvolvimento de Presidente Prudente e Região que contou com o apoio Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. A pesquisa consiste na interpretação da dinâmica econômica da 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, na qual seu município insere-se. Os dados obtidos junto às prefeituras, empresas e aos demais órgãos competentes (SEADE, IBGE, FIESP) serão sistematizados e organizados em um banco de dados que contribuirá para a elaboração de mapas temáticos das indústrias de sonorização instaladas na região, para a análise da dinâmica do emprego e dos principais segmentos econômicos industriais contextualizados às particularidades da área em questão. Desta forma, contamos com a vossa colaboração para que possamos dar continuidade a essa pesquisa e para que assim corroborem e subsidiemos possíveis ações de políticas públicas de desenvolvimento regional. Sendo assim, seguem, adiante, as questões que deverão ser respondidas.

Edson Roberto Manfré

Mestrando em Geografia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

- 1) Quantos estabelecimentos de caráter industrial existem no município?
- 2) Descrever o nome das indústrias e exemplificar os principais produtos fabricados e/ou segmentos de atuação, além de seu endereço (localização no município) e ano de abertura.
- 3) Qual é arrecadação equivalente ou aproximada de impostos relacionados ao setor industrial?
- 4) Existem impostos cobrados de especificidade municipal? Quais?
- 5) Houve queda da arrecadação no período de pandemia? Quantos por cento?
- 6) Quantos vínculos empregatícios são aproximadamente absorvidos pelas indústrias?
- 7) Qual a maior contribuição das indústrias para a economia do município?
- 8) Existem contrapartidas do município para a atração das indústrias como a isenção de impostos, distritos industriais e outros incentivos?
- 9) Como é a relação das indústrias com o poder público?
- 10) Qual a principal política do município para o planejamento e desenvolvimento?
- 11) Quais são as empresas consideradas mais relevantes pelo poder público municipal?

Sem mais a tratar agradecemos a atenção,

---

Edson Roberto Manfré - Pesquisador responsável

18-99668-0080

## **ANEXO 3 – CAPÍTULO DE LIVRO: GEOGRAFIA, TURISMO E TERRITÓRIO - HOMENAGEM A FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO**

**COORDENADORES: LÚCIO CUNHA; PAULA SANTANA; LUCIANO LOURENÇO; NORBERTO SANTOS; PAULO NOSSA.**

**PUBLICADO EM MAIO DE 2021 PELA IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA UNIVERSITY PRESS.**

### **DESENVOLVIMENTO REGIONAL: QUESTÕES E QUESTIONAMENTOS SOBRE O CONCEITO A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO**

*Eliseu Savério Sposito<sup>9</sup>  
Edson Roberto Manfre<sup>10</sup>*

#### **Introdução**

Este texto continua debate iniciado em 2010, durante o Seminário Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando se focalizou o tema do desenvolvimento no âmbito do GEOIDE (Geografia, Investigação para o Desenvolvimento, projeto da Universidade de Coimbra, Portugal) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. O seminário teve a participação de vários pesquisadores da Universidade de Coimbra e da UNESP, de diferentes níveis (de doutorandos a doutores com ampla experiência na pesquisa).

Apresentamos um conjunto de questionamentos sobre o conceito de desenvolvimento que retomamos neste momento. A intenção, naquele momento, não foi de chegar a uma conclusão sobre o conceito, mas por meio de um estudo de caso (a região de Presidente Prudente), procuramos questionar as diferentes visões dele.

Essa rápida contextualização traz o pano de fundo para que o tema seja retomado, de tal forma que novos dados econômicos são utilizados para a demonstração das características regionais de uma área do Estado de São Paulo (identificada como região de Presidente Prudente), enfocando três cidades (Presidente Prudente, Alfredo Marcondes e Regente Feijó) por meio da confrontação de vários dados estatísticos que permitem ter uma visão da situação econômica delas nas duas últimas décadas, não deixando de abordar, em linhas gerais, os aspectos econômicos e políticos do Brasil.

#### **Para começar a conversa sobre o desenvolvimento**

Em texto publicado em 2012<sup>11</sup>, alertávamos para diferentes visões sobre o conceito de desenvolvimento, que tem sido tratado por diversos autores que, no século XX, foram criando

---

<sup>9</sup> Professor Titular. Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente.

<sup>10</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

<sup>11</sup> SPOSITO, Eliseu S. Desenvolvimento regional: para além da região. In: Messias Modesto dos Passos, Lúcio Cunha, Rui Jacinto. (Org.). **As novas geografias dos países de língua portuguesa. Paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. II, p. 469-492.

adjetivos para especificar suas características. Dos autores citados, alguns podem ser considerados consagrados, como Celso Furtado, que destacava que o aspecto mais importante sobre o desenvolvimento é que as transformações (não apenas econômicas, mas sociais e culturais da sociedade), qualificam os dados quantitativos, principalmente econômicos, na abordagem da sociedade segundo recortes específicos, como o município ou o estado, por exemplo. Para esse autor, “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais” (Furtado, 1974, p. 26).

A ideia de progresso, de crescimento, de comparação dual com a ideia de subdesenvolvimento etc., são fórmulas carregadas de ideologia que simplificam aspectos mais importantes, como a incorporação de novos conhecimentos, a distribuição da riqueza entre os habitantes de uma área/região ou as mudanças nas estruturas produtivas, por exemplo, com a instauração de novos regimes produtivos (quando se trata do recorte pela produção industrial) ou a incorporação tecnológica das empresas (desde que isso se rebata para parcelas da sociedade). Os índices mais utilizados (Produto Interno Bruto ou Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – são apenas referências comparativas quantitativas que precisam ser avaliados qualitativamente). A realização de novas combinações se dará, então, por meio das inovações em produtos, nos serviços ou métodos de produção, pela abertura ou conquista de novos mercados fornecedores ou consumidores, ou ainda mediante o estabelecimento de novas formas de organizar o mercado.

Historicamente, o conceito de desenvolvimento foi se consolidando. Para Petry (2008),

“na década de 1950, W. Rostow publica sua teoria de *As etapas do desenvolvimento*, tendo como indicadores a renda per capita e o produto interno bruto (PIB), livro tido como *o manifesto capitalista*. Em 1952, aparece o primeiro *Relatório da situação social mundial* da ONU, com a expressão *desenvolvimento social* como complemento ao *desenvolvimento econômico*. Lança-se a ideia do *equilíbrio* entre o *econômico* e o *social*. Em 1962, o Conselho Econômico e Social da ONU recomendou a integração dos dois aspectos na acepção de *desenvolvimento*, ao lançar a *Primeira década do desenvolvimento* (1960-1970)” (p. 2).

A teoria dos polos de desenvolvimento marcou forte presença nos estudos da Economia e da Geografia quando se tratava de explicar o que ocorria com as áreas depressivas economicamente, ou quando se procurava esboçar alguma proposta de alavancamento do crescimento econômico em busca do desenvolvimento, seja ele local, regional ou nacional.

De maneira mais enfática, a ideia de “causação circular e acumulativa”, de Myrdal (publicada em 1965),

“...baseava-se na inter-relação causal e circular dos fatores ligados à questão do desenvolvimento valorizando, sobretudo, aspectos sociais como a heterogeneidade no desenvolvimento entre os países e, internamente, entre as regiões<sup>12</sup>. O livre jogo do mercado, em tese, aumenta as desigualdades existentes entre as regiões, isto é, o pobre fica mais pobre e o rico, cada vez mais rico. Diante disso, era necessária uma maior atuação do Estado na tentativa de se eliminar as desigualdades sociais, pois ao invés da autoestabilização automática no sistema social, o que ocorria, na verdade, era o afastamento da posição de equilíbrio (defendido, sobretudo, pelos economistas neoclássicos). Em outras palavras, as transformações, ao invés de engendrarem mudanças compensatórias, ocasionavam um processo social cumulativo” (Santos, 217, p. 123).

---

<sup>12</sup> Ver: MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

Para completar a exposição das abordagens iniciais sobre o desenvolvimento, Santos (2017) afirma que Albert Hirschmann baseou-se

“em círculos entrelaçados, revelando a necessidade de se exercer pressões e se elaborar processos que incentivassem a mobilização e eclosão de um maior número possível de recursos escassos, a saber, capital e atividade empreendedora. Os efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*) estão ligados às economias de escala necessárias à viabilização dos empreendimentos em regiões determinadas. Em linhas gerais, os efeitos para trás podem ser vistos pelo aumento de insumos a montante, ampliando as escalas mínimas de produção de outras indústrias (*externalidades*), enquanto os efeitos para frente podem ser vistos a partir da oferta de insumos que torna viável a produção de setores a jusante. Essas três correntes de análise dentro da Ciência Econômica Regional tornaram-se, aparentemente, mais atraentes do que as teorias clássicas da localização, chamando a atenção dos atores responsáveis pelo planejamento, no Brasil, durante os anos de 1960 porque, embora os pressupostos da escola da descentralização tivessem tido alguns resultados positivos, houve, na sua ampla maioria, o aumento das desigualdades regionais com a constituição de pólos tanto de riqueza como de pobreza. Numa outra extremidade, autores adeptos do materialismo dialético contribuem com uma postura crítica sobre as práticas regionais, com mais profundidade teórica sobre o Estado e o espaço, do que na apresentação de proposições de planejamento regional. O Estado, nessa perspectiva, deveria coordenar uma nova divisão inter-regional do trabalho requerida pelos imperativos da acumulação” (p. 123-124).

Voltando um pouco no tempo, Santos (2017) resume da seguinte maneira como a ideia de desenvolvimento surgiu na ciência social:

Em linhas gerais, os economistas clássicos compreendiam o desenvolvimento no longo prazo. Inicialmente, com François Quesnay, havia uma sobrevalorização dos produtos agrícolas e dos metais preciosos (ouro e prata) para o desenvolvimento, em detrimento da indústria (a indústria e o comércio não passavam de desdobramentos da agricultura). Adam Smith, por outro lado, priorizou o trabalho produtivo, ao defender que a mercadoria pode produzir valor quando colocada no mercado a um preço superior ao seu custo de produção. Ele defendia a importância da indústria, do Estado e da *mão invisível do mercado*, isto é, o homem, ao se voltar para seu egoísmo, ocasiona um bem-estar social coletivo. David Ricardo, discípulo de Smith, continua a defender a ideia de que os preços das mercadorias são proporcionais ao volume de trabalho incorporado. Ele se dedicou a compreender o papel exercido pelo crescimento demográfico na valorização das terras, quando elaborou a teoria da renda da terra. Para Ricardo, com o crescimento demográfico, cada vez mais as terras menos férteis são utilizadas para a produção de alimentos, de modo que as terras mais férteis e próximas às cidades (mercado consumidor) passam a ser mais valorizadas, provocando aumento da renda fundiária auferida pelos proprietários de terras. Ao arrendar as terras, os capitalistas desempenham importante papel no desenvolvimento, pois as taxas de salários e de lucros desse setor se refletem no restante da economia. Os neoclássicos, ao priorizarem os elementos da microeconomia, buscavam a contemplação do desenvolvimento econômico. Para os autores adeptos dessa corrente, o desenvolvimento ocorria de maneira *harmoniosa e contínua*, isto é, não havia conflito entre os agentes econômicos, de modo que a eficiência alocativa levaria à justiça distributiva ou, em outras palavras, ao equilíbrio social e espacial” (SANTOS, 2017, p. 119-120).

As abordagens, no entanto, mesmo que historicamente identificáveis, são inúmeras e, ao longo do tempo, tiveram contribuições que se focalizaram, a partir de aspectos fenomênicos regionais, em detalhes que enriqueceram o debate sobre o desenvolvimento. Reiteramos, neste ponto do texto, a ideia de desenvolvimento local territorial elaborada por Dematteis e Governa (2005). Para eles,

o desenvolvimento local territorial (SLoT – sviluppo locale territoriale) deve ser entendido “como uma rede local de sujeitos os quais, em função das relações específicas que mantêm entre eles e com as especificidades territoriais do meio local no qual operam e agem, comportam-se, de fato e em certas circunstâncias, como um sujeito coletivo” (p. 29). Para esses autores, “em termos gerais, o modelo se propõe a descrever as relações entre interação social, potencialidade do território local, *governança* e desenvolvimento. O sistema local é assim pensado como constituído de dois conjuntos de componentes e três conjuntos de relações. Os componentes são as *redes locais dos sujeitos* e o *meio territorial local*. As relações são aquelas dos sujeitos locais entre si, aquelas entre os sujeitos locais e o meio territorial e aquelas entre os componentes locais e os níveis de escala sobrelocais. Todas essas relações são interdependentes entre si” (p. 29). Esse conceito de SLoT foi inspirado no fenômeno da Terceira Itália e ainda é válido para aquele país ou para porções de países desenvolvidos que têm, nas redes e nas pequenas corporações industriais e de inovação, o motor de aquecimento da economia regional. Mas os autores alertam para o fato de que “o modelo não serve para estudar a subdivisão racional de um território em unidade geográfica de nível local, mas para explorar e descrever a geografia dos recursos particulares que é a capacidade autorganizativa local enquanto interface necessária para ativar, e em uma certa medida também produzir, recursos específicos nos processos de desenvolvimento” (p. 31) (apud SPOSITO, 2012, p. 471).

A proposta de Dematteis e Governa faz lembrar a necessidade de se especializar o conceito de desenvolvimento, indo além dos dados econômicos, procurando uma perspectiva geográfica para ele, em diferentes escalas de abordagem.

Antes de deter o foco na escala regional (objetivo principal deste texto), lembramos que outras abordagens apareceram posteriormente, como a de desenvolvimento sustentável, cuja preocupação é a forma como a sociedade se apropria da natureza, numa tentativa de preservar os estoques de recursos naturais; a ideia de desenvolvimento local (a endogenia pode estar presente nesta tendência), quando se procura estimular as potencialidades locais para as transformações socioeconômicas de uma cidade, município ou mesmo conjunto de municípios. O desenvolvimento com liberdade, proposto por Amartya Sen, em 1993, baseia-se na expansão das capacidades humanas; o desenvolvimento suposto pela autonomia foi proposto por Souza (1997), que a leva em consideração como “meio para reduzir as desigualdades sociais e garantir a legitimidade, sobretudo ao possibilitar a igualdade nas chances e tomadas de decisões entre as pessoas” (Santos, 2017, p. 127).

A insuficiência do crescimento econômico para explicar e/ou justificar o desenvolvimento é apontada por Schumpeter (1982, p. XII) quando afirma que “o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado (...) como um processo de desenvolvimento”. São necessários outros requisitos para que se evidencie o processo de desenvolvimento, como estabelece Schumpeter (1982, p. 47):

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento, devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

O desenvolvimento não surge com as mutações do mercado econômico, mas surge com as iniciativas, com novos produtos e serviços, e seus governantes provocando mudanças na economia dentro do seu país ou região. Ainda segundo Schumpeter (1982, p. 41), “a totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico, justamente como a totalidade das relações sociais constituem a sociedade”. Segundo Schumpeter (1982, p. 48),

o desenvolvimento, [...] é definido então pela realização de novas combinações. Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem, [...] 2) Introdução de um novo método de produção, [...] 3) abertura de um novo mercado, [...] 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, [...] 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de um monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

A realização de novas combinações, condição colocada por esse autor para que se possa falar em desenvolvimento se dará, então, por meio das inovações em produtos, serviços ou métodos de produção, pela abertura ou conquista de novos mercados fornecedores ou consumidores, ou ainda mediante o estabelecimento de novas formas de organizar o mercado. Segundo Schumpeter (1982, p. 50), “a realização de combinações novas significa, portanto, simplesmente o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico – o que pode fornecer uma segunda definição de desenvolvimento”. Ofertas de novos produtos ou serviços fazem com que se aumente o movimento do mercado econômico e conseqüentemente novos desenvolvimentos. Para Schumpeter (1982, p. 50), o “desenvolvimento consiste primeiramente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não”. Para o autor só existe desenvolvimento a partir do momento que se consegue criar novos produtos, serviços ou negócios (grifo nosso) que gerem mudanças na economia e, conseqüentemente, o progresso de um país ou região.

Segundo Vale (2012, p. 16), Schumpeter ainda tem contribuição decisiva sobre o desenvolvimento:

A contribuição de Joseph Schumpeter foi decisiva para a ampla compreensão do processo de inovação na economia capitalista. Para o autor, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação, por via da inovação, que decorre num tempo histórico. A inovação manifesta-se em múltiplas vertentes, abrangendo novos produtos, novos processos de produção, novos mercados, novas fontes de matérias-primas e bens intermédios, novos modelos de negócio, etc. Schumpeter via o empresário como agente principal de mudança, por ser capaz de correr riscos na procura de novas combinações dos fatores de produção e, deste modo, se desviar, quase de forma heroica, da norma social.

Com a necessidade de mudanças, os empresários começam a realizá-las quando largam as velhas práticas empresariais em busca de novas matérias primas, novos produtos ou novos modelos de negócio. Neste sentido, Barquero (2002, p. 10) afirma que, “é neste entorno de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surge o conceito de desenvolvimento endógeno”. Isso traz novas contribuições para o desenvolvimento econômico através dos processos e das diversas transformações e da utilização da economia externas e nas cidades.

Segundo Barquero (2012, p. 13) o desenvolvimento endógeno surge com um processo:

O processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo dos países, regiões e cidades mergulhadas na globalização. Dado que as empresas não competem de forma isolada, fazendo-o juntamente com o entorno produtivo e institucional de que fazem parte, esse processo



estimula a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho.

Quando se fala em “local”, num primeiro momento o que nos vem em mente é a nossa cidade ou o nosso município, principalmente nas pequenas cidades do interior (quando nosso foco é o Brasil). Assim, entendamos um pouco sobre a cidade, conforme nos define Sposito (2004, p. 12),

para entender a cidade, não basta apenas observá-la ou viver. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc.

Precisamos observar e entender as variações que ocorrem nas cidades compreendendo sua dinâmica industrial, comercial e de serviços, pois a maioria delas já existia e continuará existindo, mesmo que os termos se modifiquem ao longo do tempo. Conforme Sposito (2004, p. 13) “as cidades existem em todo o mundo e se apresentam em diferentes tamanhos, mas nenhuma é igual à outra: cada uma delas tem a sua história; contém sua própria identidade, marcada por diferenças e semelhanças em relação a outras cidades; existem as pessoas que lá moram, etc.”.

Estar atento a estes detalhes mostra a importância da comparação das cidades com outras, cada uma com seus processos específicos, como define Sposito (2004, p. 13), “para sua sobrevivência, na reprodução como força de trabalho e na produção de riquezas, a população das cidades precisa consumir alimentos, roupas, calçados, etc”. O consumo é necessário para que surjam novas atividades urbanas e novos produtos através das transformações geográficas. Sposito (2004, p. 13) mostra que as atividades urbanas “estão ligadas à transformação das matérias-primas na indústria, ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços (bancos, oficinas de consertos, etc.) ao transporte urbano, ao consumo de água encanada, de esgotos em rede, entre outros”.

Para Ultramari e Duarte (2011, p. 24), as “mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercado em escala global têm impactado, nas últimas décadas, as economias locais e regionais, enfraquecendo o papel dos estados e estimulando processos de descentralização”. O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, quando se identifica o paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down* (cima para baixo). Com esta mudança de cenário, Ultramari e Duarte (2011, p. 24-25) afirmam que

o poder local (no caso do Brasil, o município), viu suas atribuições e responsabilidades alteradas, exigindo que este passasse a atuar como agente do desenvolvimento. Em outras palavras: podemos afirmar que, agora o município – por questões internacionais, como a globalização e devido ao fato de a Constituição Federal de 1988 tê-lo dotado de maior autonomia para questões internas – é considerado capaz de transformar positivamente as suas sociedades.

Um novo cenário se desenvolve trazendo competitividade entre as empresas, e o aumento da concorrência faz que se forme uma nova organização pela divisão internacional do trabalho entre cidades e regiões.

\*\*\*\*\*

Colocados os diferentes aspectos do desenvolvimento, mesmo que de maneira resumida, passamos a tratar (lembrando que pode ser, também, uma análise parcial por causa da limitação

dos dados obtidos), dos aspectos geográficos da região de Presidente Prudente, como forma de, utilizando dados econômicos recentes, esboçar uma explicação daquilo que podemos chamar de desenvolvimento regional.

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, as diferentes formas de reestruturação (econômica, social, regional...) tiveram impactos diferenciados nas dinâmicas municipais, exigindo tomadas de decisão e a definição de responsabilidades. Para focalizar um recorte regional específico (a região de Presidente Prudente), selecionamos três municípios para a análise do que é o desenvolvimento regional. A decisão foi por Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó. Os dados analisados foram (partindo das nacional e regional – Brasil e grandes regiões), o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o índice de Gini (para mostrar o grau de desigualdade social dos municípios) e a expectativa média de vida ao nascer. Um dos aspectos reiterados na imprensa regional, nos discursos com forte tom político-ideológico e no senso comum, é a questão das guerras fiscais e da falta de investimentos públicos, que enfraquecem as regiões no jogo da concorrência pela busca de investimentos. Apesar de ter perdido uma pequena parte da sua representatividade do PIB do Brasil, a região sudeste do Brasil (onde se situa o Estado de São Paulo e, conseqüentemente, a região de Presidente Prudente) continua representando parte considerável do PIB do Brasil (53,17%), superando em larga margem a região Sul (com 17,02%), o Nordeste (14,33%), o Centro-oeste (10,10%) e a região Norte (5,38%).

Visando o recorte dos três municípios selecionados, o PIB de Alfredo Marcondes teve aumento de 400,75% nos valores nominais; Presidente Prudente teve um aumento de 280,70% e Regente Feijó teve aumento de 334,95%, no período de 2002 para 2016. Outro dado estudado, o IDHM, em 2010, mostra dados de alto desenvolvimento humano em Alfredo Marcondes e Regente Feijó e, em Presidente Prudente, há desenvolvimento humano muito alto. O IVS, em 2010, mostrava baixa vulnerabilidade social em Alfredo Marcondes e, em, Presidente Prudente e Regente Feijó, o índice indicava muito baixa vulnerabilidade social.

Em texto anterior (SILVA, SPOSITO, 2009) propusemos a leitura da região de Presidente Prudente, por meio da ideia desenvolvida por SILVA (2011), como *suplementar marginal*. Naquele texto, afirmamos que “a proposta nasceu de uma releitura de Armando Corrêa da Silva que propôs, em 1974, para o litoral norte de São Paulo, a mudança da área, ao longo do tempo, como sendo isolada, marginal e complementar”. No entanto, a análise do conceito levou à ideia de região suplementar articulada por causa das características da região de Presidente Prudente na formação socioespacial que se desenhou no território do estado de São Paulo<sup>13</sup>.

A ideia de utilizar a noção de região suplementar articulada baseou-se no fato de que a região de Presidente Prudente tinha dados importantes que sustentavam a proposta em termos de sua produção industrial:

- a) os ramos industriais eram variados;
- b) os mercados para onde os produtos eram vendidos não se restringiam à região, mas a exportação ocorria, também, para mercados distantes, que se tornavam importantes consumidores dos produtos;
- c) embora sem grandes destaques no cenário nacional, havia várias empresas – de médio e grande porte na escala regional – que implantaram escritórios de representação ou filiais para a produção de mercadorias em outros países da América Latina;

---

<sup>13</sup> A análise da região suplementar articulada está no capítulo 3, item 3.3, do texto: JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Cidades pequenas e indústria. Contribuição para a análise da dinâmica econômica da região de Presidente Prudente. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2011, p. 109-138 (Dissertação de Mestrado).

d) a frequência e a intensidade dos fluxos de informação, motivados pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação, aceleraram e beneficiaram o escopo das empresas, sejam elas localizadas nas cidades pequenas ou grandes;

e) havia empresas de diferentes portes que agregavam valor por meio da incorporação de novas tecnologias e se beneficiavam das exportações;

f) havia empresas de importância mundial (como no ramo da exportação de carnes) originárias da região, inicialmente de porte familiar, com diferentes filiais para aproveitamento de subprodutos utilizados em outros países;

g) havia várias indústrias no setor de bebidas e alimentos que, mesmo tendo baixo valor agregado em seus produtos (especificidade do ramo industrial, com processos de produção baseados, principalmente, no conhecimento tácito), combatiam a concorrência com o aumento da escala da produção;

h) mesmo assim, os ramos tradicionais, cuja capacidade de agregação de valor é pequena e cuja concorrência (predominantemente dos ramos de bebidas e alimentos) têm abrangência mais ou menos regional; nesses ramos, mesmo que ocorram as exportações, isso se sustenta em resultados precários.

Todo esse percurso, antes trabalhando (rapidamente) o conceito (ou noção?) de desenvolvimento e, agora, indicando uma noção para se pensar geograficamente (região suplementar marginal) teve o papel de situar algumas proposições que, cotejadas com os indicadores que veremos a seguir, podem levar-nos ao entendimento de algumas cidades no oeste do estado de São Paulo como exemplos empíricos que representam algum grau de desenvolvimento na realidade brasileira.

### **Percorrendo o caminho dedutivo: começando pelo brasil**

O Brasil é uma federação composta por vinte e seis estados e um distrito federal, que possui, segundo o IBGE (2013), uma área territorial de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>. Nesse imenso território há 5650 municípios, cada um com suas especificidades e com os desafios próprios quando se fala em desenvolvimento local.

A figura 1 refere-se ao mapa do Brasil com suas cinco divisões territoriais e seus respectivos estados e o distrito federal.

**Figura: 1 – Grandes Regiões do Brasil**



<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>

A região norte, segundo o IBGE (2013), possui uma extensão territorial de 3.853.397,2 km<sup>2</sup>, correspondendo a 42% do território nacional, com população de 15,8 milhões de habitantes. A região nordeste, com extensão territorial de 1.554.270,0 km<sup>2</sup>, tem população de 53.081.950 habitantes, sendo a região que possui maior número de estados (nove). A região centro-oeste tem extensão de 1.604.850 km<sup>2</sup>, ocupando 18,8% do território brasileiro, e população de 14,95 milhões de habitantes. O sudeste, com extensão territorial de 924.511,3 km<sup>2</sup>, tem população de 80.364.410 habitantes, correspondendo a 40% do contingente populacional brasileiro, possuindo o complexo regional mais industrializado do Brasil. Por fim a região sul, a menor do Brasil em extensão territorial (576.409,6 km<sup>2</sup>) tem população de 27,3 milhões de habitantes.

As desigualdades regionais, no Brasil, são bastante conhecidas. Em termos de PIB, densidade demográfica, parque industrial, localização de sedes de empresas, dinâmica do comércio etc., as desigualdades se manifestam no território e se tornam obstáculos para as transformações qualitativas. A legislação e as diferenças abriram espaço para a “guerra fiscal” entre os estados e municípios.

Segundo Cano (2008, p. 233), os

esforços para alocação de projetos em outras áreas do país devem e podem ser feitos mediante programas e projetos detalhados de forma “mais fina”. Os de recursos privados, contudo, em sua busca por maiores “vantagens locais”, ajudaram a aumentar a suicida “guerra fiscal” entre estados brasileiros, promovendo verdadeiros leilões de localização.

Ainda, para Cano (2008, p. 232),

necessitamos reconstruir o Estado e dotá-lo de recursos financeiros compatíveis, tanto para o saneamento estrutural fiscal quanto para a retomada do investimento público. Somente em uma alternativa como esta é que se pode pensar seriamente no trinômio estabilidade/retomada do crescimento/ resgate da dívida social. Apenas com uma estratégia desse tipo é que se pode repensar a questão regional em termos produtivos e sociais.

O desempenho das cinco regiões do Brasil, pela ótica do PIB, mostra suas diferenças quantitativas.

Pela tabela 1<sup>14</sup>, é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos, entre 2002 e 2016, das cinco regiões do Brasil.

**Tabela 1 - Participação das grandes regiões no PIB do Brasil - 2002 e 2016**  
(em mil reais)

Regiões	2002		2016	
	Valores em mil reais	Porcentagem	Valores em mil reais	Porcentagem
CENTRO-OESTE	R\$ 128.162.642	8,61%	R\$ 632.889.598	10,10%
NORDESTE	R\$ 194.847.657	13,09%	R\$ 898.082.964	14,33%
NORTE	R\$ 69.902.367	4,70%	R\$ 337.213.009	5,38%
SUDESTE	R\$ 854.309.793	57,38%	R\$ 3.332.051.462	53,17%
SUL	R\$ 241.564.819	16,23%	R\$ 1.066.967.969	17,02%
Total Brasil	R\$ 1.488.787.278	100,00%	R\$ 6.267.207.018	100,00%

Fonte: IBGE

Organização: Edson Manfre, Eliseu Sposito

Como observamos na tabela 1, o PIB da região norte representava 4,70% no ano de 2002 e 5,38% para o ano de 2016 (aumento na participação de 0,68% no período). O Nordeste detinha 13,09% em 2002 e 14,33% em 2016, mostrando aumento na participação de 1,24% no período analisado. A região centro-oeste, com 8,61% no ano de 2002 e 10,10% em 2016, teve aumento na participação de 1,49%. A região sul detinha 16,23% em 2002 e 17,02% para o ano de 2016, mostrando um aumento de 0,79% de participação. A única região que teve decréscimo em termos de participação, no período analisado, foi o Sudeste: representava 57,38% do PIB do Brasil em 2002 e 53,17% em 2016, com redução na participação de -4,21%.

Em outras palavras, a região sudeste possui mais da metade da participação do PIB do Brasil comparado com as demais regiões (53,17% em 2016) enquanto as outras quatro regiões juntas possuem 46,83%, mesmo com a queda de 4,21% no comparativo, o que mostra a força econômica dela.

Continuando com o encaminhamento dedutivo, vamos ver como o PIB se comportou em cada uma das regiões. Para isso, continuamos a recorrer à tabela 1, onde se observam os valores e percentuais referentes aos dados comparativos no mesmo período já considerado (2002 a 2016). A evolução crescente, no período considerado, corresponde a um aumento de 382,41%, apesar de, na comparação com sua evolução em relação ao Brasil ter sido de apenas 0,68%, com

---

<sup>14</sup> Tabelas elaboradas com a utilização de dados extraídos do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, da Tabela 5938 - Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações - Referência 2010 do IBGE, analisando o desempenho das regiões do Brasil, através do PIB do Brasil na série de 2002 a 2016.

aceleração maior entre 2010 e 2014. Em 2016, a região norte possuía cinco municípios entre os 100 com maiores PIB do Brasil.

Sobre a região nordeste, há uma evolução regular ao longo de todo o período, com crescimento de 360,92% percentuais, quando comparado 2016 em relação a 2002, apesar da evolução, em termos percentuais e no mesmo período, ter sido de apenas 1,24% em relação ao PIB do Brasil. Em 2016, o Nordeste possuía quatorze municípios entre os 100 municípios com maiores PIB do Brasil.

O crescimento da região centro-oeste, no período, correspondeu a 393,82% quando comparado 2016 a 2002. Mesmo com a curva aparentemente constante, houve uma pequena aceleração a partir de 2007. O centro-oeste possuía oito municípios entre os 100 municípios com maiores PIB no Brasil.

Mesmo perdendo participação, quando se considera a comparação com as quatro outras regiões brasileiras, o sudeste cresceu, internamente, 470,25% no período considerado (2002 a 2016), mesmo que tenha tido crescimento negativo (- 4,21%), que corresponde, grosso modo, ao arrefecimento do crescimento decorrente da crise política que se instaurou no país a partir de 2014. A região sudeste possuía cinquenta e seis entre os 100 municípios com maiores PIB do Brasil.

Finalmente, no que concerne à região sul, ocorrem as mesmas tendências das outras regiões, com aceleração visível entre 2007 e 2013. Se, no período considerado, a região teve participação aumentada em 0,79% no total brasileiro (em relação às outras regiões), ela cresceu 341,69%. Em 2016, a região sul possuía dezessete municípios entre os 100 municípios com maiores PIB do Brasil.

Outros dados permitem comparar o Brasil externa e internamente. Quando se trata do índice de Gini, por exemplo, que mede a desigualdade social, o Brasil tinha índice igual a 0,515, em 2015, mesmo número registrado pela Suazilândia e maior que vizinhos da América Latina, como Chile (0,505) e México (0,482).

Em termos de esperança de vida, o Brasil melhorou nos últimos anos seu desempenho: em 2011, o índice era de 74,2 anos por pessoa ao nascer e subiu para 75,4 em 2015.

O desenvolvimento no país, pensado a partir de dados estatísticos, não aparece como algo estático. É preciso pensar nas mudanças tanto no território quanto em relação a outros países. Observamos, até agora, vários dados comparando as grandes regiões. Em seguida, verificamos alguns dados (índice de Gini e esperança de vida) para situar o Brasil em relação a outros países. A articulação de escalas precisa ser levada em conta para se entender o desenvolvimento e a análise realizada até aqui demonstra essa afirmação. Continuando com nosso caminho estabelecido, vamos aos três estudos de caso.

## Os três estudos de caso

Neste ponto do texto, vamos observar os dados do PIB em três cidades da região de Presidente Prudente. Presidente Prudente é uma cidade considerada média no Brasil e Alfredo Marcondes e Regente Feijó são consideradas cidades pequenas.

Sobre a cidade pequena, SILVA afirmou que ela

possui, portanto, uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus *fluxos* (de diferentes dimensões e natureza) que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais etc. Essa realidade urbana não está dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, a cidade, embora a adjetivação *pequena* retrate uma relação de *mensuração* e *qualificação* quanto ao seu tamanho, expresso no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global. Nessa compreensão, a cidade pequena apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais

centros urbanos, na expressão da cidade e que abrange uma totalidade. De outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço na divisão territorial do trabalho (p. 48).

Trabalhando com o plural,

[...] as cidades pequenas oferecem o qualificativo inicial para a caracterização do urbano e da cidade porque, núcleos dessa magnitude, não apresentam dimensões populacionais muito complexas, o que permite avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população. (SILVA, SPOSITO, 2009, p. 205).

Por isso, levamos em consideração, para chegar a pensar a cidade pequena que, para responder às necessidades vitais mínimas da população, a cidade se configura como o que pode vir a ser identificado como urbano, o que significa que deve ser considerado o patamar básico.

Com essas premissas, justificamos a escolha de duas cidades pequenas para comparar, em termos regionais, com uma cidade média.

No caso das cidades enfocadas, as transformações que nelas ocorrem, considerando as três últimas décadas, ocorrem em ritmo lento, cada uma delas dentro das suas especificidades, principalmente quando a referência é a indústria. Olhando para a metrópole, Carlos (1994, p. 49) afirma que

na realidade, a grande cidade, a metrópole é o resultado de um longo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade tem sido o centro por excelência da indústria, *locus* da produção, do comércio, ponto de confluência das vias de comunicação, lugar da gestão, onde se concentra a população e se acumula o capital. Ao se desenvolver a indústria desenvolve-se a urbanização enquanto resultado da especialização do processo de divisão espacial, social e técnica do trabalho.

Na nossa opinião, a metrópole é fundamental para a dinâmica econômica do país (no caso brasileiro, a mais importante é São Paulo); no entanto, a cidade pequena *existe* e ela *precisa* ser estudada como fenômeno geográfico onde a vida acontece.

Por isso, vamos aos casos selecionados. Alfredo Marcondes é uma cidade pequena localizada no interior do estado de São Paulo, pertencente à região de Presidente Prudente e, segundo o IBGE, possuía, em 2002, uma população de 2.768 habitantes (se consideramos o município, a população totaliza 3.751 pessoas); em 2018, a população urbana subiu para 3.923 habitantes (mais 461 pessoas na área rural), mostrando o basculamento comum no Brasil: aumento da população urbana e diminuição da população rural. De um total de 645 municípios em São Paulo, em termos populacionais, ela é a 546<sup>a</sup>. cidade, o que mostra seu tamanho proporcional em relação aos outros municípios.

**Tabela 2 – PIB no Estado de São Paulo. Participação dos municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó - 2002 a 2016**  
(em mil reais)

	2002	2005	2010	2015	2016
Estado de São Paulo	518.878.815	743.042.944	1.294.695.988	1.939.901.907	2.038.004.931
Alfredo Marcondes	14.924	20.772	36.694	71.689	74.432
% em relação a SP	0,00288%	0,00280%	0,00283%	0,00370%	0,00365%

Presidente Prudente	1.945.483	2.752.976	4.563.335	6.955.500	7.406.410
% em relação a SP	0,3749%	0,3705%	0,3525%	0,3585%	0,3634%
Regente Feijó	140.677	200.857	386.949	573.525	611.871
% em relação a SP	0,0271%	0,0270%	0,0299%	0,0296%	0,0300%

Fonte: IBGE

Elaboração: Edson Manfre, Eliseu Sposito

Embora com pouco significado em termos absolutos, a comparação entre o município de Alfredo Marcondes e o estado de São Paulo (no período entre 2002 e 2016), mostra o mesmo comportamento (aumento do índice), mas com aumento relativo de 400,75% no período.

Regente Feijó, também classificada como cidade pequena e pertencente à região administrativa de Presidente Prudente, segundo o IBGE, possuía uma população urbana de 15.550 habitantes e, se considerarmos o município, havia mais 1.756 de população rural; esses dados, para 2016, modificam-se para 17.826 habitantes na área urbana e 1.283 na área rural, sendo mais um exemplo de crescimento demográfico na área urbana e decréscimo populacional na área rural. No estado de São Paulo, era o 261º em números de habitantes.

Mesmo com pequena representatividade, o PIB de Regente Feijó cresceu, de 2002 para 2016, 334,95%.

O caso de Presidente Prudente é diferente: principal cidade de sua região, é considerada cidade média por sua posição na rede urbana estadual, por causa de seus papéis de intermediação demonstrados pelos fluxos aéreos e terrestres (de veículos e pessoas), pela força de seu comércio na escala regional, pela concentração de riquezas que pode ser verificado pelo preço do solo urbano etc.

Em 2002, segundo o IBGE, possuía de 188.426 habitantes (no município havia mais 4.809 pessoas) e, em 2016, a população urbana aumentou para 211.637 habitantes e a população rural diminuiu para 4.807 pessoas, mostrando o mesmo movimento das duas cidades pequenas descritas. Entre os 645 municípios do estado, ela está na posição 40, em número de habitantes. Mesmo com participação pequena em relação ao PIB de São Paulo, Presidente Prudente teve aumento de 280,70% no período de 2002 a 2016.

O IDHM, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2013), “é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município”, (2013, p. 27). Assim, as faixas de desenvolvimento humano municipal são fixas, sendo: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499), baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599), médio desenvolvimento humano (0,600 a 0,699), alto desenvolvimento humano (0,700 a 0,799) e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1). O resumo desses níveis de interpretação está na tabela 3, onde há, também, a distribuição dos municípios segundo as faixas dos seus índices de desenvolvimento humano municipal.



**Tabela 3 – Distribuição dos municípios brasileiros por faixas do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) – 2000 e 2010**

Desenvolvimento Humano	2000		2010	
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%
Muito Alto	1	0,0%	44	0,8%
Alto	133	2,4%	1.889	33,9%
Médio	1.451	26,1%	2.233	40,1%
Baixo	1.652	29,7%	1.367	24,6%
Muito Baixo	2.328	41,8%	32	0,6%
<b>Total Municípios</b>	<b>5565</b>	<b>100,0%</b>	<b>5565</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

Pela tabela 3, é possível observar que, em 2000, 71,5% dos municípios brasileiros se encontravam nas faixas de baixo e muito baixo desenvolvimento humano e, em 2010, apenas 25,2% dos municípios encontravam-se nessas faixas, o que significa deduzir que mais de 74% figuravam nas faixas de médio e alto desenvolvimento humano, o que mostra o avanço no início do século XXI em termos do desenvolvimento humano no país, resultado decorrente das políticas sociais de distribuição da riqueza proporcionadas pelos governos nesse período.

**Tabela 4 - IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000/2010 e 2010/2015**

**(Dados comparativos entre o Brasil, o Estado de São Paulo e os municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó)**

Períodos	BRASIL	SÃO PAULO	ALFREDO MARCONDES	PRESIDENTE PRUDENTE	REGENTE FEIJÓ
2000	0,612	0,702	0,646	0,746	0,691
2010	0,727	0,783	0,741	0,806	0,768
2011	0,738	0,802			
2012	0,745	0,808			
2013	0,754	0,814			
2014	0,761	0,819			
2015	0,761	0,819			

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), conforme a tabela 4, são apresentados os índices apresentados nos anos de 2000 e 2010 para os municípios e de 2000, 2010 e de 2011 a 2015 para o Brasil e o estado de São Paulo. Os municípios estudados neste texto apresentam o seguinte desempenho: Alfredo Marcondes teve índice 0,646 em 2000 e 0,741 em 2010; Regente Feijó, 0,691 em 2000 e 0,768 em 2010 e, Presidente Prudente, 0,746 em 2000 e 0,806 em 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDHM, em 2000 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentavam médio desenvolvimento humano, figurando

entre os 1.451 municípios com melhor desempenho, e Presidente Prudente era considerado como tendo desenvolvimento humano alto, figurando entre os 133 municípios com maiores índices no Brasil. Uma década depois, em 2010, Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentam alto desenvolvimento humano, figurando entre os 1.889 municípios melhor posicionados e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto, figurando entre os 44 municípios melhor posicionados. Segundo o IPEA (2013),

o IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,727. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2010, e 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos de percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período (p. 40).

Conforme pudemos observar, os índices de IDH e IDHM tiveram evolução no período de 2000 e 2010, demonstrando a melhora da qualidade de vida dos brasileiros.

Outro índice que consideramos para cotejar as cidades estudadas é o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) que, segundo o IPEA (2015) “é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social de um município” (p. 18). Assim, para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, os municípios são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

**Tabela 5 – Distribuição dos municípios, no Brasil, por faixas de vulnerabilidade social – 2000 e 2010**

Vulnerabilidade Social	2000		2010	
	Nº de Municípios	%	Nº de Municípios	%
Muito Baixa	38	0,7%	627	11,3%
Baixa	600	10,8%	1.699	30,5%
Média	1.317	23,7%	1.258	22,6%
Alta	1.065	19,1%	1.178	21,2%
Muito Alta	2.545	45,7%	803	14,4%
<b>Total Municípios</b>	<b>5565</b>	<b>100,0%</b>	<b>5565</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

A tabela 5 apresenta a distribuição dos municípios brasileiros por faixas do IVS, apontando a evolução ocorrida entre 2000 e 2010. A proporção de municípios nas faixas mais baixas da vulnerabilidade social aumentou de 11,5% para 41,8%, enquanto nas faixas de maior vulnerabilidade social essa proporção sofreu redução, passando de 64,8% para 35,6%.

**Tabela 6 - IVS - Índice de Vulnerabilidade Social  
2000/2010 e 2010/2015  
(Dados comparativos entre o Brasil, o Estado de São Paulo e os municípios de Alfredo  
Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó)**

Períodos	IVS – BRASIL	IVS - SÃO PAULO	IVS - ALFREDO MARCONDES	IVS - PRESIDENTE PRUDENTE	IVS - REGENTE FEIJÓ
2000	0,446	0,388	0,377	0,266	0,283
2010	0,326	0,297	0,235	0,178	0,161
2011	0,266	0,240			
2012	0,249	0,251			
2013	0,245	0,237			
2014	0,243	0,249			
2015	0,248	0,238			

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

No que se refere ao Índice de Vulnerabilidade Social, conforme se observa na tabela 6, os índices foram apresentados nos anos de 2000 e 2010 para os municípios e de 2000 e 2010, e de 2011 a 2015 para o Brasil e o estado de São Paulo. Os municípios estudados neste texto apresentam o seguinte resultado: Alfredo Marcondes 0,377 para 2000 e 0,235 para 2010; e Regente Feijó 0,283 para 2000 e 0,161 para 2010 e Presidente Prudente, 0,266 para 2000 e 0,178 para 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IVS, no ano de 2000 Alfredo Marcondes apresentava média vulnerabilidade social, figurando entre os 1.317 municípios com melhor situação, Presidente Prudente e Regente Feijó eram considerados de baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 600 municípios melhor posicionados (tabela 2). No ano de 2010, Alfredo Marcondes apresentava baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 1.699 municípios de melhor condição, e Presidente Prudente e Regente Feijó eram considerados como tendo muito baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 627 municípios melhor posicionados. Segundo o IPEA (2015),

assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções, antes de tudo, políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária. Nesse sentido, a leitura desses processos, resultante desta “nova” conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos (p. 12).

Conforme pudemos observar, os índices de IVS tiveram melhoria de 2000 para 2010, diminuindo a vulnerabilidade social dos brasileiros, em decorrência das políticas públicas (voltadas para a distribuição de renda) impetradas por governos com orientação distributivista. Podemos concluir que houve melhoria de todos os índices apresentados. Se tomamos os índices como representativos do desenvolvimento regional, ele ocorreu objetivamente na região de Presidente Prudente e nas cidades estudadas.

## Considerações finais

Analisar o desenvolvimento por meio de dados estatísticos tem suas limitações. No entanto, os dados fornecem um cenário que, considerando a articulação de escalas (desde o enfoque local, passando pelo regional até o nacional), mostra a realidade econômica e social dos diferentes territórios, desde o município até o país. Foi esse esforço que motivou o estudo de três cidades no estado de São Paulo (uma cidade média e duas cidades pequenas) para mostrar que:

- 1) O crescimento econômico e o crescimento dos índices comparativos mostram as mudanças, ao longo do tempo, que qualificam os diferentes espaços;
- 2) Os municípios de uma mesma região têm comportamentos diferentes (demonstrados pelos dados estatísticos) em termos de potencial social e econômico;
- 3) As atividades que sustentam as especificidades dos municípios são diferenciadas, mas, no contexto regional, demonstram complementaridade;
- 4) A ideia de região complementar articulada pode ser inferida pelo papel que as cidades representam não apenas na região, mas dela para escalas maiores.

Indo mais além, agora deduzindo o que ocorre na escala estadual, as mudanças observadas nas características de âmbito mais amplo levam a crer que há combinações entre os cenários definidos pela informação geográfica, mas isso não elimina a necessidade de sua qualificação, que pode ser verificada pelas ações políticas (que não foram objeto de análise neste texto).

No caso brasileiro, os dados comparativos entre as regiões do país mostram grandes desníveis em termos de Produto Interno Bruto (maior concentração no Sudeste, com 53,1% do total do país), Índice de Vulnerabilidade Social e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

No caso do PIB, os municípios estudados tiveram melhora em seus dados no período de 2002 a 2016, com aumentos consideráveis (Alfredo Marcondes com 400,7%, Regente Feijó com 334,9% e Presidente Prudente com 280,7%, o que permite afirmar que as cidades pequenas mostraram melhor desempenho – em termos comparativos – que a cidade principal da região de Presidente Prudente).

Para concluir este texto: mesmo que, se podemos admitir que são necessários novos estudos com mais detalhes, principalmente qualitativos, podemos afirmar que foram evidenciados os aspectos de concentração econômico-social nas três escalas focadas: nacional, regional e municipal.

## Referências

BARQUERO, Antonio V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

BRANCO, Anselmo L.; Mendonça, Cláudio; Lucci, Elian A. **Geografia para o Ensino Médio**. Geografia para todos. Mapas Temáticos. Disponível em: <<http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=mapastematicos>> Acesso em: 01 dez. 2018

CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970/2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1994.

DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**. Milano: FrancoAngeli, 2005.

DINIZ, Clélio C.; GONÇALVES, Eduardo. “Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil”. In: DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 131-170.

FRANCISCO, Wagner de C. Regiões Brasileiras. **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>>. Acesso em 16 jan. 2019.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, (2010) em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – Tabela – 5938 - **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#notas-tabela>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, **IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km<sup>2</sup>**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. 2015. Disponível em: <[http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2018

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_municipal\\_pt.pdf](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2018

SILVA, Paulo F. Jurado da; SPOSITO, Eliseu S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. Geografia (Rio Claro. Impresso), v. 34, p. 203-217, 2009.

PETRY, Almiro. **Desenvolvimento: conceituação e modelos**. Canoas: Unisinos, 2008.

SANTOS, Leandro B. Desenvolvimento. In: SPOSITO, Eliseu S. (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 119-130.

SÃO PAULO. **IMP – Informações dos Municípios Paulistas**. SEADE – Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Paulo F. Jurado da. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente: UNESP, 2011 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Paulo F. Jurado da; SPOSITO, Eliseu S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia** (Impresso), v. 34, p. 203-217, 2009

SILVA, Paulo F. Jurado da. **O mapa da indústria e a dinâmica do emprego nas pequenas cidades da região de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FCT/PPGG, 2010 (relatório de pesquisa, inédito).

SPOSITO, Eliseu S. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 2004.  
SPOSITO, Eliseu S. Desenvolvimento regional: para além da região. In: Messias Modesto dos Passos, Lúcio Cunha, Rui Jacinto. (Org.). **As novas geografias dos países de língua portuguesa. Paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. II, p. 469-492.

SPOSITO, Eliseu S. (org.). **Glossário de geografia humana e econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ULTRAMARI, Clovis. DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: Ibpx. 2011.

VALE, Mario. **Conhecimento, Inovação e Território**. Lisboa, Edições Colibri, 2012.